

- [23] 2004f “*De noticia de torto: aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido*”, *Zeitschrift für romanische Philologie* 120/1: 1-85 — em colaboração com Susana Tavares Pedro. [artigo]

Sonderdruck aus:

Zeitschrift für romanische Philologie

Herausgegeben von Günter Holtus

Band 120 (2004) Heft 1

Niemeyer



Dieser Sonderdruck ist im Buchhandel nicht erhältlich

AUFsätze

ANTÓNIO EMILIANO/SUSANA PEDRO, <i>De Notícia de Torto</i> . Aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido	1
VOLKER MECKING, Zum Wortschatz des <i>Hospital des fols incurables</i> (1620) von François de Clavier und dessen Bedeutung für die französische Sprache der Vorklassik	82
STEFAN RUHSTALLER, Sobre la génesis del diccionario académico. Las <i>Ordenanzas de Sevilla</i> como fuente de material léxico en el <i>Diccionario de Autoridades</i>	106
ELWYS DE STEFANI, <i>Grammatica</i> e dintorni	128
OTTAVIO LURATI, Per un'indagine etimologica che non si affidi solo a somiglianze esterne bensì alla fonetica e alla storia della cultura. Proposte nuove per <i>bullo</i> 'spaccone'	136

BESPRECHUNGEN

Werner Krauss, <i>Briefe von 1922 bis 1976</i> , ed. Peter Jehle, unter Mitarbeit von Elisabeth Fillmann und Peter-Volker Springborn (ALBERTO VARVARO)	147
Eddy Roulet/Laurent Filliettaz/Anne Grobet, avec la collaboration de Marc Burger, <i>Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours</i> (MARTINA DRESCHER)	155
Catherine Détrie, <i>Du sens dans le processus métaphorique</i> (MICHAEL HERRMANN)	163
Nunzio La Fauci, <i>Forme romanze della funzione predicativa. Teorie, testi, tassonomie</i> (HENK VANHOE)	167
Gian Vincenzo Pinelli/Claude Dupuy, <i>Une correspondance entre deux humanistes</i> , Édition avec introduction, notes et index par Anna Maria Raugei (VOLKER MECKING)	171
Altfranzösisches Wörterbuch, Tobler-Lommatzsch, Band XI, Faszikel 92 (<i>von-jement-zure</i>) (MAX PFISTER)	185
Françoise Laurent, <i>Plaire et édifier. Les récits hagiographiques composés en Angleterre aux XII^e et XIII^e siècles</i> (FRIEDRICH WOLFZETTEL)	187
Pierre Ruelle (ed.), <i>Recueil général des Isopets</i> , vol. 4: <i>Les Fables d'Éude de Chériton</i> (LAURENT BRUN)	190
Géralde Nakam, <i>Les «Essais» de Montaigne, miroir et procès de leur temps. Témoignage historique et création littéraire</i> , Édition revue, corrigée et mise à jour avec une préface inédite (MANFRED LENTZEN)	194
Mechtild Bierbach, <i>Grundzüge humanistischer Lexikographie in Frankreich. Ideengeschichtliche und rhetorische Rezeption der Antike als Didaktik</i> (MAX PFISTER)	196
Monika Sokol, <i>Das Zusammenspiel der Verbalkategorien und die französischen Futura</i> (MARIA NARO WIRF)	199
Marco Piccat, <i>La versione occitana dello Pseudo Turpino. Ms. Londra B. M. Additional 17920</i> (CLAUDE BURIDANT)	203
Isolde J. Jordan, <i>Characteristics and Functions of Direct Quotes in Hispanic Fiction. A Linguistic Analysis</i> (JOHANNES KABATEK)	218
Dan Munteanu (con la colaboración de Sidney M. Joubert), <i>El Papiamento, lengua criolla hispánica</i> (DANIEL SCHLUPP)	220

De Notícia de Torto.

Aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido¹

1. O género diplomático «notícia» e a produção primitiva portuguesa

A *Notícia de Torto*, documento notarial da segunda década do século XIII (cuja designação resulta das primeiras palavras do texto), é o mais antigo documento notarial particular escrito em português conhecido: apesar de não conter data, é possível datá-lo criticamente, e com segurança, de 1211–1216.² Nele se relatam as perseguições, violências, roubos e depredações patrimoniais (i. e. o «torto») sofridas por Lourenço Fernandes da Cunha, importante fidalgo da região entre Braga e Barcelos, às mãos dos filhos de Gonçalo Ramires, seu vizinho e familiar.

A *Notícia de Torto* é um documento ímpar, de relevância excepcional para o conhecimento de uma fase antiga da produção documental em língua portuguesa, e constitui, juntamente com o *Testamento de D. Afonso II* de 1214, o que Ivo de Castro designou como *produção primitiva portuguesa* (Castro 1991, 183).

A enorme importância da *Notícia* para a história da língua e da escrita portuguesas foi justamente acentuada pelo grande filólogo Luís Filipe Lindley Cintra – que estudou e publicou o documento em dois importantes trabalhos –, o qual considerou que a *Notícia de Torto* «é para o português aproximadamente o que o *Serment de Strasbourg*, no entanto quatro séculos anterior (!), é para o francês, o que as *Glosas Silenses* e *Emilianenses*, dos séculos IX–X, são para o espanhol e o *Livro das contas dos banqueiros florentinos*, de 1211, para o italiano» (Cintra 1990, 22).³

Cintra anotou também o grande contraste que existe entre a *Notícia* e o *Testamento de D. Afonso II*:

¹ Expressamos a nossa sentida gratidão à Senhora Professora Doutora Ana Maria Martins (da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), pelas sugestões, comentários e críticas, que nos permitiram clarificar e melhorar significativamente o conteúdo e a estrutura da exposição em algumas secções deste artigo.

² Castro 1991, 227s., Costa 1993, 212.

³ Dado o que se sabe hoje sobre as consequências scriptolinguísticas do chamado renascimento carolíngio, e dado o facto de reformas semelhantes às de Alcuíno de York no reino franco só terem sido introduzidas na Península Ibérica quase três séculos mais tarde, não é de estranhar o enorme hiato temporal que separa as primeiras manifestações escritas em ortografia autónoma do francês das do português.

«Aquilo que chama imediatamente a nossa atenção quando empreendemos a análise linguística da *Notícia de Torto* [...] é o carácter arcaico e hesitante da sua maneira de representar os sons do galego-português antigo. Deste ponto de vista, afasta-se radicalmente do outro mais antigo documento redigido em português – o *Testamento de Afonso II*, também ele escrito em 1214, como lembrámos, mas cuja grafia se apresenta como muito mais regular e coerente. É evidentemente natural pensar, antes de mais nada, que, num caso, se trata de um rascunho e de um rascunho de notário local que o escreveu numa localidade qualquer rural dos campos nos arredores de Braga ou Barcelos, no território de Entre-Douro-e-Minho, ao passo que, no outro, estamos perante um testamento real e, portanto, um texto, dada a sua própria natureza, cuidadosamente redigido por um notário real, na cidade de Coimbra, um documento de que se deviam fazer (e se devem ter feito) treze exemplares (de que por enquanto só dois chegaram até nós), para serem distribuídos pelas principais catedrais e mosteiros de Portugal e da Espanha. Ainda assim não deixa de ser impressionante a distância que neste aspecto se verifica entre ambos os textos (e é, sobretudo, por enquanto, de certo modo misterioso o carácter coerente e pelo menos aparentemente quase estabilizado da grafia do *Testamento real*, em qualquer das suas duas versões conhecidas, dado o isolamento deste primeiro texto régio redigido em língua vernácula)» (Cintra 1990, 42).

Se o «misterioso» aparecimento do *Testamento* pode hoje ser melhor entendido à luz das tendências de deslatinização profunda despoletadas pelo impacto scriptolinguístico da Reforma Gregoriana depois de 1080,⁴ também o contraste entre a *Notícia* e o *Testamento* pôde ser recentemente reinterpretado e reformulado por Ana Maria Martins no quadro da sua teoria das «duas tradições de *scripta* portuguesa» (Martins 1999, 499 ss.).

Duas ideias importantes podem ser extraídas do trabalho de Martins:

1. havia duas tradições de escrita portuguesa no início do século XIII;
2. deve-se distinguir crucialmente entre documentos não-dispositivos (de natureza privada) e documentos dispositivos (de natureza pública) relativamente aos usos escritos mais antigos do português.

Martins propõe que havia duas tradições de escrita portuguesa, que se desenvolveram separadamente, uma na corte régia, outra em diversos *scriptoria* espalhados pelo Reino:

«A *Notícia de Torto* e o *Testamento de Afonso II*, de 1214, sendo dois documentos produzidos na mesma época, apresentam-se fortemente diferenciados no que respeita às suas *scriptae*. A *scripta* do *Testamento de Afonso II* é surpreendente pela regularidade que evidencia; a *scripta* da *Notícia de Torto* surpreende pela acentuada variação. Muitos dos traços tidos por peculiaridades da *Notícia de Torto* reaparecem, no entanto, nos documentos que agora edito, mostrando que a *Notícia de Torto* não é um documento tão excepcional quanto parecia» (Martins 1999, 499).

⁴ Sobre as consequências linguísticas da Reforma Gregoriana v. sobretudo Wright (1982), Emiliano (2003a, 2003b) e Cardoso (2002).

E:

«Temos assim dois tipos de *scripta*: uma, a *scripta* elaborada, e por isso inovadora, de uma oficina de produção (centralizada) de escrita, a chancelaria régia; outra, a *scripta* mais espontânea de notários que se iam afastando da adesão estrita ao modelo scriptográfico latino-notarial, mas cuja vinculação básica a este modelo determinava o carácter conservador do seu modo de escrever. Os documentos particulares em romance são produtos individuais, ainda que certamente não isolados de um contexto (ibérico e românico) favorecedor da sua emergência. A sua produção dispersa, associada ao seu carácter de epifenómenos, explica que entre o último quartel do século XII e meados do século XIII não tenha emergido, no âmbito da produção documental particular, uma *scripta* estabilizada, em paralelo com a *scripta* estabilizada da chancelaria régia» (Martins 1999, 502).

Ana Maria Martins também propõe que a textualização primitiva do Português Antigo estaria originalmente associada à produção de documentos não-dispositivos – ou seja, documentos que se destinavam a uso privado, como memória privada de acontecimentos, ou registo privado de relações de bens e de disposições testamentárias – e não ostentavam as marcas diplomáticas de validação presentes nos documentos de carácter dispositivo:

«Não tendo valor legal (e sendo eminentemente pessoais), os documentos do género «notícia» bem poderão ter estado entre os que alimentaram a primitiva produção portuguesa. Se as notícias não eram exactamente rascunhos mas sim «memórias privadas», por outro lado, a sua efemeridade seria bem menos acentuada; com uma expectativa de vida mais longa, teriam mais hipóteses de sobreviver até aos nossos dias» (Martins/Albino 1998, 106).

E ainda:

«... o português começa por manifestar-se na produção de documentos de tipo mais informal, alastrando depois no terreno dos diplomas com maior grau de formalização» (Martins 2001, 23).

A *Notícia de Torto* era um documento deste tipo, um registo pessoal e privado de determinados acontecimentos e circunstâncias, e não necessariamente um rascunho de um documento perdido ou nunca finalizado; tratando-se de uma «notícia», i. e. um documento não-dispositivo enquadrado numa tipologia documental bem definida e corrente na época, estaria assim explicada a sua existência e a sua sobrevivência.

Os três principais comentadores da *Notícia de Torto*, Avelino de Jesus da Costa (1979, 1993), Lindley Cintra (1971, 1990) e Ivo de Castro (1991), baseando-se em argumentos de carácter codicológico, escribal e grafemático, consideraram a *Notícia* como um rascunho – tese inicialmente enunciada por Pedro de Azevedo (1914, 204) – elaborado por um escriba pouco competente e pouco seguro, e o seu parecer estabeleceu-se como doutrina aceite no seio da comunidade dos historiadores da língua portuguesa.

O facto de o documento não apresentar protocolo, escatocolo, data, assinatura do notário, e outras marcas diplomáticas de validação, estar redigido num pedaço de pergaminho com forma assimétrica,⁵ não ter vestígios de regramento, estar escrito de ambos os lados, apresentar diversas emendas e raspagens e, sobretudo, apresentar numerosas peculiaridades gráficas, levou a generalidade dos estudiosos a considerar a *Notícia de Torto* como um rascunho: a *Notícia* teria sido uma versão preliminar de um documento cujo *mundum* se desconhece, não seria um documento definitivo.

Em nossa opinião, a «tese do rascunho» (e a tese associada do «notário incompetente») não têm grande fundamento, e necessitam de ser revistas à luz dos conhecimentos actuais sobre a escrituralidade antigo-portuguesa, em particular, e ibero-românica, em geral. Tais teses, sobretudo, não têm valor heurístico no sentido em que não ajudam a compreender a génese do texto no contexto cultural e escritural em que foi produzido. As características peculiares apontadas pelos diversos comentadores da *Notícia*, desde a sua descoberta na segunda metade do século XIX, não permitem qualquer tipo de apreciação negativa ou pejorativa do documento, antes, pelo contrário, devem levar a acentuar o seu valor linguístico e escritural e a classificar o seu escriba como um indivíduo inventivo, letrado e competente. Note-se que nenhuma das supostas «peculiaridades» da *Notícia* constitui caso único na documentação medieval remanescente – são conhecidos documentos sem data, documentos sem assinatura notarial, documentos com poucas ou nulas marcas formulaicas de validação, documentos redigidos em pergaminhos assimétricos, documentos sem regramento, e documentos redigidos nos dois lados da pele e até mesmo só no lado do pêlo – pelo que, de facto, o único aspecto em que a *Notícia* se poderia destacar da produção documental coeva, seria nas diversas soluções gráficas que apresenta para representar a língua trecentista. No entanto, e como Ana Maria Martins observou (Martins 1999, 499, q. v. supra), até aí podemos encontrar traços e características que ligam a *Notícia* quer à tradição escritural latino-portuguesa quer à tradição proto-portuguesa que se parece ter desenvolvido ao longo do século XII no contexto da produção de documentos não-dispositivos.

Antes de passarmos à edição do texto, e ao comentário de aspectos paleográficos e scriptográficos, é fundamental sistematizar determinados aspectos relativos ao estatuto diplomático da *Notícia de Torto*.

Na classificação das fontes diplomáticas, os documentos⁶ dividem-se em duas grandes categorias, de acordo com o seu estatuto jurídico: uma reúne

⁵ Cintra refere, supreendente e inexplicavelmente, a existência de buracos naturais no pergaminho (Cintra 1971, 163, e Cintra 1991, 23) dos quais não há, de facto, vestígio.

⁶ «Un acte écrit (lat. *scriptum*, *scriptura*, *instrumentum*) est un écrit où se trouve consigné, soit l'accomplissement d'un acte juridique, soit l'existence d'un fait juridi-

os documentos dispositivos, ou seja, aqueles que concretizam um acto jurídico no momento da sua materialização por escrito (há simultaneidade do acto jurídico e do acto escrito), a outra os documentos probatórios. Segundo o Vocabulário elaborado pela Commission Internationale de Diplomatie, um documento é considerado probatório «si la mise par écrit a pour fin d'apporter la preuve de l'acte juridique qu'il n'a point fait naître et qui serait parfait sans cette formalité» (Cárcel Ortí 1997, 22, 6.b.). A redacção do documento probatório é, então, sempre posterior à realização do acto jurídico, em relação ao qual tem valor testemunhal ou de prova, e é a forma que reveste (o conjunto dos caracteres internos e externos) que lhe confere validade.

Tomás Marín Martínez enfatiza a obrigatoriedade da presença de marcas de validação para determinar o valor probatório de um documento ao caracterizar (entre outras acepções que o termo «documento» pode ter na Diplomática), documento «jurídico» por oposição a documento «histórico»:

«**Documento histórico.** Se considera y se llama así cualquier testimonio escrito que pueda dar fe de un hecho, pero careciendo de forma y fuerza legales; por exemplo, una crónica, unos anales, una inscripción sepulcral. Lo específico en este caso está en no tener ni formalidades ni efectos legales (...).

Documento jurídico. Por tal se entiende cualquier testimonio escrito, legalmente válido, destinado a ser prueba jurídica de un hecho. Lo típico de este concepto documental hay que ponerlo en aquello de ser legalmente válido para ser prueba jurídica, cuyas notas faltan precisamente al anterior» (Marín Martínez 1991, 161, sublinhado nosso)

e, novamente, distinguindo documento dispositivo de documento probatório:

«La diferencia entre uno y otro está en su mayor o menor relación con la acción o hecho jurídico que encierra la pieza documentada y las consecuencias de aquélla. Así, cuando dicha relación se limite a consignar y perpetuar el puro recuerdo de tal hecho y a servir, si llegara el caso, de testimonio sobre el mismo, tenemos un documento de prueba. Al contrario, si el documento, además de consignarlo e perpetuarlo, ha concurrido a la realización del hecho en cuestión, de tal suerte que si no hay documento tampoco habrá efectos jurídicos, tenemos un documento dispositivo» (id., 162–163, sublinhado nosso).

Marín Martínez insere-se na tradição diplomática germano-italiana, na qual os documentos dispositivos recebem o nome de «Chartae / Carte» e os probatórios o de «Notitiae / Notizie» (Paoli 1942, 19), termos usados igualmente pelo diplomata francês Alain de Boüard: «dès le V^e siècle de notre ère, la *carta* (acte dispositif) s'opposait à la *notitia* (acte probatoire)» (Boüard 1929, 49). Note-se, *en passant*, que o emprego dos termos na própria documenta-

que, soit encore éventuellement un fait quelconque dès lors que l'écrit est rédigé dans une certaine forme propre à lui donner validité» (Carcél Ortí 1997, 21, 3.). Na terminologia diplomática portuguesa, «acte écrit» equivale a «documento» (cf. a tradução portuguesa dos termos do Vocabulário, p. 175)

ção, ao longo da Baixa Idade Média, nem sempre foi isento de ambiguidade ou confusão.⁷

No entanto, em obras mais recentes, a dicotomia «charta» (= documento dispositivo) / «notitia» (= documento probatório) é abandonada, reflexo directo dos progressos da Diplomática, concretamente no estudo das tipologias documentais. A «notícia» é hoje consensualmente considerada um género diplomático específico, que responde à intenção, da parte do beneficiário e não do autor moral do acto, de preservar a memória de um determinado facto jurídico.

«Une **notice** est un texte rédigé, en style objectif ou apparemment objectif, par le bénéficiaire d'une action juridique. Elle n'est pas approuvée par une autorité publique (certaines le sont, après coup). De ce fait, elle n'a comme intérêt que de rappeler une action juridique et de donner les noms des témoins qui pourront attester de la véracité de cette action. Elle n'a donc pas de valeur juridique intrinsèque» (Guyotjeannin/Picke/Tock 1993, 25).

A diferença fundamental entre estas duas visões, tão subtil quanto significativa, encontra-se na distância que separa «prova» de «memória», sendo certo que qualquer documento, seja ele dispositivo, probatório ou simples memória, é sempre um testemunho do acto nele consignado. De um ponto de vista estritamente jurídico, e segundo se infere das definições acima citadas, para que um documento probatório pudesse ser utilizado como prova em caso de necessidade, teria de apresentar elementos formais de validação. Até ao século XIV, ou seja, antes da consolidação do tabelionado régio em Portugal,⁸ as marcas de autenticação mais comuns na documentação notarial portuguesa são, a par da inscrição da data cronológica, a subscrição do notário e a lista das testemunhas do acto.⁹ Ora, da análise de algumas «notícias» que no decurso da última década têm sido identificadas nos arquivos portugueses, ressalta o facto de, regra geral, não comportarem nenhuma destas marcas de autenticação, i.e. de omitirem inteiramente o escatocolo (cf. Martins 1999, 497, e Pedro 1994, 60–61).

Encontramos idêntico panorama para a documentação notarial medieval produzida em território espanhol:

«Las noticias se caracterizan por ser sólo relación o memoria, sin ningún tipo de referendo (testigos, sellos, suscripciones)» (Riesco Terrero 2000, 230).

⁷ «Ma è da osservare che nel formulario medievale le due denominazioni di *Charta* e *Notitia* non sono così rigidamente distinte, come qui le abbiamo definite; ma la distinzione di fatto c'è, così nei che in quelli» (Paoli 1942, 19–20).

⁸ Sobre a implantação do tabelionado régio no território português e as consequentes alterações verificadas na forma dos actos notariais, v. Sá-Nogueira 1996.

⁹ «El papel de los testigos, su necesidad y eficacia varía mucho de unos documentos a otros. En los llamados documentos de prueba es muy importante y hasta diríase que imprescindible; igual que en los documentos privados» (Marín Martínez 1991, 166).

Esta ausência quase sistemática de qualquer sinal de validação leva-nos hoje a concluir que as «notícias» não devem ser incluídas na categoria dos documentos probatórios,¹⁰ por carecerem das características diplomáticas intrínsecas que lhes confeririam valor jurídico de prova.

A nossa posição só aparentemente colide com as opiniões de diplomatas como Alain de Boüard, Cesare Paoli ou Tomás Marín: se o aprofundamento do estudo da tipologia documental resultou numa maior definição dos contornos e fronteiras entre géneros e no refinamento dos conceitos operatórios, a distinção de base entre natureza dispositiva ou probatória dos actos escritos não sofreu alterações.

O emprego tradicional dos termos «charta» e «notitia» com o significado de, respectivamente, documento dispositivo e documento probatório, prende-se com a génese da documentação medieval, que deve ser procurada na evolução formal e jurídica dos documentos escritos romanos:

«Vuolsi qui ricordare come nell'età romana il documento scritto aveva generalmente l'ufficio d'una semplice testimonianza, che il destinatario scriveva o faceva scrivere per ricordo e nell'interesse proprio: esso acquistava validità non da altro che dalle firme dei testimoni. Ma nel secolo terzo venne in vigore un'altra specie di documento appellato *Chirographum*, che il destinatario riceveva già scritto dalla mano dell'altro contraente o per mandato di questi, e chi costituiva già, per il fatto stesso della sua scrittura, una prova legittima. Dal chirografo derivò l'*Epistola*, anch'essa scritta o emanata dal proprio autore, e già non più semplice documento di prova, ma documento dispositivo.

È chiaro il procedimento delle forme della documentazione nel medio evo, dalla documentazione romana: le *Notizie* derivano dall'autentico documento testimoniale; le *Carte*, dal chirografo e dall'epistola» (Paoli 1942, 19–20).

O que é, então, uma «notícia», quais as suas características internas, e de que modo a *Notícia de Torto* se enquadra no esquema genérico proposto pela moderna Diplomática? Damos de seguida a definição do *Vocabulaire International de la Diplomatie*, completada com um extracto da exposta no manual *Diplomatique Médiévale*:

«Une notice (*notitia*) [1] est un écrit dans lequel est consignée la substance d'un acte ou d'un fait juridique, [2] soit par le destinataire ou le bénéficiaire lui-même, soit par un tiers, [3] en vue d'en conserver la mémoire. [4] Elle est généralement rédigée sous forme objective. [5] Elle peut être établie postérieurement à l'action ou au fait qu'elle consigne, souvent à l'occasion d'un litige auquel cette action ou ce fait a donné lieu.

[6] Elle commence souvent par le mot *Noticia* (*de ... ou qualiter ...*), *Memoria de ... Breve de ...*, *Breve memoratorium ...* ou une expression analogue, mots qui désignent également la notice elle-même» (Cárcel Ortí 1997, 96, 387, numeração entre colchetes nossa).

¹⁰ Contrariamente ao exposto em Pedro 1994, 60.

«[7] Elle n'est pas approuvée par une autorité publique (certains le sont, après coup). De ce fait, elle n'a comme intérêt que de rappeler une action juridique et de [8] donner les noms des témoins qui pourront attester de la véracité de cette action» (Guyotjeannin/Picke/Tock 1993, 25, numeração entre colchetes nossa).

Quanto à condição (1), a *Notícia de Torto* reproduz a substância de factos jurídicos,¹¹ a série de «tortos» sofrida por Lourenço Fernandes da Cunha; é ele o autor moral do documento, embora não como beneficiário mas como vítima, cumprindo a condição (2); a finalidade é claramente preservar a memória dos acontecimentos relatados – condição (3) –, para o que são invocados os filhos provavelmente menores (cf. Costa 1993, 212) de Lourenço Fernandes, e um seu irmão, «Pelagio Fernandiz», que assistiram a alguns dos roubos – condição (8). Também obedece às condições (6) e (4): o texto abre com a expressão «De noticia» e está redigido em forma objectiva («De noticia de torto que fecerunt a Laurencius Fernandiz»); embora não-datado, foi certamente escrito em data posterior aos factos relatados – condição (5). Por fim, sendo omissa a assinatura, não apresenta nenhum sinal de validação, tal como consta da condição (6).

Perante este quadro, consideramos que a *Notícia de Torto* apresenta todas as características que definem o género diplomático a que pertence, reforçando a nossa convicção de que estamos perante um documento no seu estágio final de elaboração e não perante uma minuta incompleta de um hipotético *mundum*.

Se a *Notícia* apresenta, de facto, elementos peculiares que a destacam da produção documental de inícios do século XIII, é possível integrá-la (1) em termos diplomáticos, numa tipologia documental ainda pouco estudada em Portugal, (2) em termos paleográficos, nas práticas escritais coevas, e (3) em termos scriptográficos, nas tendências de vernacularização gráfica presentes em Portugal e bem atestadas ao longo do século XII.

A invenção ou criação *ex nihilo* de modos de expressão ou de estruturas culturais é impossível: todas as inovações culturais, mesmo em fases ou momentos de interrupção cultural,¹² assentam em tradições e modelos pré-existentes, o que permite a sua difusão extensional e legitimação inter-subjectiva. Se a *Notícia de Torto* surge a nossos olhos como algo de novo no contexto da produção escritural da época é forçoso reconhecer os pontos de contacto

¹¹ «Un fait juridique est: soit un événement qui comporte par lui-même des conséquences juridiques (naissance, mort, mariage, majorité, folie, accident...); soit un état de fait, de la constatation duquel découlent des droits ou des obligations (recettes, dépenses, paiement de cens ou rentes, présence d'hommes d'armes ...)» (Cárcel Ortí 1997, 22, 5.).

¹² Sobre «interrupção cultural» e mudança ortográfica v. Marquilhas, no prelo.

(diplomáticos, paleográficos e scriptográficos) com tradições e modelos precedentes.

Apesar de os editores e estudiosos serem unânimes no reconhecimento explícito da transcendência da *Notícia de Torto* como testemunho antigo da escrita em português, consideramos que a forma como foi apreciada pela generalidade dos comentadores não lhe faz completa justiça como texto notarial válido em si mesmo, como monumento do Português Antigo, e como instância de um tipo de escrita inovador (a «tese do rascunho» é um dos aspectos em que assenta aquilo que nos parece ser uma desvalorização, em termos diplomáticos, paleográficos e scriptográficos, da *Notícia de Torto* e da competência do seu autor material). Também as edições integrais publicadas apresentam problemas e limitações de diversa ordem, pelo que se justifica plenamente re-editar a *Notícia de Torto* e re-analisar alguns dos seus aspectos paleográficos e scriptográficos mais relevantes.

2. Edição paleográfica da *Notícia de Torto*

Referência arquivística

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Salvador de Vairão, maço 2, n.º 40 (casa-forte).

Edições prévias¹³

Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e a jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 2^a 1860, vol. I, doc. 60, 282–284 (= JPR).

Azevedo, Pedro de, *Nova leitura da Notícia de torto (texto do séc. XIII)*, Revista Lusitana 17 (1914), 204–206 (= PA).

Cintra, Luís Filipe Lindley, *Observations sur le plus ancien texte non littéraire: la Notícia de Torto (lecture critique, date et lieu de rédaction)*, in: *Actele celui de-al XII-lea Congres International de lingvistica si filologie romanica*, Bucureşti, Editura Academiei, 1971, vol. II, 161–174 (= LFLCa).

Costa, Avelino de Jesus da, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, Revista Portuguesa de História 17 (1979), 263–340 (= AJCa).

¹³ Adoptamos aqui uma concepção restrita do campo bibliográfico da *Notícia de Torto* (para a noção de «campo bibliográfico», v. Castro/Ramos 1986): ou seja, consideramos apenas as publicações que apresentam uma leitura integral e independente da *Notícia*. Assim sendo, entendemos que as publicações que reproduzem apenas excertos da *Notícia* ou edições de outros autores não acrescentam à tradição editorial do texto e não devem ser, para fins filológicos, consideradas como parte integrante do campo bibliográfico.

Cintra, Luís Filipe Lindley, *Sobre o mais antigo texto não-literário português: a «Notícia de Torto» (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)*, Boletim de Filologia 31 (1990), 21–77 (= LFLCb).

Costa, Avelino de Jesus da, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, in: Costa, Avelino de Jesus da, *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1993, 169–255 (= AJCb).

Pedro, Susana, *De notícia de torto*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática), 1994, 65–69 (= SP).

Nota prévia

Dada a importância excepcional de que se reveste a *Notícia de Torto* para a história da língua e da escrita portuguesas torna-se necessário editá-la de forma a que a representação tipográfica do texto reflecta de forma fidedigna e rigorosa o conjunto de caracteres presente no manuscrito. Uma vez que «a transcrição de um texto medieval é tanto mais fiel ao manuscrito original quanto menos operações de transliteração envolver, e as edições conservadoras para estudos linguísticos devem idealmente constituir-se através de transcrições estreitas que impliquem um mínimo de operações de transliteração» (Emiliano 2002, 34), fazemos uso de um tipo especial¹⁴ na edição paleográfica que abaixo apresentamos da *Notícia de Torto*. Pretendemos assim capturar todos os aspectos paleográfica e scriptograficamente relevantes e contrastivos do manuscrito com um mínimo de intervenções editoriais.

A edição paleográfica da *Notícia de Torto* foi feita com base em imagens digitalizadas de alta resolução produzidas a partir de slides de 9×12 cm (realizados por José António Silva, fotógrafo do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo). As imagens digitalizadas foram manipuladas através da aplicação *Adobe® Photoshop®* e impressas em provas de cor ampliadas em tamanho A3 (sobre papel fotográfico). Os facsímiles a preto e branco que acompanham a presente edição foram realizados a partir da digitalização dos mesmos slides.

A leitura do manuscrito apoiou-se nas imagens digitalizadas, nas provas de cor ampliadas, e na edição paleográfica de Pedro 1994 (feita em presença do manuscrito e utilizando um tipo medieval semelhante ao utilizado na presente edição). Foi feita também uma consulta directa do manuscrito, para esclarecer alguns problemas de leitura, sobretudo nas secções de legibilidade difícil.

¹⁴ Usamos o tipo medieval *NotatorMono®* criado no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (Linha de Investigação 4 – Linguística Histórica); cf. <http://www.fcsh.unl.pt/Linha4.html>.

Esta edição preserva leituras que já não são hoje verificáveis no manuscrito devido à «limpeza» a que o mesmo foi irresponsavelmente sujeito entre 1982 e 1993 (cf. a este respeito Pedro 1994, 11, 54–55), mas que reproduções anteriores à «limpeza» permitem confirmar. Algumas divergências desta edição com SP explicam-se por esta razão. Por este motivo foram também consultados facsímiles publicados anteriores à limpeza.

No levantamento e classificação das emendas («letras que, a meio caminho do seu traçado, foram alteradas e adaptadas a outras», Pedro 1994, 46) e anulações («formas que revestem, no texto, os actos de anular ou cancelar o que foi escrito», id., 48), que se assinalam em nota, seguimos inteiramente Pedro (1994).

Indicamos em nota as divergências em relação a edições anteriores da *Notícia de Torto*. Não se indicam, no entanto, divergências que traduzam apenas a aplicação de critérios editoriais diferentes (por exemplo, no desenvolvimento sistemático de abreviaturas, na capitalização, ou na separação de palavras); isto é, indicam-se apenas formas divergentes que resultem, de facto, de uma interpretação grafemática divergente (é o caso, por exemplo, de alguns desabreviamentos). Quando só uma das edições diverge da nossa leitura damos apenas a forma dessa edição, para não sobrecarregar o rodapé. Uma vez que esta edição se baseia na edição paleográfica de SP subentende-se, que, excepto quando expressamente indicado, as duas edições coincidem. Nenhum editor, com excepção de SP, preserva integralmente a pontuação do original; não assinalamos em nota divergências quanto à transcrição da pontuação. Nenhuma das edições consideradas, com excepção de SP, faz uso de um tipo medieval que permita transliterar directamente caracteres medievais especiais (e.g. «z visigótico», «s longo», «r redondo», sinais de abreviação, etc.). Não anotamos divergências que se prendam com este facto. JPR não assinala nunca o desabreviamento, transcreve «i/u» com valor consonântico como «j/v», desenvolve o sinal abreviativo geral com valor de nasal por N ou M de acordo com o contexto (em posição final de formas nominais e verbais o sinal é transliterado como «-m»), e capitaliza os nomes próprios; estes procedimentos são consistentes e não assinalamos em nota. PA não assinala o desabreviamento, desenvolve o sinal abreviativo geral com valor de nasal por N ou M de acordo com o contexto (embora com algumas inconsistências), italiciza as formas que considera serem latinismos (mantemos os itálicos de PA nas notas), e separa os pronomes clíticos das formas verbais, mesmo quando no ms. não há separação. Nestes casos limitamo-nos a assinalar erros de leitura ou desabreviamentos peculiares. PA translitera o sinal abreviativo geral com valor de nasal em posição final por «-n» em formas verbais, transcrevendo inconsistentemente, nalguns casos, por «-m». Para outro tipo de formas o procedimento de PA foi a transliteração do sinal abreviativo por til, em posição medial e em formas «portuguesas», por til ou N em posição final e em formas «portuguesas», e por N/M, em posição medial e final em «latinismos». Por exemplo: nesta edição na l. 1: «*laur̄eci' fernãdiz*», mas em PA:

«laurencius fernãdiz»; nesta edição nas ll. 11–12: «ðū gōca | u-o a | laurēco fernã=ðiz e martī gōc | uiz», mas em PA: «dun gōçauo a laurencio fernãdiz e martin gōcaluiz»). Uma vez que este tipo de divergências com a presente edição resulta da aplicação de critérios interpretativos e não propriamente de erros de leitura, não assinalamos em nota estes casos. AJC e LFLC assinalam o desabreviamento caso a caso (AJC com letras entre parênteses, LFLC com letras em itálico), e fazem a restituição de letras omitidas (com letras entre colchetes) – embora haja inconsistências ocasionais, que não assinalamos – e capitalizam os nomes próprios. LFLC apresenta inconsistências ocasionais no desabreviamento com itálico, os quais não assinalamos. A separação de palavras dos dois editores é feita de acordo com critérios lexicais modernos. Nos caso dos clíticos pós-verbais ambos os editores respeitam a separação do manuscrito. Não anotamos divergências com a presente edição que resultem da aplicação destes critérios. AJC e LFLC introduzem pontuação moderna, embora a intervenção de AJC seja mais suave que a de LFLC. AJCb justifica em notas prévias, por vezes extensas, algumas das suas leituras, e tanto AJCa como AJCb assinalam em notas de rodapé alguns acidentes de redacção do manuscrito (como emendas, anulação de texto). JPR e PA não assinalam entrelinhamentos, LFLC assinala quase sempre e em nota, e apenas AJC assinala todos os casos no corpo do texto. Não assinalamos estes factos em nota. Quando se indica apenas «AJC» ou «LFLC» significa que AJCa e AJCb, por um lado, e «LFLCa» e «LFLCb», por outro, coincidem.

Como comentário geral à generalidade das edições coligidas, é forçoso reconhecer que todas levantam problemas em relação à representação do texto da *Notícia de Torto*: em JPR e PA há procedimentos gerais que distorcem significativamente a aparência gráfica do texto, para além de conterem leituras erróneas; AJC (ambas as edições) e sobretudo LFLC (ambas as edições) apresentam problemas pontuais de leitura e de transcrição.

Crítérios e convenções editoriais

A capitalização e pontuação do manuscrito são preservadas. A separação e junção de palavras e a translineação do manuscrito são preservadas. Todos os sinais de abreviação são representados e nenhuma abreviatura é expandida. São assinalados entrelinhamentos, emendas e rasuras. Nenhum texto é restituído. As linhas do manuscrito são numeradas.

o_texto separação de palavras juntas no ms.; considera-se que duas palavras contíguas estão separadas, ou seja, que o espaço interliterar que ocorre na fronteira entre duas sequências literais deve ser considerado um espaço intervocabular, quando: (1) as sequências contíguas podem ser interpretadas como itens lexicais distintos e não como partes constituintes do mesmo item lexical; (2) no espaço entre as palavras contíguas não há contacto entre os traçados das letras final e inicial; e (3) no espaço entre

as palavras contíguas pode ser inscrito um I minúsculo (i. e. a letra de menor largura)

<code>tex=to</code>	junção de partes de palavras separadas no ms.; considera-se que duas sequências literais estão separadas quando o espaço entre elas é igual ou maior ao do carácter adjacente mais estreito e permite a redacção desse carácter sem ficar encavaliado nos caracteres contíguos; assim sendo, quando o espaço se deve ao traçado dos dois caracteres que o limitam, e se esse espaçamento se repete, ou seja, se a sequência desses dois caracteres produz esse espaço sistematicamente no mesmo texto e na mesma mão, não há separação, e não há espaço branco na transcrição; se numa forma houver mais do que uma separação considera-se como termo de referência a letra de menor módulo adjacente a qualquer uma das separações
<code>tex[to?]</code>	leitura conjectural de letra ou sequência de letras parcialmente ilegíveis
<code>[...]</code>	texto ilegível por dano no suporte com número de letras indeterminado
<code>tex[c→]to</code>	substituição escribal por emenda
<code>tex[c+]to</code>	substituição escribal por sobreposição
<code><texto></code>	anulação escribal de texto por raspagem ou lavagem (legível)
<code><...></code>	texto anulado ilegível com número de letras indeterminado
<code><*> <***></code>	letra ou sequência de letras anuladas ilegíveis
<code><texte></code>	anulação escribal de texto por riscado (legível)
<code>/texto/</code>	letra ou sequência de letras na entrelinha superior
<code>\texto\</code>	letra ou sequência de letras na entrelinha inferior
<code>[↑texto]</code>	interpolação escribal de palavra ou sequência de palavras na entrelinha superior
<code>[]</code>	espaço em branco com a extensão de diversas letras deixado intencionalmente em branco pelo escriba
<code>tex[□]to</code>	espaço devido a acidente no suporte (furo, rasgão, borrão)
<code><texto></code>	abreviatura vocabular
<code>(texto)</code>	observações editoriais no corpo da edição
<code>L</code>	indicação editorial de linha de texto (numerada)

Edição

(recto)

- L01 Ø¹⁵ noticia ð tozto que feceř¹⁶ a_laurēci⁹ fernāðiz poz
plaço q/v/e¹⁷ feč¹⁸ gōcauo,¹⁹
- L02 ramiriz antre ſuð filið e_lourēzo²⁰ ferrnāðiz q̄le²¹
podedef ſaber e_oue aur d' _erdað²²
- L03 e_ð_aur tāto²³ q̄me²⁴ uno ð ſuð filið ð_aq̄to²⁵ podedefē²⁶ aur
ð bona ð ſeuo²⁷ pater e_fiolið ſeu,²⁸

¹⁵ Ø] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR '...'; PA 'De'; LFLC 'De'; AJC 'D(e)'; SP 'D'.

¹⁶ feceř] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR 'fecerum'; PA 'fecerum'; LFLC 'fecerū' (é provavelmente gralha, repetida em LFLCb); AJCa 'fecer(um)'; AJCb 'fecer(ū)'; SP 'fecer'. Nas formas verbais de 3.^a pessoa plural do pretérito perfeito a sequência final <ř> (equivalente a '-runt') é transcrita por JPR como '-rum', por PA como '-run' (mais frequentemente) e '-rum', LFLC como '-rū', por AJCa como '-r(um)', e por AJCb como '-r(ū)', pelo que não assinalamos mais em nota.

¹⁷ q/v/e] JPR, PA 'que'; LFLC 'qve'; AJC 'que'.

¹⁸ feč] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR 'fece'; PA 'fece'; LFLCa 'fez'; AJC 'fec(e)'; LFLCb 'fece'; SP 'fec'.

¹⁹ gōcauo,] a vírgula não é actualmente visível no ms.

²⁰ |ourēzo] JPR 'Lourenço' (JPR transcreve os nomes próprios em itálico, facto que não assinalamos em nota); PA 'lourenço'; LFLC 'Lourēzo'; AJCa 'Lourēço'; AJCb 'Lourēzo'.

²¹ q̄le] JPR 'quale'; PA 'quale'; LFLC 'quale'; AJCa 'q(ua)le'; AJCb 'q(u)ale'; a sequência 'q + letra vocálica sobrescrita com valor abreviativo' é transcrita sistematicamente por JPR e PA por 'quV', por LFLC como 'quV'; por AJCa como 'q(uV)', e por AJCb como 'q(u)V', pelo que não assinalamos mais em nota.

²² d' _erdað] as letras 'að' não são actualmente visíveis no ms.; JPR 'derdade'; PA 'de erdade'; LFLC 'de erdade'; AJC 'd(e) erdad(e)'; SP 'd'erd'.

²³ tāto] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR 'tanto'; PA, LFLC, AJC 'tāto'; SP 'tato'.

²⁴ q̄me] o 'o' sobrescrito não é actualmente visível no ms.; JPR, PA 'quome'; LFLC 'quome'; AJCa 'q(uo)me'; AJCb 'q(u)ome'; SP 'qme'.

²⁵ ð_aq̄to] JPR 'da quanto'; PA 'daquanto'; LFLC 'daquãto'; AJCa 'd(e) aq(uan)to'; AJCb 'da q(u)ãto'.

²⁶ podedefē] JPR 'podesem' (JPR translitera o sinal abreviativo geral com valor de nasal em final de forma verbal e nominal como '-m', pelo que não assinalamos mais em nota); PA 'podesen' (PA translitera geralmente o sinal abreviativo geral com valor de nasal em final de forma verbal como '-n', pelo que não assinalamos mais em nota); LFLC 'podesē' (o itálico é provavelmente gralha, repetida em LFLCb); AJC 'podesē'.

²⁷ ſeuo] PA 'seus'.

²⁸ ſeu,] a vírgula não é actualmente visível no ms.; LFLCa 'seu[s]'.

- L04 pater e_sua mater . E_δpois feceŕ plaço nouo e_cō=uē uo²⁹
 a_faber q̄le in_ille³⁰ fe/e/m
- L05 taes firmam̄to q̄les podedes saber . <E_f**aq>³¹ ramiro
 gōcaluiz . e_gōcaluo gōca³²
- L06 eluira³³ gōcaluiz fozū³⁴ fiaðozes δ sua irmana que ozgafe³⁵
 aqule³⁶ plaço come illō
- L07 Sup isto plaço ar_fer³⁷ suo plecto.³⁸ [.+]e_a_maioz aiuda³⁹
 que illō hic cōnoceŕ⁴⁰ que_les
- L08 acanoce<r>=fe.⁴¹ laurēxo⁴² ferrnādiz ra_irdaδ p p̄to⁴³ que
 a_tuefese o_abate δ (r̄co)⁴⁴ marti [m→]no⁴⁵

²⁹ uō] JPR omite; PA ‘uero’; LFLC, AJC ‘uos’.

³⁰ ille] JPR ‘elle’.

³¹ <E_f**aq>] sequência anulada por riscado forte; JPR, PA omitem; LFLC omite e assinala em nota uma palavra riscada; AJC omite e assinala em nota uma palavra rasurada.

³² gōca] JPR ‘Gonca’; PA ‘gōca[luiz]’; LFLC ‘Gōca[luiz e]’; AJCa ‘Gōca[luiz]’; AJCb ‘Gōca[luiz e]’.

³³ eluira] PA ‘elmira’.

³⁴ fozū] PA ‘forum’.

³⁵ ozgafe] por ‘otozgafe’; JPR, PA, AJCa ‘orgase’; LFLC ‘o[to]rgase’; AJCb ‘o[to]rgase’.

³⁶ aqule] por ‘aquele’; JPR ‘aquele’; PA, LFLC ‘aqu[e]le’; AJC ‘aqu[e]le’.

³⁷ ar_fer] por ‘arfeceŕ’; JPR ‘arferum’; PA ‘ar ferum’; LFLC ‘ar fe[ce]rū’; AJCa ‘ar fe(ce)r(um)’; AJCb ‘ar fe[ce]r(ū)’.

³⁸ .] ponto adicionado na linha.

³⁹ aiuda] PA ‘ainda’.

⁴⁰ cōnoceŕ] JPR ‘conocerum’.

⁴¹ acanoce<r>=fe] ‘r’ anulado por lavagem; JPR ‘acanoceŕse’; PA, LFLC, AJC ‘acanoceŕse’; LFLC assinala em nota um ‘r’ raspado, e AJCb assinala em nota um ‘r’ riscado; SP ‘acanoce[r] se’.

⁴² laurēxo] JPR ‘Laurenço’.

⁴³ p̄to] JPR ‘preito’; PA ‘plecto’; LFLCa ‘precto’; AJC ‘p(lec)to’, e assinala em nota que «em rigor, a abreviatura desta palavra devia desdobrar-se em p(re)to»; LFLCb ‘plecto’.

⁴⁴ r̄co] JPR ‘Santo’; PA ‘sancto’; LFLC ‘Sancto’; AJCa ‘S(an)c(t)o’; AJCb ‘S(ā)c(t)o’; LFLCb ‘Sancto’.

⁴⁵ marti [m→]no] com emenda do ‘m’ para ‘no’.

- L09 que como uēcefē <oct̄^u> <[a→]q>_⁴⁶ que af₁ | ef de fe δ⁴⁷ i fta⁴⁸
o_abade . e_que nunq̄^u i l l δ̄ | ecxafē
- L10 δ_aque la ir da δ̄ <δ>_⁴⁹ fē seu mādato . Se_a | exarē i tre
garē i l l e δ̄ oct̄^u⁵⁰ que [↑|₁] plaça
- L11 e_Daur que_oue r̄ δ̄ seu patr nuq̄^u⁵¹ <le>⁵² |₁ i δ̄ de r̄ parte . Deu
<α_laurē> <...>⁵³ δū⁵⁴ gōca | u \ , \

⁴⁶ <oct̄^u> <[a→]q>_₁] sequência inicial anulada por lavagem, e emenda de 'a' para 'q' com anulação por riscado ténue; JPR 'oetra'; PA omite; LFLC omite e assinala em nota um 'o' e um 'u' elevados acima da linha e um 'q'; AJC omite e assinala em nota letras raspadas que parecem ser *oct(r)a a* (AJCa) ou *oct(r)aa* (AJCb).

⁴⁷ δ̄] JPR, PA, LFLC 'de'; AJC 'd(e)'.
⁴⁸ i fta] SP 'ista'.

⁴⁹ ir da δ̄ <δ>_₁] 'd' anulado por riscado ténue seguido de espaço; JPR 'irdade d...'; PA 'irdade'; LFLCb 'irdade d[.]', e assinala em nota uma mancha que parece esconder uma letra; AJC 'irdad(e)'; AJCa acrescenta em nota: «No texto parece antes 'iertad(e) d(e)'; AJCb acrescenta em nota: «Vem a seguir um 'd' e uma mancha que cortam o sentido do texto»; a seguir ao 'd' anulado ocorre um espaço em branco provocado pela raspagem recente de um borrão proveniente da linha 9 que se estendia até à linha 11; editores anteriores assinalam a existência de uma mancha; é visível um ponto de tinta a seguir ao 'd', mas não parece tratar-se de um ponto escríbal; o espaço a seguir ao 'd' é equivalente a duas letras de módulo médio, mas uma vez que o borrão parece ter vindo da linha superior não se deve considerar a existência de letras ilegíveis.

⁵⁰ oct̄^u] AJCb 'oot(r)a'.

⁵¹ nuq̄^u] por 'nunq̄'; JPR 'nunqua'; PA, LFLC 'nu[n]qua'; AJCa 'nu[n]q(uam)'; AJCb 'nu[n]q(u)ã'.

⁵² <le>] sequência anulada por riscado ténue; JPR 'le'; PA omite; LFLC 'le', LFLCb acrescenta em nota: «'le li': 'le' parece cortado com um traço muito leve.», e em obs. na p. 35: «l. 11: Mantenha-se <le li ide>, onde A. J. C., creio que erradamente, lê <se li ide>»; AJC 'se'; AJCb acrescenta em nota: «'se' e não 'le', porque a primeira letra é um 's' alto e não um 'l'».

⁵³ <α_laurē> <...>] sequência anulada por riscado e lavagem; JPR, PA omitem; LFLC omite e assinala em nota a sequência anulada e um «espaço, preenchido por outro traço»; AJC omite e assinala em nota a sequência anulada 'a Laurē' e um espaço em branco.

⁵⁴ δū] AJCa 'do'.

⁵⁵ gōca | u \ , \ o] JPR 'Guncauo'; PA 'gõçauo'; LFLC 'Gõcaliz / o', LFLCb acrescenta em obs. à leitura de AJCa: «l. 11: mantenha-se a leitura <dū Gõcaliz>, em lugar de <do Gonçauū>, que não consigo ler no ms.» [p. 35]; AJCa 'Gonçauū', AJCb 'Gõcau / o' (cf. p. 206, nota 4).

- L12 o⁴¹ a_laurēco fernā[□]δiξ⁵⁶ e_martī gōcluiξ⁵⁷ .xii <a>⁵⁸ ca
 faef poz arrāđ ſua auóó
- L13 e_filar̄ l i i l l ō inđ vi cafales <qt̄at̄e> <er>⁵⁹ c̄⁶⁰ tozto . e
 _pode[ſ→] def ſaber como man,
- L14 ðo Dū gōcauo a_ſua mozte . Ø xvi cafales đ⁶¹ ueraciñ⁶²
 que_/đ/fructar̄⁶³ e_que_l i
- L15 nunq̄⁶⁴ iđ der⁶⁵ qnnō⁶⁶ . e_đ vii e_medio cafaef antre coina
 e_baftuξio unđ l i
- L16 nunq̄⁶⁷ der̄ qniō . E⁶⁸ đ tres i_tefuoſa⁶⁹ unđ l i nuq̄⁷⁰ ar_der⁷¹
 nada . e i i i_figeccrec,

⁵⁶ fernā[□]δiξ] o espaço é provocado pela mancha que se estendia desde a l. 8; JPR 'Fernandes'.

⁵⁷ gōcluiξ] por 'gōca|uiξ'; JPR 'Goncaluiz'; PA 'gōcaluiz'; LFLC 'Gōc[a]luiz'; AJC 'Gōc[a]luiz'.

⁵⁸ <a>] letra anulada por riscado ténue; JPR, PA omitem; LFLC omite e assinala em nota um 'a' sem referir a anulação; AJC omite e assinala em nota um 'a' traçado.

⁵⁹ <qt̄at̄e> <er>] sequência anulada por riscado forte; JPR, PA omitem; LFLC omite e assinala duas palavras anuladas a seguir a 'casales'; AJC omite e assinala em nota a sequência traçada 'quanto er' (AJCa) e 'quãtro er' (AJCb).

⁶⁰ c̄_] JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ũ)'.

⁶¹ đ] JPR, PA, LFLC 'de'; AJCa 'd(e)'.

⁶² ueraciñ] JPR 'Veracin'; PA 'ueracier'; LFLCa 'Veracin'; AJCa 'Ueracin'; LFLCb 'Ueracin'; LFLC assinala em nota 'N' maiúsculo; AJCb 'Ueraciⁿ'.

⁶³ /đ/fructar̄] JPR 'fructarum'; PA 'fructarun'; LFLCa 'fructarũ'; AJCa '<d(e)>-fructar(um)'; LFLCb 'de defructarũ' (é provavelmente gralha; cf. LFLCb p. 35); AJCb '<d(e)>fructar(ũ)'.

⁶⁴ nunq̄] AJCa 'nunq(uam)'.

⁶⁵ der] por 'der̄'; JPR 'derum'; PA 'derun'; LFLC 'der[ũ]'; AJCa 'der[um]'; AJCb 'der[ũ]'.

⁶⁶ qnnō] JPR 'quinnons'; PA 'quinnōs'; LFLC 'quinnōs'; AJCa 'q(ui)nnō'; AJCb 'q(u)innōs'; SP 'qnnō'; a parte superior do E maiúsculo da linha inferior está grafada entre 'qnnō' e o ponto que se segue, dando a impressão de um 's' alto.

⁶⁷ nunq̄] JPR, PA 'nunqua'; LFLC 'nunqua'; AJCa 'nunq(uam)'; AJCb 'nunq(u)ã'.

⁶⁸ E_] PA 'Et' (sic, sem itálico).

⁶⁹ tefuoſa] JPR, LFLC, AJCb 'Tefuosa'; PA 'teuosa'; AJCa 'Tesuosa'.

⁷⁰ nuq̄] por 'nunq̄'; JPR 'nunqua'; PA 'nu[n]qua'; LFLC 'nu[n]qua'; AJC 'nu[n]q(ua)'; AJCb 'nu[n]q(u)ã'.

⁷¹ der] por 'der̄'; JPR 'derum'; PA 'derun'; LFLC 'der[ũ]'; AJCa 'der(um)'; AJCb 'der[ũ]'.

- L17 $\delta o.^{72}$ unnd δ^{73} nū= \bar{u} <n[e→]αδα> 74 . \bar{q} 75 | $_1$ de \acute{r} qnō. e i or \bar{i} 76 tama |
 $\bar{u}\delta$ | $_1$ \bar{n} 77 ar_de \acute{r} qnō. e_da_sena
- L18 ra δ 78 coina $\bar{u}\delta$ | $_1$ \bar{n} 80 ar_de \acute{r} qnō 81 . e_[u→]duno 82 cafa | δ
 _coina que_leua \acute{r} $\bar{i}\delta$ | $_{111}$ anof,
- L19 o_frcuctu 83 \bar{c} 84 tozto. e_poz iftef tozto δ que_| $_1$ fece \acute{r} tem
 \bar{q} _a_seu plazo quebratado
- L20 e_ \bar{q} _| $_1$ _o deuē poz sana \acute{z} . e_ δ =pois oue \acute{r} seu_ma | e_meteu
 o_aba δ paz 85 atre 86 | $_{11}$ ef
- L21 \bar{i} no carua | $_{10}$ δ laurecdo. 87 e rogouo o_ 88 abate tāto que
 beifso c 89 | $_{11}$ ef .E_de \acute{r} | $_1$,
- L22 xv | $_{1111}$ mozabitino δ \bar{q} _| $_1$ fila \acute{r} . & δ =pof ifte pto 90 pre δ \acute{r}
 [↑| $_1$] <or* 91 > o_seruica | otro δ ,\

⁷² figecrec, δo | JPR, LFLC 'Figeerecdo'; PA 'fige e reedo'; AJC 'Figeereedo'.

⁷³ unnd δ | JPR, PA 'unde'; LFLC 'unnde'; AJC 'unnd(e)'.

⁷⁴ <n[e→]αδα> | sequência anulada por riscado médio com emenda de 'e' para 'a'; JPR, PA omitem; LFLC omite e assinala em nota a forma anulada; AJC omite e assinala em nota a forma traçada.

⁷⁵ nū= \bar{u} | JPR, PA 'nunqua'; LFLC 'nūqua'; AJCa 'nunq(uam)'; AJCb 'nūquã'.

⁷⁶ \bar{i} _ | JPR omite.

⁷⁷ \bar{n} _ | JPR omite.

⁷⁸ δ _ | JPR omite.

⁷⁹ | $_1$ _ | JPR, LFLCb omitem.

⁸⁰ \bar{n} | JPR omite.

⁸¹ e i or \bar{i} _tama | ... \bar{n} ar_de \acute{r} qnō | JPR omite; JPR saltou da sequência 'qnō'.

no meio da linha 17 para sequência idêntica no meio da linha 18.

⁸² duno | JPR 'duno'; PA 'de uno'; LFLCa 'de uno'; AJC, LFLCb 'd'uno'.

⁸³ fructu | JPR, PA 'fructu'; LFLC 'frcuctu'; AJC 'frouctu'.

⁸⁴ \bar{c} _ | JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLCb 'cū' AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

⁸⁵ paz | JPR 'pac'.

⁸⁶ atre | por 'ātre'; JPR 'atre'; PA, LFLC 'a[n]tre'; AJC 'a[n]tre'.

⁸⁷ laurecdo | AJC 'Laureedo'.

⁸⁸ rogouo o | AJCa 'rogou o'.

⁸⁹ c | sem sinal de abreviação sobre o 'c'; JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

⁹⁰ pto | JPR 'preito'; PA 'plecto'; LFLCa 'precto'; AJC 'p(lec)to'; LFLCb 'plecto'.

⁹¹ pre δ \acute{r} /| $_1$ / <or* 91 > | por 'pre δ \acute{r} /| $_1$ /'; sequência anulada por riscado médio; da última letra só foi grafado o primeiro traço; JPR 'prenderumli'; PA 'pre[n]derun li'; LFLCa 'pre[n]derūli', e assinala em nota as letras entrelinhadas e a anulação de um 'n'; AJCa 'pre[n]d(e)r(um)li'; AJCb 'pre[n]d(e)r(ū)'; AJC assinala em nota 'on' traçado; LFLCb 'pre[n]deronli', e assinala em nota as letras entrelinhadas e a anulação de um 'n'.

- L23 om̄⁹² đ⁹³ ʃa caʃa . e_trofeʒno xviiii dias p_mōtes e_feceʒles
tā máá⁹⁴ priʃō,
- L24 p_que leuaʒ deles q̄to podeʒ aúr . E_đ=pois l_i_đʃūro
gōcauo⁹⁵ gōcauix,
- L25 ʃa_fil_i⁹⁶ pechena : e irmarl_i⁹⁷ xviii caʃales unđ perdeu
fructu . e iʃto,
- L26 fu i đp/ois/ que fuʒ⁹⁸ fi i đo ant_o abate⁹⁹ E đ=pois que fuʒ¹⁰⁰
i fi ado poz i uix o đ i lo,
- L27 rec . E_nūq̄¹⁰¹ i l l e¹⁰² feʒ¹⁰³ neu<ñ>¹⁰⁴ ma l poz_todo aqueʃte¹⁰⁵
. E_fezeles <ta> <q̄>¹⁰⁶ aguda¹⁰⁷,
- L28 q̄les aqui ouirecdes¹⁰⁸ Sup ʃua aguda feʒ test i [f→] uigo¹⁰⁹
c̄¹¹⁰ gōcauo cebolano,

⁹² om̄] JPR ‘omem’; PA ‘om[éé]’; LFLC ‘ome’; AJCa ‘om[ee]’; AJCb ‘om(e)’.

⁹³ đ] o traço que cruza a haste do ‘d’ é agora vestigial no ms.; JPR, PA, LFLC ‘de’; AJC ‘d(e)’; SP ‘ð’.

⁹⁴ máá] JPR ‘maa’; PA, LFLC, AJC ‘máá’; já não são visíveis plicas no ms.

⁹⁵ gōcauo] JPR ‘Guncavo’.

⁹⁶ f i l i] por ‘f i l i a’; JPR ‘fili’; PA, LFLCa ‘fila’; AJC ‘fili[a]’; LFLCb ‘fili[a]’.

⁹⁷ i r m a r l i] por ‘i r m a r l i’; JPR ‘irmarli’; PA ‘irmar[un] li’; LFLC ‘irmar[ū]li’; AJCa ‘irmar[um]li’; AJCb ‘irmar[ū]li’.

⁹⁸ fuʒ] LFLC ‘furū’.

⁹⁹ abate] LFLCb ‘abade’.

¹⁰⁰ fuʒ] LFLC ‘furū’.

¹⁰¹ nūq̄] JPR, PA ‘nunca’; LFLC ‘nunqua’; AJCa ‘nūq(ua)’; AJC ‘nūq(u)a’.

¹⁰² i l l e] JPR ‘illi’.

¹⁰³ feʒ] JPR, LFLCb ‘feze’; PA, LFLCa ‘fez’; AJC ‘fez(e)’.

¹⁰⁴ neu<ñ>] letra anulada por riscado ténue; JPR, PA ‘neu’; LFLCa ‘neun’, e assinala em nota a anulação do ‘n’; AJC ‘neun’; AJCb observa em nota: «o traço quase imperceptível que se nota no segundo *n* não o corta» (p. 205); LFLCb ‘neu’, e assinala em nota a anulação do ‘n’.

¹⁰⁵ aqueʃte] JPR ‘aquesto’.

¹⁰⁶ <ta> <q̄>] sequência anulada por riscado médio; JPR, PA omitem; LFLCa omite e assinala em nota a existência de algumas letras riscadas e ilegíveis; AJC ‘taes’, e AJCb observa em nota: «Em vez de *taes*, como pede o contexto, parece estar *ta* e *qua*, ambas riscadas»; LFLCb ‘taes’, e assinala em nota a existência de algumas letras riscadas e ilegíveis a seguir a ‘fezeles’.

¹⁰⁷ aguda] PA ‘aguda’.

¹⁰⁸ ouirecdes] JPR, PA, LFLCb ‘ouirecdes’; LFLCa, AJC ‘ouireedes’.

¹⁰⁹ test i [f→] uigo] JPR ‘testifiigo’.

¹¹⁰ c̄] JPR ‘cum’; PA ‘cun’; LFLC ‘cū’; AJCa ‘c(um)’; AJCb ‘c(ū)’.

- L29 Ε_ sup σα_ αιυδα ar fui | ι a_ cafa e_ φι | ο | ι ^u qto¹¹¹ que_ | ι agou
e_ deu a_ ι | λ | ε | f . ε sup σα \ , \
- L30 αιυδα oue τεστι=figo [̄]c¹¹² p̄tro¹¹³ gomez omezio q/v/e_ | ι ¹¹⁴
cuf tou maef <^uq>¹¹⁵ ka.c.¹¹⁶.η. ¹¹⁷
- L31 Ε_ sup σα αιυδ¹¹⁸ oue mal [̄]c¹¹⁹ go [m→] nca luo gomez que | ι <ε>¹²⁰
cuf tou mul to da¹²¹ a^ur
- L32 e_ muita perda . Ε_ in¹²² σα αιυδα oue mal [̄]c¹²³ gocaluo¹²⁴ suar i z
. ε¹²⁵ in σα αιυδα , ¹²⁶
- L33 oue mal [̄]c_ ¹²⁷ ramiro fernad i z que_ | ι cuf tov muito a^ur muita
perda
- L34 Ε_ in_ ¹²⁸ σα αιυδα fui ι i ^ur¹²⁹ fezes¹³⁰ a_ coibra¹³¹ . ε_ in_ ¹³² σα
αιυδα διxe¹³³ mul <f> uices¹³⁴

¹¹¹ ^uqto] LFLC 'qua[n]to'.

¹¹² [̄]c] JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

¹¹³ p̄tro] SP 'p̄tro'.

¹¹⁴ q/v/e_ | ι] JPR 'qui li'.

¹¹⁵ <^uq>] letras anuladas por lavagem; JPR, PA, LFLC e AJC omitem, e LFLC e AJCb assinalam em nota uma letra riscada.

¹¹⁶ .c.] JPR 'cem'.

¹¹⁷ .η.] JPR 'maravidis'; PA 'Morabitinós'; LFLC 'morabitinós'; AJC 'm(orabitinós)'.

¹¹⁸ αιυδ] por 'aiudá'; JPR 'ajuda'; PA, LFLC 'aiud[a]'; AJC 'aiud[a]'.

¹¹⁹ [̄]c] JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

¹²⁰ | ι <ε>] letra anulada por riscado forte; JPR, PA, LFLC, AJC 'li'; SP 'l | s]'.

¹²¹ da] JPR 'de'.

¹²² Ε_ in] JPR 'em'.

¹²³ [̄]c] JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

¹²⁴ gocaluo] por 'gōcaluo'; JPR 'Guncalvo'; PA 'gōcaluo'; LFLCa 'Gocaluo'; AJC 'Go[n]caluo'; LFLCb 'Go[n]caluo'.

¹²⁵ ε] JPR omite.

¹²⁶ αιυδα ,] a vírgula já não é visível no ms.; SP 'aiudá ,'.

¹²⁷ [̄]c_] JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

¹²⁸ Ε_ in_] JPR 'Em'.

¹²⁹ ι i ^ur] JPR 'II'.

¹³⁰ fezes] PA 'feces'.

¹³¹ coibra] por 'coībra'; JPR 'Coimbra'; PA 'coinbra'; LFLC 'Coi[m]bra'; AJCa 'Coi[n]bra'; AJCb 'Coi[m]bra'.

¹³² ε_ in_] JPR 'Em'.

¹³³ διxe] JPR 'dixi'.

¹³⁴ mul <f> uices] letra anulada por riscado médio; JPR 'mul vices'; PA

L35 (*linha interpolada*)

L36 seu tozto a|_rec . e sup r_a iud¹³⁵ mādoc¹³⁶ | idar seuf omf¹³⁷
c̄¹³⁸ mar

L37 <ϣ>τιν¹³⁹ <ι̇ηνf>¹⁴⁰ que qra¹⁴¹ ḏ=fūr ar sa irmana . e_cū | | / / e
e_cū sa casa

L38 e_cū seu pam e_c̄¹⁴² seu uino ueceste f uofa erdaḏ[a→] e e_cū
| | | e

L39 existif ḏ sua [↑casa] in_1[r→]pfo die que uofa qtaḏ . e
_ | | | e teue a_uofa

L40 rezō . e_otf¹⁴³ aiuda multa¹⁴⁴ que_<*>¹⁴⁵ feξ . E plus_|_1_a_
custado

L41 uofa aiuda q_|_1_inḏ¹⁴⁶ cae ḏ_erdaḏ¹⁴⁷ . E subre bec io e sup

L42 fíĩmto se_ar_qferdes ouir af_ḏefōra q/v/e ante ihc¹⁴⁸ fur^z

L43 ar ouideā Veneḏ a_uila e_fila|_1¹⁴⁹ o_pozco ante seuf filidō
e_com

'mul[*tas*] uices'; LFLCa 'mul[*tas*] uices'; AJC 'mul[*ta*]s uices'; LFLCb 'mul[*ta*]s uices', e assinala em nota um 's' «alto» riscado a seguir a 'mul'.

¹³⁵ r_a iud] por 'ra iuda' JPR 'sa jud'; PA, AJC, LFLCb 'saiud[a]'.
¹³⁶ mādoc] JPR 'mandoc'; PA, AJCa 'mādoe'; LFLC 'mādoc'; AJC 'mādoe'.

¹³⁷ omf] JPR 'omens'; PA 'om[e]s'; LFLCa 'omes'; AJC 'om(ée)s', LFLCb 'oméés'.

¹³⁸ c̄] AJCa 'c[um]'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

¹³⁹ mar - <ϣ>τιν] letra anulada por riscado ténue; JPR 'Martin' (mas 'Martim' na

linha 12); PA 'martin'; LFLC 'Martin', e assinala em nota a sequência 'in' riscada e substituída por 'tin'; AJC 'Martin', e assinala em nota a letra anulada.

¹⁴⁰ ι̇ηνf] JPR 'Johanes'; PA 'iohanes'; LFLC 'Johanes'; AJCa 'I(o)h(an)n(i)s'; AJCb 'I(o)h(a)n(e)s'.

¹⁴¹ qra] por 'qria'; JPR 'quira'; PA 'quira', e em nota: «Aliás *queria*.»; LFLCa 'quira'; AJCa 'q(ui)ra' e acrescenta em nota: «Por 'queria'»; AJCb 'q(u)ir[i]a'; LFLCb 'quir[i]a'.

¹⁴² c̄] JPR 'cum'; PA 'cun'; LFLC 'cū'; AJCa 'c(um)'; AJCb 'c(ū)'.

¹⁴³ otf] JPR 'outras'; PA, LFLC 'otras'; AJCa 'ot(ra)s'; AJCb 'ot(r)as'; SP 'ots'.

¹⁴⁴ multa] JPR 'multa'.

¹⁴⁵ <*>] letra anulada por riscado forte; JPR, PA, AJC, LFLC omitem.

¹⁴⁶ q_|_1_inḏ] JPR 'quali inde'; PA 'qual *unde*', e em nota: «Ou *quali inde*?»; LFLC 'quali inde'; AJCa 'q(ua)l und(e)', e acrescenta em nota: «Também pode ler-se: *q(u)ali ind(e)*.»; AJCb 'q(u)a li inde', e acrescenta em nota: «Também pode ler-se: *q(ua)li ind(e)*.».

¹⁴⁷ ḏ_erdaḏ] AJCb 'd'erdad[e]'.

¹⁴⁸ ihc] JPR 'hic'.

¹⁴⁹ f_ila|_1] por 'f_ilaḏ|_1'; JPR 'filali'; PA 'filarun li'; LFLC 'fila[rū]li'; AJCa 'fila-
[rum]li'; AJCb 'fila[rū]li'.

- L44 erūfīlo . Vener̄ alīa uice er_fīlūr¹⁵⁰ ot¹⁵¹ ante īllēf
 L45 er_come[ɾ→]r̄fo . Vener̄ ī_[↑alīa]uice er_fīlīar̄ una anfar
 ante
 L46 fa fīlīa er_comeṛfa¹⁵² . †_alīa uice ar_fīlīar̄lī o_pane
 ante
 L47 fūō fīlīō . †_alīa uice ar ueṛ¹⁵³ hīc er_¹⁵⁴ fīlar̄¹⁵⁵ īḏe
 o_uino
 L48 ante īllōf

(verso)

- L49 otro īn_fīc̄¹⁵⁶ uener̄lī¹⁵⁷ fīlar ante feuf fīlīō q̄to¹⁵⁸ q/v/e¹⁵⁹
 lī agar¹⁶⁰ ī_quele
 L50 cafa . E_fūr̄lī <ə>_uuerīar¹⁶¹ e_p̄deṛ īḏ o_cōlaço unḏ mamou
 o_[le?]
 L51 te¹⁶² e_gacaṛno¹⁶³ e_getar̄¹⁶⁴ īn_(tṛa) polo cecar e_leṛ¹⁶⁵
 delle q̄to¹⁶⁶ oue

¹⁵⁰ fīlūr̄] JPR 'filurum'; PA 'filarun'; LFLC 'filarū'; AJCa 'filar(um)'; AJCb 'filar(ū)'; SP 'fīlar̄'.

¹⁵¹ ot̄] JPR 'o trigo'; PA 'o t[riig]o'; LFLC 'otro'; AJCa 'ot(ro)'; AJCb 'ot(r)o'.

¹⁵² comeṛfa] JPR 'comerumsea'.

¹⁵³ ueṝ] por 'uener̄'; JPR 'verum'; PA 'uerum'; LFLC 'ue[ne]rū'; AJCa 'ue[ne]r(um)'; AJCb 'ue[ne]r(ū)'.

¹⁵⁴ er_] JPR omite.

¹⁵⁵ fīlar̄] JPR 'filiarum'; PA 'filiarun'; LFLC 'filarū'; AJC 'filar(um)'; AJCb 'filar(ū)'.

¹⁵⁶ otro īn_fīc̄] JPR 'E otro innc'; PA 'otro inhc', e em nota: «Ou uice?»; LFLCa 'Otro inhc'; LFLCb, AJC 'Otra uice (?)'; SP 'Otra uice'.

¹⁵⁷ uener̄lī] SP 'uenerūlī'.

¹⁵⁸ q̄to] LFLC 'qua[n]to'.

¹⁵⁹ q/v/e] JPR omite.

¹⁶⁰ agar̄] JPR 'agarum'; PA 'azarun'; LFLC 'agarū'; AJCa 'agar(um)'; AJCb 'agar(ū)'; SP 'agar'.

¹⁶¹ <ə>_uuerīar] letra anulada por riscado ténue; JPR 'ou veriar'; PA 'ou ueriar', LFLC 'u ueriar', e LFLCb assinala em nota o 'o' anulado; AJCa 'u uētriar (?)'; AJCb 'u ueriar (?)' e assinala em nota o 'o' anulado.

¹⁶² o_[le?] - te] JPR '... re'; PA 'o lecte (?)'; LFLC '[o lec] / te'; AJC 'o lec- / te' (AJCa acrescenta '(?)'); SP '... e [. re'; no estado actual do ms. não é visível outra letra depois de 'le'.

¹⁶³ gacaṛno] JPR 'arumno'.

¹⁶⁴ getar̄] JPR 'getar'.

¹⁶⁵ leṝ] por 'leuar̄'; JPR 'lerum'; PA 'le[ua]run'; LFLC 'le[ua]rū' e assinala, por lapso (em ambas as edições), em nota a esta forma o entrelinhamento de 'ua' que ocorre de facto na forma da linha seguinte; AJCa 'le[ua]r(um)'; AJCb 'le[ua]r(ū)'.

¹⁶⁶ q̄to] LFLC 'qua[n]to'.

- L52 ʃa|ia uice ar_fur̃ a_feracī e_p̃d̃r̃¹⁶⁷ i i^{or}¹⁶⁸ om̃r̃¹⁶⁹ e gacarū nō
e_le/ua/r¹⁷⁰
- L53 de|e|f q̃to¹⁷¹ que oueṛ̃ . ʃ ot̃¹⁷² fice ar_p̃deṛ̃¹⁷³ ot̃r̃¹⁷⁴ i i^{or}¹⁷⁵
a_|e¹⁷⁶ irmano p̃tagio¹⁷⁷
- L54 fernādix e_iagaṛnō. ʃ ot̃ ueṛ̃¹⁷⁸ a_pige/c/<ge>rō¹⁷⁹ e_|euaṛ̃
[ʃuo?] [...]¹⁸⁰
- L55 ante¹⁸¹ p̃tagio fernādix

(linha interpolada no recto)

- L35 e_oza in_īsta tregu=a fur̃ a_ueracī amaṣaṛ̃|_i of om̃r̃¹⁸²
erma|_i¹⁸³ x ca|ae|f

¹⁶⁷ p̃d̃r̃ | LFLC 'pre[n]derũ'.

¹⁶⁸ i i^{or} | JPR 'duos'.

¹⁶⁹ om̃r̃ | JPR 'omens'; PA 'om[é]és'; LFLC 'oméés'; AJC 'om(é)és'.

¹⁷⁰ |e/ua/r | por 'leuaṛ̃'; JPR 'lerum'; PA 'levarun'; LFLCa 'levarũ'; AJCa 'le[ua]-r(um)'; AJCb 'le<ua>r(ũ)'; LFLCb 'leuarũ' (LFLC assinala, por lapso, o entrelinhamento de 'ua' em nota à forma da linha anterior).

¹⁷¹ q̃to | JPR, PA 'quanto'; LFLC 'qua[n]to'; AJCa 'q(uan)to'; AJCb 'q(u)ãto'.

¹⁷² ot̃ | JPR 'outra'; PA, LFLC 'otra'; AJCa 'ot(ra)'; AJCb 'ot(r)a'.

¹⁷³ p̃deṛ̃ | LFLC 'pre[n]derũ'.

¹⁷⁴ ot̃r̃ | JPR 'outros'; PA 'otros'; LFLC 'otros'; AJCa 'ot(ro)s'; AJCb 'ot(r)os'.

¹⁷⁵ i i^{or} | JPR 'dous'.

¹⁷⁶ a_|e | JPR '...'; PA, LFLC 'a se[u]'; AJC 'a se[u]'.

¹⁷⁷ p̃tagio | forma esmaecida mas reconhecível.

¹⁷⁸ ueṛ̃ | por 'ueneṛ̃'; JPR 'verum'; PA 'uerun'; LFLC 'ue[ne]rũ'; AJCa 'ue[ne]r(um)';

AJCb 'ue[ne]r(ũ)'.

¹⁷⁹ a_pige/c/<ge>rō | JPR 'a ...'; PA 'a .. ge .. tros', e em nota: «Será o nome de povoação *Pegeiros?*»; LFLC 'a [...] ge [...] tros'; AJC 'a Pegeiros (?)', e acrescenta em nota: «Nas últimas cinco palavras segui a leitura e interpretação de Pedro de Azevedo, por estarem quase ilegíveis no original»; SP '.. gec .. tro'; não há espaço para um <e> entre o <p> e o <g>, mas cabe um <i>, do qual se pode ainda perceber o traço de ataque.

¹⁸⁰ |euaṛ̃ [ʃuo?] [...] | JPR 'levar IV.'; PA 'levarunso ...', e em nota: «João Pedro Ribeiro lê aqui: *levar VI*; ou melhor: *levarun iiii ... ante*. Também proponho a leitura: *levarun iiii om[es] ... ante*»; LFLC 'levarũso [...]'; AJCa 'levar(um)so III om(é)és'; AJCb 'levarũso III om(é)és' (sobre a leitura de AJC cf. nota anterior); SP 'leuaṛ̃fo.....'; no estado actual do ms. não é possível identificar com certeza nenhuma letra individual depois de 'leuaṛ̃', ou determinar o número exacto de letras ilegíveis.

¹⁸¹ ante | JPR, LFLC omitem; PA 'ante'; AJC 'ante'; SP '...'.

¹⁸² om̃r̃ | JPR 'omens'; PA 'om[é]és'; AJC 'om(é)és'; LFLC 'oméés'.

¹⁸³ erma|_i | por 'ermaṛ̃|_i'; JPR 'ermali'; PA 'erma[run] li'; LFLC 'erma[rũ]li'; AJCa 'erma[rum]li'; AJCb 'erma[rũ]li'.

3. Edição interpretativa da *Notícia de Torto*

Critérios e convenções editoriais

Todas as abreviaturas, incluindo o sinal abreviativo geral com valor de nasal, são desenvolvidas sem indicação editorial. São introduzidas capitalização e pontuação, de acordo com critérios modernizadores. A capitalização e pontuação originais são eliminadas. As palavras partidas são reconstituídas sem indicação, as palavras escritas sem separação no manuscrito são separadas sem indicação, e as palavras divididas por translineação são reconstituídas na linha em que começam, introduzindo-se um hífen para indicar a translineação. O sinal de fim de linha não é transcrito. Não é transcrito texto anulado ou emendado. O texto restituído é dado entre colchetes. Mantém-se a separação e numeração de linhas, e divide-se o texto em parágrafos numerados, procedimento que permite captar a estrutura textual e facilita a leitura.

Referimos algumas soluções de desabreviamento adoptadas, por se revestirem de alguma complexidade e por afastarem a nossa edição interpretativa de edições anteriores. O desabreviamento baseia-se exclusivamente na história das abreviaturas e no valor literal que as abreviaturas tinham no contexto da tradição latina. Assim:

A abreviatura <̄c> é desenvolvida como 'con'. Trata-se de uma abreviatura comum na tradição escritural latina e nos documentos latino-portugueses, onde habitualmente representa um prefixo ou sílaba inicial 'con-'. Na *Notícia de Torto*, como já referimos acima, esta abreviatura é usada para representar a preposição portuguesa 'com' (latim 'cum'), a qual era idêntica foneticamente ao prefixo 'con-', i. e. /kõ/. Não seria correcto desenvolvê-la como 'cum' (forma para a qual existia um sinal abreviativo especial) ou 'cun' (forma sem qualquer fundamento paleográfico). A abreviatura <̄n>, comum na tradição escritural latina, é transcrita como 'non' de acordo com a tradição latina. A alternativa 'nom' seria paleo- e scriptograficamente anacrónica, enquanto 'nun' seria paleograficamente inaceitável. As formas abreviadas 'om / oms' ocorrem em duas variantes muito semelhantes: <om̄> l. 23, <om̄f > ll. 35 e 36, <om̄f > l. 52. Não se trata de uma abreviatura vocabular, mas sim do emprego (comum em textos latinos) de um sinal abreviativo geral para representar a sequência 'en' (como em <firmam̄tō> l. 05, e <fíj̄m̄to> l. 42). Desenvolvemos assim as formas como 'omen/omens'.

O sinal abreviativo geral sobreposto a <r> em formas de 3 pessoa do plural do pretérito perfeito é transcrito como '-unt'. Tal desabreviamento baseia-se no valor habitual e tradicional da abreviatura latina (cf. Cencetti 1997, 380 e 391). Reconhecendo que tal desabreviamento tem a aparente desvantagem de dar um aspecto mais alatinado à *Notícia*, na qual não ocorre de facto nenhuma forma verbal desabreviada com '-unt', consideramos, no entanto, que tal alatinamento reflecte o ambiente escritural em que o texto foi redigido, o treino escribal do seu autor material e, portanto, a interpretação que o próprio

daria à grafia empregue. As alternativas ao desenvolvimento seriam ‘-un’ (baseado nas poucas formas desabreviadas que ocorrem) ou ‘-on’ (baseado numa interpretação grafo-fonémica «portuguesa» da abreviatura). Ambas soluções teriam o óbice de não terem fundamento paleográfico, e de não corresponderem a nenhuma prática escribal corrente no início do século XIII.

Quanto ao sinal geral de abreviação com valor de nasal adoptámos os desenvolvimentos que nos parecem corresponder melhor tanto às preferências grafémicas do escriba, como às convenções ortográfica latinas, desabreviando como M final quando tal seja justificado pelos padrões grafémicos da tradição latina (nas formas verbais, e nas formas ‘tam’ e ‘Dum’ = Dom). Quando o desabreviamento por M resulta numa sequência vogal+M pouco comum em latim (são os casos de ‘im’, ‘om’), optámos pela solução vogal+N (que predomina em posição interna de palavra). Dado que o sinal abreviativo geral com valor de nasal funciona na *Notícia* como uma abreviatura, e não como um diacrítico de nasalidade, a transliteração na edição interpretativa por til não nos pareceu adequada.

Para facilitar a compreensão do texto damos para formas com grafias peculiares uma forma gráfica normalizada equivalente, latina ou portuguesa moderna.

Identificamos todos os topónimos em nota, dando a forma ortográfica moderna.

Abreviaturas usadas nas notas:

arc. arcaico, obsoleto

conc. concelho

dist. distrito

freg. freguesia

lat. latim

med. português medieval

mod. português moderno

Edição

- P01 (*recto*) |^{L01} De noticia de torto que fecerunt¹⁸⁴ a Laurencius Fernandiz, por plazo¹⁸⁵ que fece¹⁸⁶ Goncauo |^{L02} Ramiriz antre suos filios e Lourenzo Fernandiz, quale podedes saber.
- P02 E oue¹⁸⁷ auer¹⁸⁸ de erdade |^{L03} e d'auer tanto quome uno de suos filios d'aquanto podessem auer de bona de seuo pater, e fiolios¹⁸⁹ seu |^{L04} pater e sua mater.
- P03 E depois fecerunt plazo nouo e conuemuos a saber quale; in ille seem |^{L05} taes firmamentos quales podedes saber.
- P04 [...] Ramiro Goncaluiz e Goncaluo Gonca[luiz] |^{L06} Elhura Goncaluiz forum fiadores de sua irmana que o[to]rgase aqu[e]le plazo come illos.
- P05 |^{L07} Super isto plazo ar fe[ce]runt suo plecto,¹⁹⁰ e a maior ajuda que illos hic connocerunt: que les |^{L08} acanocese¹⁹¹ Laurenzo Fernandiz sa irdade per preto;¹⁹² que a teuese o Abate de Sancto Martino;¹⁹³ |^{L09} que como uencesem que asi les dese de ista o Abade; e que nunca illos lecxasem¹⁹⁴ |^{L10} daquela irdade sen seu mandato; se a lexarem intregarem ille de octra¹⁹⁵ que li plaza.¹⁹⁶
- P06 |^{L11} E d'auer que ouerunt¹⁹⁷ de seu pater nuquam li inde derunt parte.
- P07 Deu Dum Goncalu-o |^{L12} a Laurenco Fernandiz e Martin Gonc[a]luiz XII casaes por arras de sua auoo, |^{L13} e filarunt li illos inde VI casaes con torto.
- P08 E podedes saber como man-do¹⁹⁸ |^{L14} Dum Goncauo a sua morte.
- P09 De XVI casaes de Ueracin¹⁹⁹ que defructarunt e que li |^{L15} nunca inde der[unt] quinnon.²⁰⁰

¹⁸⁴ fecerunt] = mod. 'fizeram'.

¹⁸⁵ plazo] = mod. 'prazo'.

¹⁸⁶ fece] = mod. 'fez'.

¹⁸⁷ oue] = mod. 'houve' (arc.).

¹⁸⁸ auer] = mod. 'haver'.

¹⁸⁹ fiolios] mod. 'fiou-lhos'.

¹⁹⁰ plecto] = mod. 'preito'.

¹⁹¹ acanocese] = mod. 'reconhecesse'.

¹⁹² preto] = mod. 'preito'.

¹⁹³ Sancto Martino] mosteiro de S. Martinho de Manhente, freg. de Manhente, conc. de Barcelos, distr. de Braga (cf. Cintra 1990, 33s., Castro 1991, 229, Castro 1992, 68s., Costa 1993, 219).

¹⁹⁴ lecxasem] med. 'leyxassem', mod. 'deixassem'.

¹⁹⁵ octra] = mod. 'outra'.

¹⁹⁶ plaza] = mod. 'praza'.

¹⁹⁷ ouerunt] = mod. 'houveram' (arc.).

¹⁹⁸ mando] = mod. 'mandou'.

¹⁹⁹ Ueracin] Varzim, Póvoa de (cidade e sede de concelho), distr. do Porto (cf. Cintra 1990, 34s., Castro 1992, 69).

²⁰⁰ quinnon] = mod. 'quinhão'.

- P10 E de VII e medio casaes antre Coina²⁰¹ e Bastuzio²⁰² unde li |^{L16} nunquam derunt quinon.²⁰³
- P11 E de tres in Tefuosa²⁰⁴ unde li nuqua ar der[unt] nada.
- P12 E Ilos in Fígecrec-do,²⁰⁵ |^{L17} unnde nunquam li derunt quinon.²⁰⁶
- P13 E Ilos in Tamal²⁰⁷ unde li non ar derunt quinon.
- P14 E da sena-ra²⁰⁸ |^{L18} de Coina unde li non ar derunt quinon.
- P15 E duno²⁰⁹ casal de Coina que leuarunt inde III anos |^{L19} o fructu con torto.
- P16 E por istes tortos que li fecerunt tem qua a seu plazo quebrantado |^{L20} e qua lio deuem por sanar.
- P17 E depois ouerunt seu mal e meteu o Abade paz atre illes |^{L21} inno²¹⁰ carualio de Laurecdo.²¹¹
- P18 E rogouo o Abate tanto que beiso²¹² c[on] illes.
- P19 E deruntli |^{L22} XVIII morabitanos qui li filarunt.
- P20 E depos iste preto prenderuntli o seruical, otro |^{L23} omen de sa casa, e troseruntno XVIII dias per montes.
- P21 E feceruntles tam maa prison |^{L24} per que leuarunt deles quanto poderunt auer.
- P22 E depois li desunro²¹³ Goncauo Goncauiz |^{L25} sa fili[a] pechena.
- P23 E irmar[unt]li XIII casales unde perdeu fructu.
- P24 E isto |^{L26} fui²¹⁴ depois que furunt²¹⁵ fiidos ant'o Abate, e depois que furunt infiados por iuizo de ilo |^{L27} Rec.²¹⁶
- P25 E nunqua ille feze neu mal por todo aqueste.

²⁰¹ Coina] Cunha (freg.), conc. de Braga, distr. de Braga (cf. Cintra 1990, 29s., Castro 1991, 225–228, Castro 1992, 65ss.).

²⁰² Bastuzio] Bastuço (fregs. e vilas de Santo Estêvão de Bastuço e de João de Bastuço), conc. de Barcelos, distr. de Braga (cf. Cintra 1990, 30s., Castro 1990, 228, Castro 1992, 65ss., Castro 1992, 68).

²⁰³ quinon] = mod. 'quinhão'.

²⁰⁴ Tefuosa] Tebosa (freg. e vila), conc. de Braga, distr. de Braga (cf. Cintra 1990, 31s., Castro 1991, 228, Castro 1992, 67s.).

²⁰⁵ Fígecrecdo] Figueiredo (freg.), conc. de Braga, distr. de Braga (cf. Cintra 1990, 32).

²⁰⁶ quinon] = mod. 'quinhão'.

²⁰⁷ Tamal] Tamel, S. Veríssimo de (freg.), conc. de Barcelos, distr. de Braga (cf. Cintra 1990, 32s., Castro 1991, 229, Castro 1992, 68).

²⁰⁸ senara] = mod. 'seara'.

²⁰⁹ duno] = mod. 'dum'.

²¹⁰ inno] = mod. 'no'.

²¹¹ Laurecdo] Louredo (lugar, antiga freg. de S. Jorge de Louredo), freg. de Airó, conc. de Barcelos, distr. de Braga (cf. Cintra 1990, 33, Castro 1991, 229s., Castro 1992, 69s.).

²¹² beiso] = mod. 'beijou'.

²¹³ desunro] = mod. 'desonrou'.

²¹⁴ fui] = mod. 'foi'.

²¹⁵ furunt] = mod. 'foram'.

²¹⁶ ilo Rec] = mod. 'el-Rei'.

- P26 E fezeles agudas²¹⁷ |^{L28} quales aqui ouirecdes.²¹⁸
- P27 Super sua aguda fez testiugo con Goncauo Cebolano.
- P28 |^{L29} E super sa ajuda ar fuili a casa e filoli²¹⁹ quanto que li agou²²⁰ e deu a illes.
- P29 E super sa |^{L30} ajuda oue testifigo con Petro Gomez, omezio que li custou maes qua C morabitos.
- P30 |^{L31} E super sa aiud[a] oue mal con Goncaluo Gomez, que li custou multo da auer |^{L32} e muita perda.
- P31 E in sa ajuda oue mal con Gocaluo Suariz.
- P32 E in sa ajuda |^{L33} oue mal con Ramiro Fernandiz que li custou muito auer, muita perda.
- P33 |^{L34} E in sa ajuda fui Ilas fezes²²¹ a Coibra.²²²
- P34 E in sa ajuda dixeu mul[ta]s uices |^{L36} seu torto al Rec.
- P35 E super s'aiud[a] mandoc²²³ lidar seus omens con Martin |^{L37} Iohannis que quir[i]a desunrar sa irmana.
- P36 E cum ille e cum sa casa |^{L38} e cum seu pam e con seu uino uencestes uosa erdade.
- P37 E cum ille |^{L39} existis de sua casa in ipso die que uola quitarunt.
- P38 E ille teue a uosa |^{L40} rezon.
- P39 E otras ajudas multas que fez.
- P40 E plus li a custado |^{L41} uosa ajuda qua li inde cae d'erdade.
- P41 E subre becio²²⁴ e super |^{L42} fimento se ar quiserdes ouir as desonras que ante ihc²²⁵ furunt |^{L43} ar ouideas.
- P42 Uenerunt²²⁶ a uila, e fila[runt]li o porco ante seus filios, e comerumsilo.
- P43 |^{L44} Uenerunt alia uice er filurunt²²⁷ otro ante illes, |^{L45} er comeruntso.
- P44 Uenerunt in alia uice, er filiarum una ansar ante |^{L46} sa filia, er comeruntsa.
- P45 In alia uice ar filiaruntli o pane ante |^{L47} suos filios.
- P46 In alia uice ar ue[ne]runt hic, er filarunt inde o uino |^{L48} ante illos.
- P47 (*verso*) |^{L49} Otro: in [alia] fice²²⁸ ueneruntli filar ante seus filios quanto que li agarunt²²⁹ in quele²³⁰ |^{L50} casal.

²¹⁷ agudas] = mod. 'ajudas'.

²¹⁸ ouirecdes] = mod. 'ouvireis'.

²¹⁹ filoli] = mod. 'filhou-lhe' (arc.).

²²⁰ agou] = mod. 'achou'.

²²¹ fezes] = mod. 'vezes'.

²²² Coibra] Coimbra (cidade, sede de concelho e capital de distrito).

²²³ mandoc] = mod. 'mandou'.

²²⁴ becio] = mod. 'bênção'.

²²⁵ ihc] por 'hic'.

²²⁶ Uenerunt] = mod. 'vieram'.

²²⁷ filurum] por 'filarum'.

²²⁸ fice] lat. 'uice', mod. 'vez'.

²²⁹ agarum] = mod. 'acharam'.

²³⁰ quele] = mod. 'aquele' (com aférese).

- P48 E furuntli uueriar,²³¹ e prenderunt inde o conlazo unde mamou o [le?]-te, |^{L51} e gacaruntno,²³² e getarunt²³³ in terra polo cecar,²³⁴ e le[ua]runt delle quanto oue.
- P49 |^{L52} In alia uice ar furunt a Feracin,²³⁵ e prenderunt Ilos omens, e gacarrumnos,²³⁶ e leuar[unt] |^{L53} deles quanto que ouerunt.
- P50 In otra fice ar prenderunt otras Ilos a se²³⁷ irmano Pelagio |^{L54} Fernandiz e iagaruntnos.²³⁸
- P51 In otra [fice] ue[ne]runt a Pigeccros²³⁹ e leuarunt [suo?] [...] |^{L55} ante Pelagio Fernandiz.

(*linha interpolada no recto*)

- P52 |^{L35} E ora in ista tregua furunt a Ueracin, amazaruntli os omens, erma[runt]li X casaes.

²³¹ uueriar] = med. 'uerear' (?), mod. 'verear' (?) (arc.); pode ser também um nome, do Provençal 'verger' (cf. Castro, 1991, 239).

²³² gacaruntno] = mod. 'chagaram-no'.

²³³ getarunt] = mod. 'jeitaram' (arc.).

²³⁴ cecar] = mod. 'cegar'.

²³⁵ Feracin] Varzim, v. supra.

²³⁶ gacarrumnos] = mod. 'chagaram-nos'.

²³⁷ se] = mod. 'seu'.

²³⁸ iagaruntnos] = mod. 'chagaram-nos'.

²³⁹ Pigeccros] Pigeiros (lugar), freg. de Carreira, conc. de Barcelos, distr. de Braga. Este topónimo é mencionado em dois dos documentos latinos relativos a Lourenço Fernandes que Costa (1993, docs. 27 e 28) publica.

4. Aspectos paleográficos da *Notícia de Torto*²⁴⁰

O autor material da *Notícia de Torto* é desconhecido e não foi até hoje identificado outro testemunho escrito pela mesma mão. Apesar desta circunstância, o documento foi criticamente datado de 1211–1216, datação que a análise paleográfica não contradiz.

A *Notícia de Torto* apresenta uma escrita que, em termos históricos, pode ser definida como «uma escrita carolina evolucionada para a gótica» (Costa 1993, 220), que espelha o panorama geral da escrita em Portugal de fins do século do XII e início do XIII.

Segundo a paleógrafa Maria José de Azevedo Santos «o facto da escrita francesa ter entrado em Portugal já numa fase de incipiente transição para a gótica explica a acentuada presença de elementos desta escrita em cartas, que embora mantenham algumas características carolinas, não podem ser classificadas como tal» (Santos 1994, 167).

A nomenclatura não é rígida, sendo esta escrita alternativamente denominada carolina de transição, carolino-gótica, gótica inicial (Nunes 1984, 19–20) ou pré-gótica.²⁴¹

Contrariamente à passagem da escrita visigótica para a carolina, resultante de uma reforma gráfica que introduziu profundas alterações no aspecto formal das letras (na «figura»), no conjunto de caracteres utilizado e no sistema braquigráfico (nomeadamente com a introdução das abreviaturas por letras sobrescritas), a evolução da escrita carolina para a gótica reflecte, em grande medida, uma mudança técnica no instrumento de escrita. As escritas visigóticas e carolina inicial eram traçadas com o cálamo, um instrumento que permitia uma escrita leve, e uniforme na espessura dos traços, sem contrastes acentuados entre cheios e finos, de formas arredondadas. O uso da pena de ave cortada em bisel à esquerda, em substituição do cálamo, favoreceu uma crescente angulosidade («fractura») no desenho das letras, a qual, explorada sistematicamente, veio a desembocar na gótica alemã, a *textura*, geometrizada em alto grau. A relação entre a mudança no ângulo de talhe do aparo e o aspecto formal dos signos gráficos foi detalhadamente estudada por Jacques Bousard, que vê nela a causa principal do surgimento da nova escrita:

«La plume bisautée à gauche, permettant au scribe de prendre sans cesse appui sur toute la largeur du biseau, sauf pour les traits horizontaux ou franchement obliques, donne alternance régulière de pleins et de déliés; si le mouvement des courbes est très ample, il se traduit par une angulosité marquée, qui se produit au moment où le trait change

²⁴⁰ A *Notícia de Torto* foi já alvo de uma análise paleográfica detalhada em Pedro (1994), em que nos baseamos livremente; referimos aqui apenas alguns aspectos mais salientes para a sua caracterização.

²⁴¹ «Corresponde a um estágio de trajecto e, como se passou com a visigótica semi-cursiva ou com a visigótica de transição para a carolina, a sua característica principal é a associação em grau variável, de elementos da carolina e de elementos da gótica» (Santos 1994, 166).

de sens – la fracture – et, s'il est léger et sinueux, par une sorte de fuselage, le biseau travaillant de façon élastique et terminant la haste en pointe régulièrement amincie» (Boussard 1951, 243–4).

Do ponto de vista da técnica de escrita, a carolina de transição é uma escrita caligráfica,²⁴² ou seja, cada carácter é desenhado traço a traço, seguindo uma ordem e direcção pré-estabelecidas, de acordo com um modelo aprendido. Sendo uma escrita «construída», pausada, não apresenta marcas de cursividade,²⁴³ próprias de escritas mais velozes.

A regularidade e uniformidade do traçado de uma escrita caligráfica não implicam, necessariamente, absoluta conformidade ao modelo; uma vez atingido o fim último, que será a legibilidade de cada carácter (simples ou composto: letra a que se apõe um ou mais sinais abreviativos, nexos ou ligadura artificial de duas letras), o escriba pode permitir-se variações pessoais, «estilísticas» ou «de moda», desde que não se afaste formalmente do modelo que segue:

«... une écriture est d'autant plus lisible que l'aspect extérieur des signes fait apparaître sans hésitation possible chez le lecteur la lettre signifiée. Pourvu que le scribe respecte loyalement les conventions reçues dans son milieu, en réalisant des formes reconnaissables par ceux qui doivent les lire, le but poursuivi, c'est-à-dire la lisibilité, est atteint. Mais le scribe sait très bien que les conventions peuvent ne pas être toujours respectées avec la même rigueur. Il doit éviter les risques de confusion en réalisant des formes parfaitement différenciées. Le minimum de rigueur requise indique ici la limite au delà de laquelle le scribe ne peut aller» (Gilissen 1973, 46).

É esta flexibilidade relativa no seio de uma escrita canonizada que nos permite, ao nível da análise morfológica da letra, identificar mãos individuais, e, ao nível genérico das categorias de escrita, distinguir grupos caligráficos, de acordo com o grau de solenidade apresentado, i. e., o maior ou menor respeito pelo «modelo ideal»: «si potrebbe dir quasi l'idea platonica dei segni alfabetici» (Cencetti 1997, 53).

Seguindo a tipologia proposta por Eduardo Borges Nunes (1984, 19–20), e desenvolvida por António Ribeiro Guerra (1988, 86–89), podemos demarcar

²⁴² «Dans ces types d'écriture, les lettres doivent être tracées élément par élément en tenant compte des grasses et des maigres; celles-là sont formées en faisant glisser la plume en direction du corps du scripteur et ceux-ci, en la déplaçant vers la droite. (...) En calligraphiant, on devait veiller à la succession des traits – qui n'était pas arbitraire, mais suivait un développement organique et technique – et à la «structure» des lettres» (Bischoff 1985, 58).

²⁴³ As marcas de cursividade são expressão de um aumento da velocidade de escrita. Podem provocar mudanças na figura e feitura de letras isoladas, quando dois ou mais traços são grafados num só tempo, respeitando ou não a ordem e direcção dos traços; podem traduzir-se na introdução de traços adicionais de ligação («ligaduras») entre letras contíguas ou entre a letra-base e o sinal abreviativo que lhe está associado; ou ainda, como em certos pré-cursivos sem ligaduras, na alteração da figura da letra pela desagregação dos seus traços.

na documentação portuguesa dos séculos XII e XIII, dentro da «grande família» da escrita carolina de transição, cinco grupos caligráficos:

- (1) caligráfico solene, com letra de corpo pesado, hastes muito curtas;²⁴⁴
- (2) caligráfico semi-solene, com características muito próximas do anterior mas figuras mais reduzidas e hastes ligeiramente elevadas;
- (3) caligráfico comum,²⁴⁵ primeira fase, com corpo menor, formas arredondadas, hastes altas mas simples;
- (4) caligráfico comum, segunda fase, de corpo ainda menor, hastes altas e simples mas revelando já traços goticizantes ou pré-cursivos;
- (5) caligráfico usual de chancelaria (ou «minúscula diplomática»), uma variante, ou grupo de variantes do anterior, «ornado de maneirismos vários, e mais ou menos complicados, que afectam as hastes, as ligaduras, os sinais de abreviatura» (Nunes 1984, 20).

A letra da *Notícia de Torto*, sendo embora caligráfica, não mostra quaisquer marcas de solenidade; é uma escrita carolina de transição fortemente goticizada, informal, e, como tal, insere-se no grupo (4), que reúne as caligráficas comuns de segunda fase. É uma letra de corpo não muito pequeno, desenhada, sem elementos cursivos, com hastes superiores de alturas variadas, geralmente com o dobro da altura do corpo, e traços de ataque à esquerda que conferem ao topo das hastes um aspecto biselado ou bifurcado. A alternância entre cheios e finos e a quebra dos traços curvos marcam a influência gótica da letra.

A informalidade gráfica, ou seja, o grau de afastamento em relação ao «modelo ideal», é patente em algumas particularidades que se prendem, quer com o traçado específico de determinados caracteres, quer com soluções braqui-gráficas pessoais e inventivas (q.v. infra). Discordamos todavia de Cintra, quando classifica a letra da *Notícia* como «uma letra particularmente irregular» (1990, 23).

A ausência de regramento, necessário para guiar a progressão horizontal da escrita, aliado ao corte assimétrico da base do pergaminho, são em parte responsáveis pelo aspecto geral algo desordenado do documento (Pedro 1994, 16 passim).

A superfície de trabalho usual de um escriba medieval era um plano inclinado com um rebordo na base, onde repousava o suporte de escrita; normalmente este seria preso ao atril através de pequenas tachas, os «pinos» (Guerra 1988, 77), e o seu uso deixava pequenos orifícios nas margens dos pergaminhos.

A *Notícia de Torto* foi redigida num pergaminho de recorte rectangular assimétrico, sendo a escrita orientada pela dimensão menor: tem de largura

²⁴⁴ Tipicamente destinado à elaboração de códices, mantém-se em uso até ao século XIV (Nunes 1984, 20).

²⁴⁵ Nunes (ibid.) usa o termo «caligráfico usual (<notula>)».

no corte de cabeça 161 mm contra 131 mm no corte de pé, e de altura 313 mm na margem esquerda e 289 mm à direita (medido a partir do canto inferior direito). Em relação ao corte de cabeça, relativamente horizontal, o de pé descreve um ângulo de 10°. As margens não revelam quaisquer indícios da utilização de pinos.

Creemos que se pode reconstituir com plausibilidade o seguinte cenário: o escriba pousou o pergaminho no atril de forma a que o corte de cabeça ficasse na horizontal (ficando apoiado no rebordo apenas o canto inferior esquerdo) e orientou a escrita por essa linha mestra; à medida que a redacção do texto progredia, o pergaminho deslizou no atril até assentar na porção mais extensa do corte de pé, ficando ligeiramente inclinado para a direita. Constate-se como, a partir da linha 10, as linhas de escrita adquirem uma orientação ascendente gradualmente mais acentuada, denunciando a mudança de posição do pergaminho.

No entanto, a distância interlinear apresenta valores relativamente constantes, embora com alguma oscilação: entre 5 mm e 9 mm. Na margem direita os valores são ligeiramente menores, o que se explica facilmente pela compressão provocada pela inclinação das linhas e pela menor altura do pergaminho. Assim, o espaçamento das linhas de escrita é relativamente homogéneo, apesar da ausência de regramento.

Quanto à «irregularidade» da letra, o quadro seguinte (retirado de Pedro 1994, 22) demonstra que a relação modular – a relação entre a altura e a largura médias das letras – se mantém dentro de valores muito aproximados, exceptuando os referentes às linhas 34 a 36, claramente inferiores aos das linhas envolventes: 4 a 5 mm de espaço interlinear contra 6 a 8 mm nas restantes, relação modular de 0,876.

linhas	entrelinha ao centro	altura média	largura média	altura média hastes sup.	altura média hastes infer.	relação modular
31	5 mm	0,6	2,469	5 mm	3 mm	1,215
32	7 mm	0,42	2,484	5 mm	3 mm	1,183
33	7 mm	0,42	2,516	5,5 mm	2,5 mm	1,183
34	6 mm	0,5	2,532	6 mm	2,5 mm	1,184
35	4 mm	0,5	2,281	4 mm	2,5 mm	0,876
36	5 mm	0,7	2,592	6 mm	3 mm	1,349
37	6 mm	0,5	2,440	5 mm	2 mm	1,229
38	7 mm	0,42	2,653	6 mm	3 mm	1,169
39	6 mm	0,5	2,629	5 mm	3 mm	1,141
40	6 mm	0,5	2,295	5 mm	3 mm	1,073

Quadro 1 – Relação Modular da *Notícia de Torto*

De modo geral, a letra da *Notícia de Torto* é proporcionada e regular, apesar das condições de redacção, e tendo em consideração que não estamos perante uma caligrafia solene.

A causa da menor dimensão das formas da linha 35 é circunstancial: a linha foi interpolada após a redacção do documento, aproveitando uma entrelinha anormalmente grande entre as linhas 34 e 36.²⁴⁶ Não é um entrelinhamento na medida em que não supre informação omitida por lapso no bloco textual em que se insere; pelo contrário, forma uma frase completa, sem relação directa com o contexto em que aparentemente se insere, e porque não há qualquer sinal gráfico especial denunciando a interpolação, prejudica gravemente o sentido do texto se este for lido de contínuo, sem atenção aos «sintomas»: estes são a redução na altura das hastes ascendentes e uma certa compressão geral do módulo. Principalmente, é revelador o que sucedeu aquando da escrita da palavra <tregua>: as primeiras cinco letras da palavra foram escritas numa sequência contínua até que esta foi interrompida pela presença da metade superior de um E aumentado vindo da linha 36, que ocupa toda a entrelinha; o <a> final foi escrito debaixo do olho do <e>, ficando como que «encravado» nele. A relação modular confirma o resultado da análise paleográfica.

Uma outra característica concorre para reforçar a ideia de irregularidade, e esta é, de facto, invulgar na documentação notarial portuguesa coeva: a dimensão exagerada das hastes do D uncial de módulo reduzido, da conjunção 'e' em certas formas maiúsculas e minúsculas aumentadas, e ainda do D maiúsculo. Quase todas tocam a base da linha de escrita imediatamente superior e algumas ultrapassam-na e inscrevem-se no espaço branco entre duas palavras (e. g. linhas 11 e 16).

Este último caso é particularmente significativo porque deu origem a leituras erróneas da palavra <qnnō> (l. 15), em quase todas as anteriores edições da *Notícia de Torto* (v. supra nota 51 à Edição Paleográfica): o E da linha 16 foi iniciado após o 'o' de <qnnō> e o topo da sua haste, com o traço cimeiro, foi confundido com um S alto. Pensamos que esta particularidade denota, não incompetência escribal, como a despreocupação com as convenções estéticas e com as práticas escriturais prevalecentes poderia levar a supor, mas antes uma informalidade que reflecte a própria natureza diplomática da *Notícia de Torto*: o escriba estava ciente do teor do texto que redigia, sabia que não se enquadrava no formulário típico dos documentos dispositivos, e que o que lhe era pedido era a redacção de uma «notícia», logo podia permitir-se uma liberdade que não seria aceite noutra contexto.

A presença de numerosas correcções, entrelinhamentos e rasuras, inadmissíveis em documentos dispositivos ou probatórios²⁴⁷ pode ser igualmente interpretada sob este ponto de vista.

²⁴⁶ O espaço interlinear entre as linhas 34 e 36 (sem ter em conta a linha 35) é de 8 mm na margem esquerda, 10 mm ao centro e 10 mm na margem direita.

²⁴⁷ Do mesmo modo se infere, das normas prescritas pelo ordenamento notarial da Igreja, que «O valor probatório do documento exigia que este não tivesse *vitia* – ou seja, rasuras, letras refeitas, selo falso, etc. – uma vez que o *instrumentum falsum* ou *falsatum* não podia servir de prova» (Sá-Nogueira 1996, 6).

Estamos certamente em presença de um escriba familiarizado com um grande leque de escritas e, possivelmente, com a leitura, senão a escrita, de códices. Baseamo-nos em primeiro lugar na variedade de formas alternativas com que representa o mesmo carácter: não apenas as variantes de E de módulo grande (capital, uncial, minúscula aumentada) mas sobretudo os dois glifos para o carácter G, observáveis nas linhas 24, em <gōcauo>, e 32, em <gocaluo>.

Um escriba experiente assimilava um número relativamente grande de formas alternativas para letras de grande módulo, e seleccionava uma de entre as que compunham o seu «arsenal personnel» (Gilissen 1973, 48) no momento em que escrevia. Assim, é legítimo supor que o escriba da *Notícia* terá efectuado previamente uma breve (brevíssima) pausa, durante a qual reviu o leque de glifos registado na sua memória, e feita a escolha, traçou a forma pretendida.

Note-se que este processo não é compatível com uma técnica de escrita veloz, uma vez que pressupõe que o escriba tenha vagar para relembrar o seu «arsenal» gráfico e escolher um determinado glifo, não se coadunando, portanto, com a ideia de um texto escrito apressadamente, ou sob pressão. Nesses casos a tendência seria a oposta: limitar-se-ia a um único glifo, que repetiria cada vez que lhe fosse necessário escrever o carácter correspondente.

A situação é diversa quanto ao G: é um signo gráfico complexo, com um *ductus* composto de vários traços, tem uma figura facilmente identificável, e o risco de confusão com outro carácter é praticamente nulo; é, por conseguinte, um carácter que o escriba podia grafar com menos rigidez. Por estas razões é a letra de referência quando se pretende identificar mãos diferentes num mesmo manuscrito. É significativo que o escriba da *Notícia* tenha, não um, mas dois glifos básicos para o carácter G, o primeiro acima mencionado traçado em cinco tempos, o segundo em quatro, que emprega alternadamente e nunca ambos na mesma linha. Qualquer dos glifos é grafado sem indecisão, o que revela, além da amplitude do seu «arsenal pessoal», prática de escrita frequente (não sendo, embora, um copista «profissional»), pois além de conhecer figuras alternativas para determinados caracteres, sabia traçá-las correctamente.

O facto de estarmos perante um diploma e não um códice explica muitas destas aparentes irregularidades, que não serão senão marcas de um estilo individual; assim o entende Guerra quando, a propósito de documentos notariais da segunda metade do século XII, afirma:

«Os escribas em análise (alguns, «notatores» de ocasião), não podem ser olhados ao mesmo nível dos seus contemporâneos escrevedores de códices, ou dos futuros tabeliães que carregam consigo uma longa prática de fórmulas e de gestos repetidos. (...) A polivalência de estilos gráficos dos escribas é possível. A atitude estética posta na execução dos actos pode evidenciar uma marca de escola, mas também encaminhar-se para o acentuar do cunho pessoal do escriba» (Guerra 1992, 478).

A cópia de códices não era tarefa exclusiva de copistas treinados, mas um copista «profissional», ou seja, alguém que praticava longa e intensamente uma escrita controlada e uniforme (conforme ao modelo aprendido ou ao estilo seguido no *scriptorium* onde trabalhava), desenvolvia uma série de mecanismos de controle de escrita que são, em nossa opinião, incompatíveis com as características gráficas da *Notícia*. As diferenças de altura nas hastes ascendentes, as letras de módulo grande que se prolongam pela linha de escrita anterior, dão-nos uma imagem de uma mão não condicionada por regras formais nem por critérios estéticos rígidos. Do mesmo modo podemos interpretar a perturbação no alinhamento das linhas de escrita (que atribuímos à ausência de regramento prévio e à não afixação do pergaminho à prancheta): um copista treinado teria maior domínio quer dos gestos prévios à redacção, quer da direcção da escrita, quer ainda da distribuição global da mancha gráfica, que na *Notícia* se apresenta compacta, sem margens definidas.

O pergaminho não foi aparado após a escrita, como revelam os sinais de translineação escribal colocados sob a última letra dessa linha; toda a superfície foi aproveitada ao máximo, excepto na última linha do recto onde só foram grafadas duas palavras. Pensamos que este facto denota dois momentos de escrita, um primeiro em que foi redigido o texto do recto, outro realizado após a sua leitura perante o autor moral. Neste segundo momento foram feitos alguns acrescentos interlineares, foi interpolada a frase da linha 35, e escrito o texto do verso; este principia com «Otro: in [alia] fice», que só pode ser lido como o anúncio de que o que se segue é o relato de mais um «torto», informação desnecessária caso este texto tivesse sido escrito sem interrupção na sequência temporal de escrita.

Se o escriba da *Notícia de Torto* não era um copista «profissional» tudo indica, no entanto, que era um escriba competente. Esta ideia é confirmada pela análise dos sinais abreviativos da *Notícia*, a que Giorgio Cencetti chama o «elemento simbólico» da abreviatura.²⁴⁸

A *Notícia* apresenta os seguintes caracteres abreviativos:

- Traço supralinear médio simples ($\bar{\square}$), formando em alguns casos carácter composto
- Traço supralinear curto com saída ($\bar{\square}^{\bar{\cdot}}$)
- Traço supralinear curto com ataque e saída ($\bar{\square}^{\bar{\cdot}}^{\bar{\cdot}}$)
- Traço horizontal infralinear em combinação com um carácter literal (p q) formando carácter composto

²⁴⁸ «Ogni compendio è, essenzialmente, costituito da due parti: la scrittura alfabetica di una parte del vocabolo abbreviato (elemento semantico del compendio) e l'artificio destinato a segnalare il carattere compendiaro della scrittura (elemento simbolico del compendio)» (Cencetti 1997, 384).

- Apóstrofo (')
- Til vertical (¨)
- Letras sobrescritas (¨ ¨ ¨)
- Sinal supralinear de abreviação de ‘-us’ (nota tironiana) (¨)
- &²⁴⁹

Apenas o emprego dos três primeiros braquigrafemas e de um caso de carácter compósito se nos afigura merecedor de algumas considerações em particular, por documentar usos peculiares ou criativos.

Os traços supralineares devem ser considerados grafemicamente como sinais abreviativos gerais, os quais podem ter dois tipo de função abreviativa:

- (1) função abreviativa geral: a abreviatura que resulta do emprego do sinal é uma abreviatura vocabular (ou «logográfica»), pois a função abreviativa do sinal tem âmbito lexical, i. e., o sinal aplica-se globalmente a uma forma gráfica, não está de forma obrigatória associado graficamente a uma letra de base, e não está nunca associado graficamente a um grafema literal;
- (2) função abreviativa específica: a abreviatura que resulta do emprego do sinal é uma abreviatura sistemática (ou «alfabética»), pois a função abreviativa do sinal tem âmbito sub-lexical, i. e. aplica-se localmente no interior de uma palavra, podendo associar-se graficamente a uma letra de base, e estando sempre associado graficamente a um grafema literal (na *Notícia de Torto* os traços supralineares têm extensão média e estão graficamente associados sempre a um único grafo literal de base).

Os diferentes traços têm na *Notícia* a seguinte expressão numérica:

Traço supralinear médio simples	153 (= 71%) ²⁵⁰
Traço supralinear curto com saída	3 (= 1%)
Traço supralinear curto com ataque e saída	61 (= 28%)
Total:	217

Estes valores permitem considerar que o traço curto com saída e traço curto com ataque e saída não seriam mais do que variantes alográficas de uma mesma entidade abreviativa. Pode-se, assim, distinguir apenas dois tipos de traço: de traçado simples e de traçado complexo (com ataque opcional). O exame detalhado da função dos diversos traços confirma esta interpretação, dado que estes dois tipos de traço, apesar de terem alguns valores abreviati-

²⁴⁹ Uma única ocorrência, na linha 22. Na origem nexu literal visigótico de «e» + «t final», apresenta-se aqui com o *ductus* alterado e desagregação geral do traçado, muito distante da forma arquetípica, não podendo ser interpretado senão como sinal abreviativo.

²⁵⁰ Os traços supralineares oblíquos que cortam as hastas ascendentes das letras <d>, <h> e <l>, e o olhal do <D>, devem ser interpretados como uma variante do sinal horizontal simples, formando caracteres compósitos em associação com a letra de base; são, assim, incluídos nesta contagem.

vos em comum, apresentam uma completa separação em relação a outros. Ou seja, a carga representacional dos dois tipo de traço não se sobrepõe completamente: se em alguns contextos estão em distribuição paralela, noutros contextos grafémicos estão de facto em distribuição complementar, pelo que se deve considerar que contrastam significativamente no sistema grafémico da *Notícia*.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que o grande número de ocorrências do traço supralinear simples resulta da sua utilização como abreviação de N/M, processo abreviativo de grandes repercussões para a escrita medieval posterior (cf. na secção seguinte a rubrica «Representação grafémica da nasalidade vocálica»), o que mostra que se tratava de um processo abreviativo absolutamente consolidado e estabilizado.

O quadro seguinte dá a expressão numérica geral das diversas funções dos três traços identificados.

Tipo de traço	Função abreviativa (geral ou específica)					
	Geral	'e'	'en'	'n/m'	're'	'-unt'
médio simples	13 ²⁵¹	53 ²⁵²	5 ²⁵³	82 ²⁵⁴	—	—
curto com saída	—	—	—	—	—	3 ²⁵⁵
curto com ataque e saída	1 ²⁵⁶	4 ²⁵⁷	1 ²⁵⁸	—	5 ²⁵⁹	50 ²⁶⁰

Quadro 2 – Distribuição funcional dos traços supralineares na *Notícia de Torto*

²⁵¹ Formas: <ċ>, <n̄>, <ih̄n̄f>, <f̄c̄o>.

²⁵² Formas: <ð̄>, <ð̄>, <d̄>, <fēξ̄>, <pt̄āḡio>.

²⁵³ Formas: <f̄īj̄m̄to>, <f̄īr̄m̄ām̄t̄o>, <om̄>, <om̄f̄>.

²⁵⁴ Formas: <com-er̄ū>, <cōlāξo>, <cōnocēr̄>, <cō=ue>, <cū>, <Dū>, <dēf̄ōr̄á̄>, <deuē>, <du>, <ð̄=f̄ūrar>, <ð̄f̄ūro>, <feracī>, <fernā̄d̄īξ̄>, <fernā̄d̄īξ̄>, <ferrnā̄d̄īξ̄>, <fozū>, <gōca>, <gōcalūīξ̄>, <gōcaluo>, <gōcaūīξ̄>, <gōcauo>, <gōclūīξ̄>, <ĵ̄>, <ī̄>, <ī̄de>, <ī̄ð̄>, <ī̄fīād̄ō>, <ī̄no>, <ī̄t̄regarē>, <laurē>, <laurēcī>, <laurēco>, <laurēξo>, <lexāf̄ē>, <lexarē>, <lourēξo>, <martī>, <mādato>, <mādoc>, <mōtel̄>, <nū=ḡ̄>, <nūḡ̄>, <podēf̄ē>, <pr̄īf̄ō>, <q̄n̄īō>, <q̄n̄n̄ō>, <q̄n̄ō>, <quebr̄at̄ado>, <rēξ̄ō>, <f̄ē>, <tā>, <tāto>, <ueracī>, <uēcēf̄ē>, <uēcēf̄tel̄>, <ū̄ð̄>.

²⁵⁵ Formas: <f̄īlār̄>, <leuār̄>, <uenēr̄>.

²⁵⁶ Formas: <t̄r̄a>.

²⁵⁷ Formas: <fēč̄>, <fīč̄>, <pātr̄>, <pt̄ro>.

²⁵⁸ Formas: <om̄f̄>.

²⁵⁹ Formas: <ḡ̄to>, <ḡ̄dēr̄>, <ḡ̄ð̄r̄>.

²⁶⁰ Formas: <agār̄>, <amāξār̄>, <comēr̄>, <come[̄f̄]r̄>, <cōnocēr̄>, <dēr̄>, </ð̄/fructār̄>, <f̄ecēr̄>, <fēr̄>, <f̄ilār̄>, <f̄īliār̄>, <f̄īlūr̄>, <fūr̄>, <gacār̄>, <gacār̄>, <getār̄>, <ī̄agār̄>, <lēr̄>, <leuār̄>, <ouēr̄>, <podē̄r̄>, <prēð̄r̄>, <ḡ̄dēr̄>, <ḡ̄ð̄r̄>, <q̄tār̄>, <trōfēr̄>, <Venēr̄>, <uēr̄>.

Pode-se observar que os traços com saída nunca tomam o valor de abreviação de nasal N/M, enquanto o traço simples nunca toma o valor de abreviação de ‘-unt’ (sendo estas as duas funções abreviativas específicas dominantes no texto). Nestes dois contextos grafémicos, abundantemente representados no texto, os dois tipos de traço estão em distribuição complementar. As categorias em que os dois traços estão em distribuição paralela são a função abreviativa geral, e a abreviação de ‘e’ e ‘en’.

Apesar de estes diversos traços terem historicamente a mesma origem (um traço supralinear simples) o escriba da *Notícia* parece ter especializado o seu uso, o que revela uma consciência grafémica evoluída. Esta situação é semelhante à de muitos documentos do século XIII em que parece haver uma especialização ou preferência por determinado tipo de traço para determinada função representacional. No entanto não é possível sequer esboçar uma caracterização comparativa da *Notícia* dada a inexistência de quaisquer estudos paleográficos ou grafemáticos sobre estas questões em Portugal.²⁶¹

É de notar o baixíssimo número de abreviaturas vocabulares na *Notícia de Torto*. Esta situação é em tudo semelhante à do *Testamento de D. Afonso II*, e à dos documentos escritos em Português da *Chancelaria* de D. Afonso III. Uma interpretação possível deste aspecto – interpretação que tem um mero carácter especulativo, dada a inexistência de estudos quantitativos e comparativos sobre o sistema braquigráfico latino e sua evolução em Portugal – é o facto de o sistema latino de abreviaturas ter necessitado de adaptação à escrita portuguesa: muitas abreviaturas latinas não sobreviveram, enquanto outras sofreram adaptação e reinterpretação grafémica. Esse período de adaptação e reconversão terá sido necessariamente longo, enquanto se estabelecia e estabilizava um *scripta* portuguesa, e a *Notícia* pode representar um estágio incipiente desse processo.

Por último, apresentamos algumas observações sobre a utilização de caracteres compósitos, constituídos pela combinação de uma letra de base com um traço supra- ou infralinear (horizontal ou oblíquo) que corta um traço da letra.

Os caracteres compósitos, respectivos valores representacionais e expressão numérica e percentual na *Notícia* são os seguintes:

²⁶¹ Pensamos que o tipo de edição muito interpretativo habitualmente praticado, tanto por historiadores como por filólogos, em que apenas se reconhece a existência de uma categoria geral e indiferenciada «sinal genérico de abreviação» (a qual é convertida na edição em letras ou sequências de letras), tem condicionado e até impedido uma abordagem fina e detalhada dos sistemas braquigráficos medievais em Portugal. Uma edição paleográfica com um tipo medieval (ou em alternativa, uma edição etiquetada extensivamente) permite a extracção e, sobretudo, a quantificação e interpretação deste tipo de informação paleográfica, que tem, como se vê, importantes implicações grafémicas.

Caracteres compósitos com traço supra- ou infralinear

carácter	valor	#ocorr.
∅	= d(e)	2 (= 2.5%)
ð	= d(e)	46 (= 58.2%)
đ	= d(e)	1 (= 1.3%)
ħ	geral	1 (= 1.3%) ²⁶²
ĵ	= i(n)	5 (= 6.3%)
†	= (e)l	2 (= 2.5%) ²⁶³
p	= p(er) / p + (n)	13 (= 16.5%) ²⁶⁴
q	= q + (n)/(m)	9 (= 11.4%) ²⁶⁵
Total:		79

Destes apenas o carácter <p> é verdadeiramente multivalente na *Notícia*, visto não ocorrerem casos de <q> por 'que', ou de <†> em abreviaturas vocábulas.

A única particularidade a apontar no emprego dos caracteres compósitos é o uso de <p> em combinação com o traço supralinear curto com saída para representar a sequência 'pren', nas formas:

<ṗðeř>	= prenderunt	linhas 50, 53
<ṗðř>	= prenderunt	linha 52.

O traço que corta a haste descendente do 'p' tem, portanto, o valor de abreviatura de N. Este uso de <p> é incomum; a constituição desta grafia fez-se com certeza por analogia com <q> em que o traço que corta a haste abrevia N/M na combinação <q> (= quam, quan-). A extensão grafémica do traço infralinear de <q> a um contexto completamente diferente revela elevada consciência grafo-fonémica e, ao mesmo tempo, criatividade por parte do escriba da *Notícia de Torto*, dado que este tipo de conversão ou extensão grafémica estaria completamente fora do alcance de um escrevente inexperiente ou imaturo, que desconhecesse a estrutura interna dos braquigrafemas.

O levantamento dos vários processos abreviativos presentes na *Notícia* mostra, sem sombra de dúvida, que o escriba estava completamente familiarizado com o sistema braquigráfico latino, e que tal familiaridade lhe permitia até a sua utilização com alguma criatividade.

²⁶² Formas: <ıħnř>.

²⁶³ Formas: <p†ağıo>.

²⁶⁴ Formas: <p>, <ṗðeř>, <ṗðř>, <Sup>, <řup>.

²⁶⁵ Formas: <aqto>, <nuq>, <nū=q>, <qto>.

5. Aspectos scriptográficos da *Notícia de Torto*: «linguagem bárbara, ortografia extravagante»

Pedro de Azevedo, na prosa lacónica com que acompanhou a sua edição da *Notícia de Torto*, caracterizou a escrita do documento nos seguintes termos, sem dar qualquer análise ou interpretação das grafias:

«um dos documentos mais lidos e mais curiosos pela sua ortografia extravagante é a referida *notícia de torto*» (Azevedo 1914, 203)

«O aspecto barbaro da notícia provem-lhe das palavras latinas intercaladas nas frases portuguesas» (id., 204)

«a ortografia nalguns pontos é muito pessoal e destoa da normalidade» (ibid.)

«textos dêstes são sempre incorrectos e barbaros» (ibid.).

Avelino de Jesus da Costa ecoou e amplificou esta caracterização inicial da escrita portuguesa da *Notícia de Torto* usando termos semelhantes aos de Azevedo, e sem dar também qualquer análise das grafias, ligando explicitamente o «barbarismo» da linguagem à tese do rascunho:

«Sendo um rascunho, não admira que se apresente com rasuras, traços e entrelinhas, redacção desordenada e confusa, linguagem bárbara, ortografia extravagante e sem data nem subscrições» (Costa 1979, 294).

Lindley Cintra, o primeiro linguista que se ocupou da *Notícia*, teceu alguns comentários gerais à sua escrita, em termos mais adequados, mas apesar disso, ainda pejorativos:

«Le fait qu'il s'agit d'un brouillon [...] rend *a priori* très probable que ce document contienne des reflets du langage parlé à l'époque et même au lieu où il a été écrit – malgré les obstacles que le manque d'habitude d'écrire en roman et l'habitude de le faire en latin ne pouvaient manquer de créer au scribe qui l'a composé» (Cintra 1971, 163).

Nas considerações gerais sobre a *Notícia* contidas no artigo extenso que publicou em 1990, com uma nova edição do documento, Cintra limitou-se a repetir, traduzindo, o texto de 1971:

«O facto de se tratar de um rascunho [...] torna *a priori* muito provável que este documento contenha reflexos da língua falada na época e mesmo no lugar em que foi escrito – apesar dos obstáculos que a falta de hábito de escrever em romance e de o fazer em latim não podiam deixar de criar ao escriba que o compôs» (Cintra 1990, 24).

Acrescentou, no início de uma secção original dedicada ao estudo linguístico:

«Aquilo que chama imediatamente a nossa atenção quando empreendemos a análise linguística da *Notícia de Torto* [...] é o carácter arcaico e hesitante da sua maneira de representar os sons do galego-português antigo» (id., 42).

Se concordamos com Cintra no carácter «arcaico» da escrita portuguesa documentada pela *Notícia*, já a caracterização de «hesitante» nos parece desadequada a uma apreciação global do texto.

Ivo de Castro retomou o tema da ortografia pessoal introduzido por Azevedo (sugerindo que o notário da *Notícia* não tinha uma), o tema da «oscilação gráfica» introduzido por Cintra (1991, passim) e, sobretudo, introduziu o mito do «escriba incompetente», caracterizado pela ausência de «regras regulares» e por «surdez fonémica»:

«podemos agora dedicar atenção a um aspecto que, porventura, é o mais importante da *Notícia* enquanto documento linguístico: as oscilações na representação gráfica de certos fonemas» (Castro 1991, 235)

«há que reconhecer que o escriba se divide entre dois códigos gráficos: o **latino**, que talvez não dominasse com suficiente à vontade [...]; e o **romance**, sendo difícil decidir o seu grau de fidelidade a uma *scripta* determinada» (id., 236)

«A irregularidade, a oscilação e, por vezes, a comprovada hesitação na escolha das grafias fazem pensar que o escriba não possuía uma ortografia individual [...], nem se achava enfeudado a um conjunto de regras mais ou menos regulares, em que se pudesse vislumbrar uma *scripta*» (ibid.)

«Não é de pôr de parte, a este respeito, a hipótese de o escriba não ser natural do Minho Central, tendo mais dificuldade que um auctótone em identificar certos sons que lhe eram ditados. Mas a primeira hipótese – a de um escriba pouco profissional e pouco interessado em fazer obra perfeita, porque era um rascunho – parece a mais verosímil» (ibid.).

Em nosso entender, nada poderia estar mais longe de um adequado enquadramento cultural e escritural da *Notícia*, e do quadro que a sua análise detalhada de facto nos sugere. A noção de um escriba dividido entre duas línguas escritas (que não existiam), deve ser substituída pela de um escriba treinado e educado na tradição latino-portuguesa, que empreendeu a redacção de uma narrativa (portanto um texto com nulo teor formulístico) num registo de escrita muito romanceado, aprofundando assim as tendências de des-latinização da *scripta* notarial latino-portuguesa que se manifestavam um pouco por toda a parte nos *scriptoria* monásticos do século XII.

Analizamos em seguida alguns aspectos scriptográficos específicos da *Notícia de Torto*. Limitamos a nossa análise àqueles aspectos que consideramos respeitarem a áreas de complexidade grafo-fonémica acentuada: (1) a representação grafémica dos ditongos do Português Antigo, (2) a representação grafémica da nasalidade vocálica, e (3) a representação grafémica do complexo sistema de sibilantes do Português Antigo.

Representação de ditongos orais

O Português Antigo tinha dez ditongos orais (decrecentes), constituídos pela combinação das sete vogais orais /a/, /ɛ/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/ com as vogais cromáticas altas /i/ e /u/ (realizadas como «offglides» /i̯/ e /u̯/).

No quadro seguinte, que representa os ditongos orais do Português Antigo, os traços distintivos referem-se à vogal inicial do ditongo:

	+ palatal	- palatal - velar	+ velar
+ alto + ATR	i̯u̯		u̯i̯
- alto + ATR	e̯i̯ e̯u̯		o̯i̯ o̯u̯
- baixo - alto - ATR	ɛ̯u̯		ɔ̯i̯
- baixo + baixo		a̯i̯ a̯u̯ (raros)	

Quadro 3 – ditongos orais do Português Antigo

Destes ditongos apenas /u̯i̯/, /e̯i̯/, /e̯u̯/, /o̯i̯/, /ɛ̯u̯/, e /o̯u̯/ ocorrem (com certeza) na *Notícia de Torto*,²⁶⁶ e apenas o último destes continua, nalguns casos, um ditongo do Latim.

A representação dos ditongos portugueses levantaria problemas de representação grafémica para um escriba treinado na ortografia latina que pretendesse representar de forma isomórfica e transparente a fonologia segmental do Português Antigo, dado que era necessário representar ditongos inexistentes em Latim, para os quais não havia, portanto, grafias tradicionais. Só para o ditongo /o̯u̯/ havia dígrafo latino vocálico disponível, i. e. <au>. A *Notícia de Torto* apresenta quatro soluções grafémicas para representar os ditongos do Português Antigo, o que denota bem a complexidade da questão:

- (1) <V> – letra vocálica simples,
- (2) <VV> – letras vocálicas distintas (i. e. dígrafo vocálico),
- (3) <VC> – letra vocálica + letra consonântica (<c> e <l>), e
- (4) forma latino-romance opaca.

Destas quatro soluções a que se viria a fixar na ortografia medieval e moderna é a solução (2).

²⁶⁶ Cintra (1990) refere-se apenas aos ditongos /o̯u̯/ e /e̯i̯/, e Castro (1991) confunde /ɛ̯u̯/ com /e̯u̯/, referindo apenas o segundo. Nenhum dos autores dá um levantamento exaustivo de formas da *Notícia* com ditongos.

Formas com ditongo /ui/

Forma	#ocorr.	Linha
/ð/fructaʒ	(1)	14
frcuctu	(1)	19
frcuctu	(1)	25
muita	(2)	32, 33
muito	(1)	33
mul	(1)	34
multa ^δ	(1)	40
multo	(1)	31

Formas com ditongo /ei/

Forma	#ocorr.	Linha
beifo	(1)	21
existif	(1)	39
figecrecdo	(1)	16
lecxaŕē	(1)	09
[le?]-te	(1)	50
lexarē	(1)	10
medio	(1)	15
pige/c/rō ^δ	(1)	54
plecto	(1)	07
p̄to	(2)	08, 22
rec	(2)	27, 36

Formas com ditongo /eu/

Forma	#ocorr.	Linha
meteu	(1)	20
perdeu	(1)	25
tregu=a	(1)	35

Formas com ditongo /εu/²⁶⁷

Forma	#ocorr.	Linha
Deu	(1)	11
deu	(1)	29
ŕe ²⁶⁸	(1)	53
ŕeu ²⁶⁹	(8)	03, 10, 11, 19, 20, 36, 38, 38

²⁶⁷ As formas com /εu/ não rimam com formas com /eu/ na lírica galego-portuguesa, o que aponta para a distinção entre os ditongos durante todo o século XIII.

²⁶⁸ Esta forma reduzida do possessivo ocorre em posição proclítica e pré-vocálica, pelo que é muito provável que se trate de uma forma fraca com vocalismo reduzido [se].

²⁶⁹ A forma de possessivo portuguesa «seu» resulta da forma latino-vulgar *SEU-, (formada por analogia com MEU-). Tinha, como seria de esperar, o ditongo /εu/, que posteriormente ao século XIII sofreria fechamento da vogal inicial, por influência do

feuo	(1)	03
feuf	(3)	36, 43, 49
fuo	(1)	07
fuõ	(3)	02, 03, 47

Formas com ditongo /oi/

Forma	#ocorr.	Linha
ð=poif	(1)	26
ð=p/oif/	(1)	26
ðpois	(1)	04
ð=pois	(2)	20, 24
ð=poif	(1)	22
fui	(3)	26, 29, 34

Formas com ditongo /ou/

Forma	#ocorr.	Linha
agou	(1)	29
cuf tou	(2)	30, 31
cuf tov	(1)	33
ðfuro	(1)	24
filo	(1)	29
fio	(1)	03
laurecdo	(1)	21
laureci ⁹	(1)	01
laureco	(1)	12
laurexo	(1)	08
lourexo	(1)	02
madoc	(1)	36
mamou	(1)	50
mando	(1)	13
o ^u ct	(1)	10
o ^u t	(2)	53, 54
o ^o t	(1)	44
otro	(2)	22, 49
o ^u t ^f	(2)	40, 53
oue	(6)	02, 30, 31, 32, 33, 51

«offglide» alto, passando a /eu/. Mas em Português Antigo ocorria também a forma «sou», com ditongo /ou/, resultante, por evolução fonética regular, de suu-. Clarinda Maia observa que na sua colecção documental «as formas *sou*, *souf* usam-se apenas como determinativos; nunca surgem em função predicativa» (Maia 1986, 677), e ocorrem apenas em documentos galegos. As formas gráficas da *Notícia de Torto* apontam para formas com /eu/ e não com /ou/. A forma latina «suo» era simplesmente forma tradicional do possessivo, enquanto as formas com <eu> indicam explicitamente o primeiro ditongo. O escriba da *Notícia* tinha, se assim o pretendesse, forma de representar transparentemente o ditongo /ou/.

oue ^z	(3)	11, 20, 53
ouide	(1)	43
ouir	(1)	42
ouirec ^d ef	(1)	28
rogou	(1)	21
trofe ^z	(1)	23

A representação dos ditongos na *Notícia* documenta o carácter ao mesmo tradicional e criativo do seu escriba. As soluções gráficas inovadoras ou peculiares <ec> e <oc> resultam da reinterpretação do grafema latino <c> em final de sílaba como grafia possível para um 'offglide' português, com concomitante extensão a contextos em que não era usado na tradição latina, e com a particularidade de a mesma grafia <c> poder representar as duas semi-vogais /i/ e /y/. De facto, as únicas verdadeiras inovações deste escriba são as grafias com dígrafos vocálicos não-latinos (<ui>, <oi>, <eu>, <ou>) – construídos, no entanto, de acordo com o padrão fornecido pelo dígrafo latino <au>²⁷⁰ – e com letra vocálica simples (<e> para /ei/ e <o> para /ou/).

Representação grafémica da nasalidade vocálica

Uma das características mais marcantes e distintivas da fonologia do Português é a existência de um vocalismo nasal rico e antigo, e com uma história complexa. O Português Antigo possuía um sub-sistema de 5 vogais nasais, que ocorriam em posição tónica e átona (pré-tónica e pós-tónica). Devido à síncope de /n/ inter-vocálico (que ocorreu certamente antes das primeiras atestações escritas do português na documentação latino-romance²⁷¹) as vogais nasais podiam ocorrer em posição medial pré-vocálica, ou seja, em «hiato nasal».²⁷² Alguns destes hiatos deram origem posteriormente a ditongos nasais (que se conservam no Português Moderno).

²⁷⁰ As mais antigas atestações de um dígrafo vocálico não-latino para o ditongo /ou/ são as formas <u[ɣ→]oɣçɣ> e <uoɣçɣ> (βouga <UACUA, hidrónimo pré-romano) num documento particular de a. D. 914–924 (Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de Pedroso, maço 1, n. 1, linhas 5 e 8). No mesmo documento o escriba grafou <uɣuɣçɣ> (ll. 04 e 13). Nestas primeiras experimentações grafémicas com uma escrita portuguesa no contexto da documentação latino-portuguesa vê-se a dificuldade de contornar um modo tradicional de escrita e, sobretudo, percebe-se que as soluções adoptadas no século XIII nada têm de absoluto ou inevitável; outras soluções, que ocorrem na tradição latino-romance, e na *Notícia de Torto*, poderiam ter sido fixadas. As grafias <ei> e <ou> são muito raras na documentação latino-portuguesa anterior ao século XII, o que mostra, não incapacidade de os notários em reconhecerem a existência dos ditongos, mas apenas o peso da tradição latino-portuguesa na representação escrita do Português Antigo antes da invenção de uma *scripta* portuguesa autónoma.

²⁷¹ Num artigo em que publica e estuda o documento latino-português mais antigo (datado de a. D. 882), António Emiliano (2000) conclui pela existência de vocalismo nasal e pela síncope de /n/ inter-vocálico na língua vernácula do escriba.

²⁷² Originalmente, apenas a primeira vogal destes hiatos era nasal. A nasalização

O Quadro 2 representa o vocalismo nasal do Português Antigo (que continha apenas monotongos), bastante mais simples que o do Português Moderno.

	+ palatal	- palatal - velar	+ velar
+ alto	ĩ		ũ
- alto	ẽ		õ
- baixo			
+ baixo		ã	

Quadro 4 – Vocalismo nasal do Português Antigo

A *Notícia de Torto* documenta abundantemente este vocalismo nasal tónico e átono (v. infra Apêndice – *Index verborum*). Do ponto de vista da utilização de grafemas vocálicos o único aspecto digno de nota é a representação de /ẽ/ e /õ/, em algumas formas, através das letras vocálicas I e U em conjunção com N/M ou sinal de abreviação. Não atribuímos transcendência fonética a este facto (presente em muitos documentos proto-portugueses do século XII e portugueses do século XIII), que se pode tanto dever a um natural conservadorismo gráfico do escriba (hipótese mais provável, em nosso entender), como a uma intenção de marcar o carácter fechado dessas vogais.

Já a representação grafémica da nasalidade vocálica (ou seja, do traço [nasal] associado a vogais) na *Notícia de Torto* justifica comentários mais detalhados em virtude da sua complexidade e do seu interesse para a história da língua e da escrita portuguesas.

A marcação grafémica da nasalidade vocálica é um dos aspectos complexos e interessantes da evolução da escrita portuguesa medieval. No contexto da documentação latino-portuguesa a representação da nasalidade vocálica fazia-se através das soluções grafémicas disponíveis na tradição latina, i. e., por <n> pré-consonântico, por <m> final (em poucos casos), e por sinais gerais de abreviação que podiam substituir <m> e <n> em todas as posições. As ocorrências de <m> final em substituição de <-n> ou <-nt> são raras e esporádicas, apesar de as primeiras atestações remontarem ao século IX.²⁷³

A partir da segunda metade do século XIII podem destacar-se três aspectos inovadores: (1) a utilização do sinal abreviativo geral com valor de nasal para

da segunda vogal pode ter ocorrido já no século XIII, apesar da falta de dados textuais que corroborem claramente esta hipótese.

²⁷³ A utilização mais antiga de <-m> numa forma nominal por <-n> é <cr̄iz̄om> (por 'criazon' = 'creationem', gado) em documento particular de a. D. 914–924 (Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de Pedroso, maço 1, n. 1, linha 10), e numa forma verbal por <-nt> é <ob̄an̄t̄> (= 'obtinēt') – com a abreviatura de M da letra visigótica, em documento particular de a. D. 908 (Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de Moreira, maço 1, n. 2, linha 6).

indicar a nasalidade vocálica (com constituição de um novo grafema português), (2) a utilização de <m> final para representar a nasalidade de uma vogal nasal final, e (3) a utilização de plicas para marcar um hiato nasal (com constituição de um novo grafema português). Estas inovações só se consolidaram e adquiriram um carácter sistemático a partir de finais do século XIII. As duas primeiras inovações gráficas persistiram na ortografia portuguesa até aos nossos dias.

A *Notícia de Torto* documenta uma situação arcaica de representação da nasalidade vocálica, com preferência por <n> ou sinal abreviativo em substituição de <n/m>, e com alguns casos isolados de <n> e <m> finais. Neste aspecto a *Notícia* é muito semelhante ao testamento régio de 1214.

Em posição medial pré-consonântica a *Notícia de Torto* apresenta quatro soluções grafémicas para marcação da nasalidade vocálica:

- (1) sinal abreviativo geral (traço supralinear de extensão média)
- (2) <n>
- (3) <nn>
- (4) Ø (= zero)

Representação da nasalidade vocálica em posição medial pré-consonântica por sinal abreviativo geral

Forma	#ocorr.	Linha
comerūf̄ilo	(1)	43
cōlaxo	(1)	50
cōnoceŕ	(1)	07
cō=ue	(1)	04
defōraf	(1)	42
ð=fūrar	(1)	37
ðfūro	(1)	24
fernāð̄iξ	(1)	01
fernāð̄iξ	(4)	12, 33, 54, 55
ferrnāð̄iξ	(1)	02
ferrnāð̄iξ	(1)	08
gōca	(1)	05
gōcalūiξ	(2)	05, 06
gōcaluo	(2)	05, 11
gōcaūiξ	(1)	24
gōcauo	(4)	01, 14, 24, 28
gōcl̄ūiξ	(1)	12
īde	(1)	47
īð	(4)	11, 15, 18, 50
īf̄īadof	(1)	26
īno	(1)	21
ītregarē	(1)	10

laurēci ⁹	(1)	01
laurēco	(1)	12
laurēzo	(1)	08
lourēzo	(1)	02
mādato	(1)	10
mādoc	(1)	36
mōtef	(1)	23
nū ^u	(1)	17
nūq ^u	(1)	27
quebrātado	(1)	19
tāto	(2)	03, 21
uēcefe	(1)	09
uēceftef	(1)	38
ūð	(2)	17, 18
Total:		49 ocorrências (= 57%)

Representação da nasalidade vocálica em posição medial pré-consonântica por <n>

Forma	#ocorr.	Linha
anfar	(1)	45
ant	(1)	26
ante	(8)	42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 55
antre	(2)	02, 15
go[m→]nca uo ²⁷⁴	(1)	31
in	(9)	04, 32, 32, 34, 34, 39, 49, 51, 35
inð	(2)	13, 41
mand ^o	(1)	13
nunq ^u	(2)	09, 15
nunq	(1)	16
unð	(4)	15, 16, 25, 50
Total:		32 ocorrências (= 37%)

Representação da nasalidade vocálica em posição medial pré-consonântica por <nn>

Forma	#ocorr.	Linha
unnð	(1)	17
Total:		1 ocorrência (= 1.2%)

²⁷⁴ A emenda nesta forma, em que um <m> medial pré-consonântico foi substituído por um <n>, mostra de maneira eloquente a preferência do escriba por <n> como marca de nasalidade vocálica neste contexto.

Representação da nasalidade vocálica em posição medial pré-consonântica por Ø

Forma	#ocorr.	Linha
becio	(1)	41
coibra	(1)	34
gocaluo	(1)	32
preðr	(1)	22
Total:	4 ocorrências (= 4.7%)	

O predomínio da solução abreviativa é evidente.

Em posição medial pré-vocálica, ou seja, em hiato nasal, encontramos uma situação diferente. Neste contexto detectam-se apenas duas soluções:

(1) <n>

(2) Ø

Representação da nasalidade vocálica em posição medial pré-vocálica por <n>²⁷⁵

Forma	#ocorr.	Linha
bona	(1)	linha 03
cebolano	(1)	linha 28
coina	(1)	linhas 15, 18, 18
ðuno	(1)	linha 18
irmana	(1)	linhas 06, 37
irmano	(1)	linha 53
iħnɸ	(1)	linha 37
ɸozabitɪnoɸ	(1)	linha 22
pane	(1)	linha 46
ɸanaɹ	(1)	linha 20
ɸenara	(1)	linha 17
Veneɹ	(1)	linhas 43, 44, 45
ueneɹ ɪ	(1)	linha 49
uino	(1)	linhas 38, 47
una	(1)	linha 45
uno	(1)	linha 03
Total:	16 ocorrências (= 80%)	

Representação da nasalidade vocálica em posição medial pré-vocálica por Ø

Forma	#ocorr.	Linha
fíjðó	(1)	linha 26
fíj̄mto	(1)	linha 42

²⁷⁵ As formas <acanoce<ɸ>=ɸe> (l. 08) e <anoɸ> (l. 18) não são incluídas porque nestas formas o <n> representa, respectivamente, a nasal palatal /ɲ/ e a nasal alveolar /n/.

$\bar{i}f\bar{i}a\delta\delta$	(1)	linha 26
neu<n>	(1)	linha 27
Total:	4 ocorrências (= 20%)	

As plicas em <fíjδδ> (l. 26) e <fíj̄m̄to> (l. 42) servem apenas para marcar a separação dos ii's e não têm ainda o valor que adquiririam na *scripta* portuguesa da segunda metade do século XIII.

Como se verifica, a quase totalidade das formas apresenta a solução <n> para marcação da nasalidade de uma vogal nasal em hiato, o que confirma a dependência da *Notícia* da tradição latina. Assim, num total de 26 ocorrências apenas três apresentam marcação zero da nasalidade em hiato, o que mostra bem o carácter sistemático da representação da nasalidade vocálica por <n>.

Dado que, como verificámos acima, a utilização do sinal abreviativo predomina sobre o uso de <n> em posição medial pré-consonântica, seria de esperar que também em posição pré-vocálica ocorresse o braquigrafema. Mas a ocorrência de sequências gráficas do tipo <V̄V> era extremamente rara na documentação latina. Ao contrário, as formas com <n> intervocálico correspondiam ao padrão grafémico dominante na tradição latina. Assim sendo, formas com <n> intervocálico teriam um maior peso tradicional.

Em posição final a *Notícia de Torto* apresenta três soluções gráficas para marcação da nasalidade vocálica:²⁷⁶

- (1) sinal abreviativo geral (traço supralinear de extensão média)
- (2) <n>
- (3) <m>

Representação da nasalidade vocálica em posição final por sinal abreviativo

Forma	#ocorr.	Linha
cū	(4)	37, 37, 38, 38
Dū	(1)	14
deuē	(1)	20
feracī	(1)	52
fozū	(1)	06
†	(5)	46, 47, 52, 53, 54
itregarē	(1)	10
lēcxaſē	(1)	09
lexarē	(1)	10

²⁷⁶ Não consideramos a forma <neu<n>> (l. 27) como ocorrência de representação Ø da nasalidade, dado que se encontra imediatamente seguida de <mal>: o <m> inicial representaria assim duplamente a consoante inicial da segunda forma e a nasalidade da vogal final da primeira (casos destes são conhecidos na documentação posterior do século XIII). A anulação do <n> explica-se facilmente como lapso na grafia de <m>, e pela «aversão» que o escriba parecia ter relativamente à solução de <n> final.

martī	(1)	12
podefē	(1)	03
prifō	(1)	23
qniō	(1)	16
qnnō	(1)	15
qnō	(3)	17, 17, 18
reξō	(1)	40
tā	(1)	23
uecefē	(1)	09
ueraci	(1)	35
Total:		29 ocorrências (= 80.6%)

Representação da nasalidade vocálica em posição final por <n>

Forma	#ocorr.	Linha
in	(2)	32, 32
mar-<ϩ>tin	(1)	36
ueraciH	(1)	14
Total:		4 ocorrências (= 11.1%)

Representação da nasalidade vocálica em posição final por <m>

Forma	#ocorr.	Linha
pam	(1)	38
f e/e/m	(1)	04
tem	(1)	19
Total:		3 ocorrências (= 8.3%)

A utilização do sinal abreviativo em posição final absoluta predomina sobre as outras soluções, que têm na *Notícia* uma fraquíssima representação.

Estes factos mostram concludentemente, em nossa opinião, que o sinal abreviativo geral com valor de nasal não era usado senão como um procedimento de substituição literal. Não era interpretado ou concebido como um diacrítico de nasalidade (como viria a acontecer a partir de finais do século XIII) mas apenas uma abreviatura de <n/m>. Neste aspecto a *Notícia de Torto* concorda absolutamente com o outro testemunho conhecido da produção primitiva portuguesa, o *Testamento de D. Afonso II*, onde também ocorrem formas com hiatos nasais com <n> intervocálico e não ocorrem formas com hiatos nasais com sinal abreviativo, e onde também em posição final de palavra predomina o emprego de sinal abreviativo, seguido quantitativamente por <-n>, com um número reduzido de ocorrências de <-m>. Esta predominância da representação da nasalidade por sinal abreviativo nos dois testemunhos conhecidos da produção primitiva portuguesa é a tendência grafémica portuguesa que está na base do surgimento do til como marca grafémica de nasalidade.

Representação grafémica das sibilantes

É possível reconstruir um sistema de oito sibilantes (consoantes [+coronal] e [+estridente]) para o Português Antigo, sistema que, provavelmente, em finais do século XIII apresentaria já algumas mudanças em relação ao estágio inicial abaixo representado esquematicamente.

	+ anterior + coronal – distensão retardada	+ anterior + coronal + distensão retardada	– anterior + coronal – distensão retardada	– anterior + coronal + distensão retardada
– vozeado	s	ts	ʃ	tʃ
+ vozeado	z	dz	ʒ	dʒ

Quadro 5 – sibilantes do Português Antigo

Como é sabido, o principal factor de evolução deste sistema foi a supressão das africadas por fusão («merger») com as fricativas homorgânicas, dada a baixa carga funcional da oposição «fricativa ~ africada». Apesar do parecer de Clarinda Maia de que seria provável que a africada pré-palatal vozeada /dʒ/ tivesse já passado a fricativa no século XIII (cf. Maia 1986, 472), a *Notícia de Torto* (e o *Testamento de D. Afonso II*) não apresenta dados conclusivos nesse sentido, pelo contrário.

A representação grafémica das sibilantes ápico-alveolares /s/ e /z/ na *Notícia de Torto* não apresenta nenhuma particularidade relativamente à produção documental da época.

Para as fricativas alveolares estavam disponíveis as grafias latinas <s> inicial, medial, e final, <ss> medial, e também, mas num número restrito de casos, <x> medial e <ps> medial (nas diversas formas flexionadas de IPSE). Dado o vozeamento em posição intervocálica de /s/ latino, a grafia <-s-> fixou-se na escrita portuguesa como representação preferencial de /z/. A *Notícia de Torto* é consistente na representação de /s/ com <s> inicial e final, e na representação de /z/ com <s> medial. Não há nenhuma ocorrência do dígrafo <-ss-> para a vozeada em posição medial (como acontece em documentos portugueses posteriores a 1255). É de notar a representação de /s/ em posição intervocálica por <s> simples, facto corrente na documentação latino-portuguesa.

Representação de /s/ intervocálico

acanoce<ʃ>=ʃe	linha 08
defe	linha 09
lecxafe	linha 09
ozgafe	linha 06
podefē	linha 03
teuefe	linha 08

trofe ^z	linha 23
uecefe	linha 09

Em dois casos apenas há recurso a grafias latinas tradicionais <x> e <ps> (também muito frequentes na documentação latino-portuguesa, mas que não se fixaram na escrita portuguesa medieval) para a representação de /s/ em posição intervocálica, e é de notar a emenda na segunda forma abaixo citada: o escriba escreveu em primeiro lugar a grafia mais transparente, acabando por optar por uma grafia arcaica, mais consentânea com o seu treino escribal na tradição latina.

Representação de /s/ intervocálico com grafias arcaicas

ðixē	linha 34
ı [f→]pfo	linha 39

Quanto a /z/, que em Português Antigo só ocorria em posição intervocálica, encontra-se apenas a grafia <s> simples (que se fixou na ortografia portuguesa).

Representação de /z/

cafa	linhas 23, 29, 37
[↑cafa]	linha 39
cafaef	linhas 12, 15, 35
cafa	linhas 18, 50
cafa ef	linhas 13, 14, 25
ðefōrā	linha 42
ð=fūrar	linha 37
ðfūro	linha 24
qferðef	linha 42
tefuofa	linha 16

A representação grafémica das africadas lâmino-alveolares /ts/ e /dz/ não levantava grandes problemas no quadro da tradição ortográfica latina: o facto de resultarem diacronicamente da assibilação de /k/ e /t/ latinos em contextos bem definidos possibilitou a reinterpretação sem ambiguidades ou excepções das respectivas grafias (i. e., <ce>, <ci> e <tiV>). A mudança fonológica que deu origem às africadas acarretou uma simples modificação (contextualmente determinada) de algumas correspondências grafo-fonémicas gerais. Ou seja, e por exemplo, a regra de correspondência grafo-fonémica geral do Latim Clássico <c> → /k/ foi reestruturada de forma a contemplar a realização de <c> como /ts/ em Latim Tardio em determinados contextos. A única complexidade notável na escrita latina medieval portuguesa neste respeito é o facto de a africada surda ter sofrido em proto-galego-português vozeamento em posição intervocálica,²⁷⁷ e de a tradição ortográfica latina não permitir a

²⁷⁷ O vozeamento foi necessariamente posterior à assibilação ou abrandamento, dado que o resultado de /k/ intervocálico antes de /i/ e /e/ é /dz/ e não /dʒ/.

distinção entre as africadas alveolares surda e vozeada. Acresce a este facto o surgimento, na Alta Média, do grafema <z>, que tanto podia representar a surda como a vozeada.

A *Notícia de Torto* reflecte bem esta complexa situação grafémica, não se destacando da produção latino-portuguesa coeva (confirmando o seu conservadorismo grafémico neste aspecto, a *Notícia* não apresenta nenhum caso de <ç>, comum nos documentos portugueses da segunda metade do século XIII). De facto, o quadro geral da *Notícia* na representação das africadas alveolares coaduna-se com a dependência do escriba em relação ao modelo latino, mas também não contrasta radicalmente com a *scripta* portuguesa que se manifesta a partir da segunda metade do século XIII (excepto talvez na representação de /dz/ por <c>), ou seja, na inexistência de grafias diferenciadas para as africadas alveolares surda e vozeada.²⁷⁸

Representação da africada alveolar surda /ts/ por 'ce', 'ci', 'ciV'

becio	linha 41
cebolano	linha 28
cecar	linha 51
cōnoceř	linha 07
feč	linha 01
fič	linha 49
fice	linha 53
laurēci ⁹	linha 01
noticia	linha 01
uecefe	linha 09
uice	linhas 44, 45, 46, 47, 52

Representação da africada alveolar surda /ts/ por 'c' antes de 'a/o'

gōca ...	linha 05
gōca uix	linhas 05, 06
gocaluo	linha 32
gōca uo	linhas 05, 11
gōcauix	linha 24
gōcauo	linhas 01, 14, 24, 28
gōc uix	linha 12
go[m→]ncaluo	linha 31
laurēco	linha 12
feruical	linha 22

²⁷⁸ Nos documentos portugueses conhecidos da segunda metade do século XIII verifica-se que a representação diferenciada de /ts/ e /dz/ (e dos seus descendentes /s/ e /z/) levou tempo a estabilizar-se, persistindo durante décadas uma situação de variação grafémica.

Representação da africada alveolar surda /ts/ por 'z', 'ziV'

ama ^z a ^z	linha 35
baftu ^z io	linha 15
cōla ^z o	linha 50
fernā ^z di ^z	linha 01
fernā ^z di ^z	linhas 12, 33, 54, 55
ferrnā ^z di ^z	linha 02
ferrnā ^z di ^z	linha 08
fe ^z	linhas 28, 40
fe ^z	linha 27
feze	linha 27
gome ^z	linhas 30, 31
laurē ^z o	linha 08
lourē ^z o	linha 02
pa ^z	linha 20
suar ^z i ^z	linha 32

Representação da africada alveolar vozeada /dz/ por 'c'

fece ^z	linhas 01, 04, 19, 23
ferac ^z i	linha 52
uerac ^z i	linha 35
uerac ^z iH	linha 14
uice ^z f	linha 34

Representação da africada alveolar vozeada /dz/ por 'z'

feze ^z f	linha 34
iu ^z io	linha 26
ome ^z io	linha 30
pl ^z a ^z a	linha 10
pl ^z a ^z o	linhas 01, 04, 06, 07, 19
re ^z o	linha 40

O emprego de <c> para /ts/ antes de <a, o, u>, que se continua nos documentos da segunda metade do século XIII, explica-se por uma extensão da carga representacional do grafema a novos contextos. Esquemáticamente:

$$(1) \quad \langle c \rangle \rightarrow \left[\begin{array}{l} - \text{vozeado} \\ + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ - \text{recuado} \\ - \text{contínuo} \\ + \text{dist. ret} \end{array} \right] / - \left\{ \begin{array}{l} \langle e \rangle \\ \langle i \rangle \end{array} \right\} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow (2) \langle c \rangle \rightarrow \left[\begin{array}{l} /ts/ \\ - \text{vozeado} \\ + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ - \text{recuado} \\ - \text{contínua} \\ + \text{dist. ret} \end{array} \right] / - \langle V \rangle \begin{array}{l} \langle \text{laurēco} \rangle \rightarrow [\text{lou}'\text{rētso}] \\ \langle \text{feruical} \rangle \rightarrow [\text{serβi}'\text{tsal}] \end{array}$$

Esta estratégia de correspondência grafo-fonémica veio perturbar a distribuição complementar das realizações de <c> em posição inicial de sílaba (de acordo com a letra vocálica seguinte), dado que a nova regra (2) veio colidir com a regra (3) herdada da ortografia latina:

$$(3) \langle c \rangle \rightarrow \left[\begin{array}{l} /k/ \\ - \text{vozeado} \\ - \text{anterior} \\ - \text{coronal} \\ + \text{recuado} \\ - \text{contínua} \\ \Rightarrow \text{dist. ret} \end{array} \right] / - \left\{ \begin{array}{l} \langle a \rangle \\ \langle o \rangle \\ \langle u \rangle \end{array} \right\}$$

e veio «competir» com outra regra, respeitante à grafia <ci>, mais transparente (por não envolver sobreposição de grafemas):

$$(4) \langle ci \rangle \rightarrow \left[\begin{array}{l} /ts/ \\ - \text{vozeado} \\ + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ - \text{recuado} \\ - \text{contínua} \\ + \text{dist. ret} \end{array} \right] / - \langle V \rangle \begin{array}{l} \langle \text{laurēci}^9 \rangle \rightarrow [\text{lou}'\text{rētso}] \\ \langle \text{becio} \rangle \rightarrow ['\text{bētso}] \end{array}$$

A esta complexidade grafémica acresce o facto de também a africada vozeada /dz/ poder ser representada por <c>, por uma extensão grafémica de outro tipo, envolvendo o traço [vozeado].

A situação é, apesar de tudo, mais complexa na representação das restantes sibilantes do Português Antigo, dada a inexistência de grafias específicas na tradição latina para as pré-palatais, e a impossibilidade de reinterpretar grafias latinas simples (com a excepção de <x> em algumas formas) e é, de facto, na representação destes segmentos que se encontram algumas das particularidades gráficas da *Notícia*. As grafias latinas disponíveis e reinterpretáveis envolviam sempre dois ou três caracteres (<-sci->, <-sce->, <-ssiV->, <-seV->, <pl>, <fl>, <cl>), os quais conservavam isoladamente valores grafo-fonémicos bem definidos e distintos das pré-palatais. Neste aspecto o escriba da *Notícia de Torto* revela-se inovador e criativo e, no entanto, é forçoso observar que qualquer das suas soluções gráficas empregues para a representação das pré-palatais se encontra documentada em textos notariais portugueses e ibéricos do século XII.

Em primeiro lugar, as fricativas. Se a representação da surda /ʃ/ não levantava grandes problemas, havendo grafias disponíveis na tradição latino-romance (<x>, <sciV>, <ssiV>, <isV>) documentada em textos latino-portugueses, a representação da vozeada /z/ levantava o problema de não haver nenhuma grafia simples autónoma. O fonema /z/ (resultante da palatalização de /z/ latino antes de iode) tinha um nível de ocorrência muito baixo em Português Antigo, e as grafias que acabaram por se estabilizar na escrita portuguesa são as da africada /d͡z/ correspondente. A opção do escriba da *Notícia* por <-s->, a grafia típica da fricativa alveolar (solução scriptográfica que se encontra em textos latino-portugueses e proto-portugueses), explica-se, quer pela etimologia das formas, quer, sobretudo, pela grande semelhança fonética entre /z̥/ e /z/, que diferem apenas na especificação do traço [anterior].

Representação da fricativa pré-palatal surda /ʃ/

exiʃtiʃ	linha 39
l̄ecxaʃē	linha 09
l̄exarē	linha 10

Representação da fricativa pré-palatal vozeada /z/

beiʃo	linha 21
pr̄iʃō	linha 23

Esquemáticamente, a extensão da carga grafo-fonémica de <s> pode representar-se da seguinte forma:

$$(5) \langle s \rangle \rightarrow \begin{bmatrix} /s/ /z̥/ \\ + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ + \text{contínuo} \\ - \text{dist. ret.} \end{bmatrix} \Rightarrow \langle s \rangle \rightarrow \begin{bmatrix} /s/ /z/ \\ + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ + \text{contínuo} \\ - \text{dist. ret.} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} /z/ \\ - \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ + \text{contínuo} \\ - \text{dist. ret.} \end{bmatrix} \begin{matrix} \langle beiʃo \rangle \rightarrow [bej̄'ʒou] \\ \langle pr̄iʃō \rangle \rightarrow [pri'ʒō] \end{matrix}$$

A extensão do grafema <s> implicou apenas mudança de especificação no traço [anterior]. Não é necessário especificar o traço [vozeado], dado que para a fricativa surda havia outras possibilidades grafémicas tradicionais disponíveis.²⁷⁹

A representação das africadas pré-palatais apresenta também casos de extensão grafémica.

Na representação da africada pré-palatal vozeada /d͡z/ o escriba da *Notícia* usou os grafemas habituais <g> e <i>. O único traço digno de nota é o emprego de <g> antes de <u>, o que se explica por simples extensão do grafema <g> com valor de africada a um contexto grafémico ligeiramente mais alar-

²⁷⁹ A regra apresentada prediz que /ʃ/ também poderia ser representado por <-s->. A *Notícia* oferece três possíveis exemplos de <s> por /ʃ/: <com-erūʃiʃo> [ko'merōʃo] (ll. 43-44), <comeʃr̄o> [ko'merōʃo] (l. 45), e <comeʃra> [ko'merōʃa] (l. 46) (cf. Williams [1935] 1975, § 143, 7).

gado (colidindo assim com o seu valor representacional de oclusiva velar /g/ antes de <a> , <o>, e <u>).

Representação da africada pré-palatal vozeada /dʒ/

aguða	linha 28
aguðaʃ	linha 27
aɪuð	linha 31, 36
aɪuða	linhas 07, 29, 30, 32, 32, 34, 34, 41
aɪuða ^ʃ	linha 40
geta ^ʃ	linha 51
ɪuɪξo	linha 26
pɪge/c/ró ^ʃ	linha 54

Para a africada pré-palatal surda /tʃ/ não havia grafias disponíveis na tradição latina, para além das combinações <cl>, <pl>, e <fl>. Para além disto, a grafia <pl> podia também representar a sequência /pr/, como se vê, aliás, nas formas da *Notícia* <plaza> (l. 10), <plazo> (ll. 01, 04, 06, 07, 19), e <plecto> (l. 07). As soluções implementadas pelo escriba da *Notícia de Torto* resultam da sua aparente intenção de empregar neste respeito grafias mais transparentes do que as disponíveis na tradição latina e de, por outro lado, desconhecer aparentemente a grafia inovadora <ch>, que se viria a fixar na escrita portuguesa, e que começou a surgir em textos portugueses em finais do século XII (cf. Cintra 1990, 45).

Representação da africada pré-palatal surda /tʃ/

aga ^ʃ	linha 49
agou	linha 29
gaca ^ʃ	linha 51
gacar ^ʃ	linha 52
ɪaga ^ʃ	linha 54
pɪuʃ	linha 40

Em apenas uma forma se usa a grafia tradicional <pl> para [tʃ],²⁸⁰ dado que esse item lexical tinha uma forma gráfica tradicional (e não se tinha semanticamente diferenciado muito do étimo latino, ao contrário das outras formas portuguesas acima referidas).

O emprego de <g> e <i> para /tʃ/ pode explicar-se por simples extensão da carga grafo-fonémica de <g/i> a outro fonema muito semelhante. Esquemáticamente, a extensão de <g/i> pode representar-se da seguinte forma:

²⁸⁰ Os escribas dos dois testemunhos do *Testamento de D. Afonso II* usaram a forma inovadora <chus>.

$$(6) \begin{array}{c} \langle g/i \rangle \rightarrow \\ \left[\begin{array}{l} + \text{vozeado} \\ - \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ - \text{contínuo} \\ + \text{dist. ret.} \end{array} \right] \Rightarrow \langle g/i \rangle \rightarrow \\ \left[\begin{array}{l} + \text{vozeado} \\ - \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ - \text{contínuo} \\ + \text{dist. ret.} \end{array} \right] \left[\begin{array}{l} /dʒ/ \\ /ts/ \end{array} \right] \begin{array}{c} \langle agou \rangle \rightarrow [a'tj\u026aou] \\ \langle \text{aga}r \rangle \rightarrow [tʃa'gar\u026a] \end{array} \end{array}$$

A extensão dos grafemas acarretou a mudança na especificação de um único traço ([vozeado]) nos segmentos cobertos pelos grafemas. Criou-se assim uma situação semelhante à da existente para as africadas alveolares em que a surda e a vozeada não tinham convenções grafémicas diferenciadas. O procedimento aparentemente inovador do escriba acabou por resultar numa situação grafémica arcaica pela indistinção entre africada surda e africada vozeada.

Esta utilização de <g/i> para a africada pré-palatal é, de facto, muito rara na documentação, e não é conhecida em documentos portugueses da segunda metade do século XIII. Clarinda Maia, no seu monumental estudo de documentos galegos e portugueses medievais não encontra vestígios destas grafias.²⁸¹ Também os documentos portugueses da *Chancelaria* de D. Afonso III (estudados e publicados por Duarte 1986) não apresentam qualquer ocorrência.

Lindley Cintra refere algumas formas gráficas semelhantes às da *Notícia de Torto*:

«As grafias *g* e *i* empregadas pelo notário a quem se deve a *Notícia* só são mencionadas por MENÉNDEZ PIDAL como bastante raras e só recolheu exemplos do seu aparecimento em documentos de Castela e do Leste da Península Ibérica. Não encontrou exemplos em documentos do reino de Leão. Acrescenta que *i* por [tʃ] se torna mais frequente em Castela pelo fim do séc. XII (*Orígenes*, § 8₁). Quanto a Portugal, não reuni até agora senão um pequeno número de exemplos. São eles: para *g*, *gamar*, *gamaredes*, *gamada* num documento de Moreira, não datado, citado por S. VITERBO no seu *Elucidário*, II, 8 (único exemplo conhecido por J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch* § 58; na trad. portuguesa, *Gramática do Português Antigo*, pg. 47); *agar* no Foral de Gouveia 1186 (cópia no *Livro dos Forais de Santa Cruz* e na *Chancelaria* de Afonso II, *PMH, Leges*, pg. 455; *agar* no *Foral de Felgosinho*, confirmação autógrafa de 1217 (*PMH, Leges*, pg. 466); para *i* ou *j*: *jamam* num «prazo» do séc. XIV (?) citado por S. VITERBO. *Elucidário* II, p. 28 (e por J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*, § 58); *coniouso*, 1179, num documento de S. Vicente de Fora, Lisboa, citado por Pedro de AZEVEDO (*RLu*, IX, 1906, pg. 263 n.)» (Cintra 1990, 44).

Pudemos localizar formas gráficas semelhantes em documentos proto-portugueses tipológica e cronologicamente próximos da *Notícia de Torto*. A *Notícia de Auer* (notícia não datada de finais do século XII),²⁸² importante docu-

²⁸¹ «A africada pré-palatal surda /ç/ aparece, de uma maneira invariável, em todas as épocas e regiões estudadas, representada por *ch*» (Maia 1986, 468).

²⁸² Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de Moreira, maço 8, n. 33, linha 17.

mento proto-português descoberto e publicado por Ana Maria Martins e Cristina Albino (1998) apresenta a forma <gamua> para o antropónimo feminino 'Châmoa' ($\text{tʃamoa} < \text{FLAMULA}$). Na *Nomina de Manda de Margarida Garcia* (notícia não datada da primeira metade do século XIII),²⁸³ descoberta e publicada por Ana Maria Martins (1999, doc. 9, 520–521), encontramos as formas <1au> ($\text{tʃão} < \text{PLANU-}$) e <1umaco> ($\text{tʃu'matso} < \text{PLUMACIUM}$). A *Manda de Nunu Perit* (testamento não datado da primeira metade do século XIII),²⁸⁴ documento proto-português inédito, apresenta a forma <1amā> ($[\text{tʃamã}] < \text{CLAMANT}$).

Convém fazer uma alusão especial à forma <becio> (l. 41), que Lindley Cintra interpreta como 'beijo' (Cintra 1991, 65), i. e. como $[\text{'bej̃zo}]$, e que nós interpretamos como 'bênção', i. e. $[\text{'bêtsõ/bê'êtsõ}]$.²⁸⁵

A interpretação do grande filólogo implicaria a extensão do grafema consonântico <i> à série das fricativas, facto que não tem paralelo conhecido no sistema grafémico da *Notícia* e da documentação latino-portuguesa (no âmbito da representação grafémica do sub-sistema de sibilantes antigo-portuguesas). Esquemáticamente:

$$(7) \text{ <i> } \rightarrow \begin{bmatrix} /dʒ/ \\ + \text{ vozeado} \\ - \text{ anterior} \\ + \text{ coronal} \\ - \text{ contínuo} \\ + \text{ dist. ret.} \end{bmatrix} \Rightarrow * \text{ <i> } \rightarrow \begin{bmatrix} /dʒ/ \\ + \text{ vozeado} \\ - \text{ anterior} \\ + \text{ coronal} \\ - \text{ contínuo} \\ + \text{ dist. ret.} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} /z/ \\ + \text{ vozeado} \\ - \text{ anterior} \\ + \text{ coronal} \\ + \text{ contínuo} \\ \Rightarrow \text{ dist. ret.} \end{bmatrix} * \text{ <becio> } \rightarrow [\text{'bej̃zo}]$$

(por <becfo>
ou <beifo>)

Esta extensão, que acabou por acontecer mais tarde (fixando-se na ortografia moderna), implicaria para a época da *Notícia* alteração na especificação de dois traços ([contínuo] e [distensão retardada]), ao contrário das extensões grafémicas acima referidas que envolvem apenas a especificação de um traço e, a ter ocorrido, poderia ser um argumento grafémico a favor da fusão da africada com a fricativa nesta época e nesta região. No entanto, como avisadamente nota Ivo de Castro, se $/dʒ/$ se confundisse com $/z/$ «não haveria nenhum motivo para serem as suas grafias escolhidas pelo escriba para representar $[\text{tʃ}]$, pois então o som mais próximo deste seria a africada predorsal surda $[\text{ts}]$, cujas grafias, na *Notícia*, são <c> e <z>» (Castro 1991, 240). Esperar-se-ia, assim, <acou>, <ac1ou> ou <açou>, em vez de <agou>.

²⁸³ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, maço 8, s. n., linhas 4 e 5.

²⁸⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro da Junqueira, maço 6, n. 31, linha 9.

²⁸⁵ A omissão de marca grafémica da nasalidade era uma possibilidade grafémica disponível, como outras formas da *Notícia* mostram, e o contexto textual parece justificar a nossa interpretação: «E subre becio e super fijmento se ar quiserdes ouir as desonras qve ante ihc furunt ar ouideas» (ll. 41–43). Trata-se de uma referência à paz atingida entre os fidalgos rivais com a mediação do Abade de S. Martinho de Manhente (cf. linhas 20–21). Entendemos portanto que «becio» se refere à bênção do Abade a esse pacto de não-agressão.

É, portanto, a representação grafémica do traço [vozeado] em determinadas consoantes [+estridentes] que parece ter causado problemas ao copista. Tais dificuldades, que Cintra referiu injustificadamente, em nossa opinião, como uma «tendência para a indistinção entre a sonora e a surda da mesma natureza» (Cintra 1990, 50), e tentou atribuir a uma suposta «tendência à oscilação, na própria língua falada, entre surdas e sonoras» (id., 55), resultariam da própria estrutura do sistema de escrita latino-português, o qual representava de forma anisomórfica (e grafemicamente opaca) as consoantes vozeadas resultantes de surdas latinas. O escriba da *Notícia*, não só na área das sibilantes, mas nas obstruintes mediais em geral, testemunha essa «limitação» da tradição: formas como <cecar> (l. 51), <p̄tro> (l. 30), ou <te|t̄i=f̄igo> (l. 30), com <c> por <g>, <t> por <d>, e <f> por <u>, respectivamente, documentam simplesmente o conservadorismo grafémico do escriba e não uma qualquer incapacidade para perceber e representar uma distinção fonológica entre surda e vozeada do Português Antigo.²⁸⁶

Concluindo, verifica-se que algumas dificuldades com a representação grafémica (usando as convenções grafémicas disponíveis à época) de determinados aspectos fonológicos do consonantismo português – a existência da oposição fonológica generalizada entre surdas e vozeadas e a existência de pré-palatais – aspectos que envolviam apenas os traços [vozeado] e [anterior], provocaram «trocas» (i. e. extensões grafo-fonémicas) de grafemas, que não podem ser atribuídos em nenhum caso aos traços [contínuo] e [distensão retardada] (que distinguem fricativas de africadas, e ambas as séries da série das oclusivas). A ser este o caso, esperar-se-iam também confusões entre as grafias <c>, <ci>, <z>, por um lado, e <s>, por outro, com um elevado índice de frequência, ou, pior, confusões entre oclusivas e fricativas, confusões que não ocorrem de facto.

Se o escriba *Notícia* se revela como conservador e tradicional em algumas das suas soluções gráficas, não se revela em nenhuma instância como incompetente, surdo, ou fonologicamente vanguardista.

²⁸⁶ A utilização de <f> para a fricativa bilabial vozeada /β/ que Cintra (1990, 49) refere como uma particularidade da *Notícia de Torto*, apesar de ser rara, encontra-se documentada por Menéndez Pidal (1980, § 46), e tem alguns paralelos conhecidos na documentação proto-portuguesa e portuguesa. Limitamo-nos a apontar que Clarinda Maia regista ‘apofeytedes’, num documento galego de 1271 (Maia 1986, 473), e que o Testemunho B (mais alatinado que o Testemunho A) do *Testamento de Petrus Fafilaz* de 1210 (descoberto e publicado por Ana Maria Martins 1999, 523) apresenta a forma ‘profectancia’ (l. 06). Na longa *Carta de Agnição* de 1025 de Braga encontra-se a forma <fu|α> (no original – Arquivo Distrital de Braga, Gaveta de Braga, n. 67, coluna 1) e <fu|τ̄> (na cópia do *Liber Fidei* – Arquivo Distrital de Braga, *Libei Fidei*, fól. 15r, linha 7) por ‘uultus’.

Conclusão

O quadro que propomos para o escriba da *Notícia de Torto* e para a redacção do documento, é o seguinte: o notário era um clérigo, provavelmente da confiança de D. Lourenço Fernandes da Cunha²⁸⁷ e, como os monges-notários da sua época, aprendeu Latim (aprendeu gramática, retórica e ortografia), ou seja, aprendeu a ler e a escrever. Aprendeu necessariamente a interpretar e a usar as abreviaturas latinas, que representavam, e só, sequências de letras de acordo com os padrões ortográficos latinos. Na sua época, o Latim Medieval era pronunciado à portuguesa, ou seja, com vogais nasais, com sibilantes ápico-alveolares, e com africadas lâmino-alveolares e pré-palatais, entre outras coisas. Assim, quando um texto latino era lido em voz alta soava a português, porque era lido com fonologia portuguesa, mas não era já percebido como Português Antigo (como acontecia antes da Reforma Gregoriana): os textos latinos eram lidos «à francesa», i. e. de forma a que a cada grafia correspondesse um som, e com morfologia flexional latina. Como outros monges-notários, o escriba da *Notícia* passou horas a olhar para manuscritos e a ouvir leituras nos diversos actos litúrgicos em que participava diariamente, durante as refeições, e na validação ocasional de um acto notarial. Como outros monges-notários da sua época, conhecia uma forma razoavelmente deslatinizada e pouco codificada de escrita (i. e., com pouca morfologia flexional latina e com formas especiais para o artigo definido e para os pronomes clíticos), que se tinha desenvolvido durante todo o século XII. Esta tradição de escrita proto-portuguesa resultava de uma maior consciência grafo-fonémica dos *scriptores* pós-Reforma, e era usada na redacção de documentos particulares destinados a uso privado, sem valor dispositivo (documentos que dispensavam, pela sua natureza, um *mundum* dotado de marcas explícitas e solenes de validação, como protocolo e escatocolo). Quando lhe atribuíram ou solicitaram a incumbência de escrever a *Notícia de Torto*, redigida em presença de D. Lourenço, optou por um tipo de escrita muito romanceado, que deve também ter aprendido e praticado. Não tomou notas.²⁸⁸ Ao contrário

²⁸⁷ A possibilidade de o escriba ter sido o próprio D. Lourenço da Cunha não pode, em nosso entender, ser considerada, dado que em certas passagens a narração assume o ponto de vista do escriba em discurso directo, referindo D. Lourenço na 2ª pessoa: «E cum ille e cum sa casa | e cum seu pam e con seu uino uencestes uosa erdade. E cum ille | existis de sua casa in ipso die que uola quitarunt. E ille teue a uosa | rezon» (ll. 37–40).

²⁸⁸ «A la «iussio» o «rogatio» sigue necesariamente, si aquélla es eficaz, lo que pudiéramos llamar hechura o confección del documento, así en su aspecto interno (redactarlo) como en el externo (escribirlo). Pero pueden ocurrir dos cosas: que a la orden o ruego de hacerlo siga la hechura definitiva de éste tal cual se expedirá al destinatario; o que a dicha orden responda inmediatamente un borrador, una nota preparatoria, una minuta del documento y sólo mediatamente el documento mismo. De los dos procedimientos el segundo era más normal y más corriente» (Marín Martínez 1991, 168).

«Las fases secundarias [de la *conscriptio*] son tres o cuatro, según que incluyamos

de um instrumento de venda, em que bastaria anotar os nomes dos intervenientes, o bem transmitido, e as condições da sua transmissão, a *Notícia* contém uma narrativa detalhada, na qual se sucedem episódios, personagens e locais, o que excluía a possibilidade de resumir os factos em meia dúzia de apontamentos para redacção posterior da forma final do documento. Escreveu ao correr da pena, por isso emendou e rasurou ocasionalmente algumas formas, e hesitou nalgumas grafias²⁸⁹. Escreveu pausadamente, à medida que D. Lourenço ia referindo e descrevendo os numerosos acontecimentos que pretendia registar, e no traçado da sua escrita não há marcas de cursividade ou de pressa. Ao redigir a *Notícia* representou certas formas portuguesas com as grafias latinas aprendidas, hesitou em certas formulações, riscou, corrigiu nalguns casos mas não noutros porque, pela própria natureza não-dispositiva do documento, não tinha de se preocupar com a adequação aos modelos scriptográficos correntes na produção de um *mundum*.²⁹⁰

A escrita da *Notícia de Torto* inscreveu-se, assim, e necessariamente, na tradição escritural em que o escriba fora educado. Apesar de este ter evitado deliberadamente aspectos morfémicos da escrita latina que não tinham correspondência na sua língua vernácula (terminações casuais e terminações verbais latinas por extenso, as quais teria de usar obrigatoriamente na composição de um documento dispositivo), quando usou o sistema braquigráfico latino, que dominava perfeitamente, usou-o *como se estivesse a escrever latim*: ou seja, usou-o com consciência dos valores literais tradicionais dos braquigrafemas, porque não havia outro sistema de escrita alternativo. Quando grafou a abreviatura silábica <̄c>, a correspondência literal que esta-

o no entre ellas la <dictatio>, con cuyo nombre quieren expresar algunos el trabajo mental de componer el texto del documento e el material de dictarlo oralmente a otra persona que lo escribe» (id., 167). A *Notícia de Torto* terá, muito provavelmente, sido elaborada em presença do seu autor moral numa situação de *dictatio*, e sem uma fase intermédia de escrita de apontamentos, dada a natureza específica do seu conteúdo.

²⁸⁹ Concordamos com Cintra que a *Notícia* teria sido escrita em presença do autor moral: «O conteúdo confirma este carácter de apontamentos tomados um pouco ao acaso das informações que alguém ia dando verbalmente a um notário» (Cintra 1990, 24). Não concordamos com a formulação «apontamentos tomados ao acaso», antes nos parecendo ter sido a *Notícia* o resultado de «dictatio», i. e. uma transposição de enunciados orais para o *medium* da escrita, algo semelhante, mas não idêntico, àquilo que hoje entendemos por ditado, sendo portanto um texto reduzido a escrito sem notas prévias.

²⁹⁰ O cuidado com a correcção do *mundum* variou ao longo da Idade Média; por exemplo, Guyotjeannin/Pycke/Tock assinalam o contraste que existe entre, por um lado, a chancelaria de Otão I (936–973), cujos diplomas apresentam erros frequentes e, por outro, a situação de maior exigência e rigor que se encontra a partir do século XII no reino franco: «En fait, la situation change aux XII^e-XIII^e siècles. Car le bas Moyen Âge supporte moins bien les corrections sur les originaux que les époques antérieures: l'esprit juridique a progressé, et il est devenu délicat de présenter des actes modifiés» (Guyotjeannin/Pycke/Tock 1991, 234).

beleceu mentalmente foi a da abreviação da sequência ortográfica <con>, pronunciada com fonologia portuguesa como [kõ]. Inventivamente, usou o procedimento abreviativo num contexto para o qual a abreviatura não tinha sido criada, a representação da preposição 'com'. O mesmo sucedeu com a abreviatura <r̄>, que usou abundantemente (com a forma <r̄̄>) na terminação das numerosas formas de 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito. A abreviatura representava a sequência literal 'runt', pronunciada [rõ]. Como a vogal nasal [õ] do Português Antigo correspondia por vezes na escrita a <u> + sinal abreviativo geral, ou a <un>/<um> (cf. formas e terminações como 'unde', 'runt', 'cum', '-um', etc.) o notário sabia que podia escrever <u> seguido de <n/m> para representar [õ]. Como «não gostava» de escrever <n> em posição final de palavra (q. v. supra), preferindo o sinal abreviativo em posição final, escreveu algumas formas de perfeito com <rū> (= 'rum'), e escreveu <du> para 'Dom' e <cū> para 'com'. Na representação dos ditongos orais, das vogais nasais e das consoantes pré-palatais do Português Antigo usou todos os recursos disponíveis na tradição ortográfica que conhecia e dominava perfeitamente. Em alguns casos optou por grafias plenamente tradicionais, noutros casos, criativamente, optou por grafias construídas a partir da extensão da carga grafémica original de grafias tradicionais a novos contextos grafémicos.

A redacção da *Notícia de Torto* foi empreendimento complexo, que testou as capacidades gráficas e intelectuais do seu escriba, que só pode ter sido um indivíduo dotado, determinado, e competente. Não era um aprendiz. A escrita da *Notícia* não pode ter sido obra de um notário inexperiente, devendo antes ser considerada como a possível coroa de glória de um escriba treinado e «accompli». O resultado é um ensaio riquíssimo e complexíssimo de escrita portuguesa, numa época e num local em que não era provável que as reformas ortográficas levadas recentemente a cabo na corte régia fossem do conhecimento deste monge-notário provincial.

Se avaliarmos a *Notícia* prospectivamente, ou seja, comparando-a com os textos portugueses da segunda metade do século XIII e da primeira do século XIV, não podemos deixar de a considerar como um exemplo de escrita portuguesa arcaica, muito dependente e próxima ainda da tradição latino-portuguesa. Se a avaliarmos retrospectivamente, i. e. comparando-a com a produção documental anterior, somos forçados a reconhecer um grande número de inovações, tão grandes e tão marcantes que permitem a atribuição inequívoca de texto escrito em português.

Convém, no entanto, modalizar o carácter inovador da *Notícia de Torto*, para não correremos o risco de a descontextualizarmos e, ao fazê-lo, ficarmos paralisados, ou num beco-sem-saída, com o «mistério» do seu surgimento.

A generalidade das peculiaridades grafo-fonémicas da *Notícia* apontadas por comentadores anteriores existiam já na documentação latino-portuguesa, e a ocorrência ocasional de formas com aparência latina como 'alia', 'duos',

'hic', 'illes', 'illos', 'iste', 'medio', 'multas', 'nunqua', 'suo', 'super', 'uice', 'uno', e outras, não tem que nos surpreender ou chocar. São apenas formas gráficas tradicionais, facilmente reinterpretáveis grafo-fonemicamente face à fonologia do Português Antigo.

É sobretudo pelos aspectos grafo-morfémicos surpreendentemente portugueses (ausência de morfologia casual latina, ausência de terminações verbais latinas escritas por extenso, grafias portuguesas para o artigo definido e para os pronomes clíticos, grafias portuguesas para os pronomes pessoais e demonstrativos, e ausência de léxico latino obsoleto) que a *Notícia* se afasta radicalmente da produção documental mais antiga. Mas até aí é forçoso reconhecer a dependência do modelo latino: a terminação das formas verbais da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito aparece grafada na esmagadora maioria dos casos com a abreviação da terminação latina <-runt>; o clítico 'lhe' ainda aparece grafado com a forma gráfica latina <ille>, e pronomes pessoais de 3ª pessoa e demonstrativos aparecem como <illes>, <illos>, <iste>.

A *Notícia* dá-nos, portanto, um vislumbre de como a escrita portuguesa poderia ter sido, não fora a reforma empreendida na corte de D. Afonso II; uma instância arcaica de escrita em português, que contrasta de facto em diversos aspectos com a escrita razoavelmente estabilizada do *Testamento de D. Afonso II* e da *Chancelaria* de D. Afonso III, e que constitui um testemunho eloquente das capacidades empreendedoras e criativas de um intelecto dotado.

Apêndice – *Index verborum*

Para facilitar a consulta de formas individuais damos um *index verborum* exaustivo das formas da *Notícia de Torto*. Para ilustrar a relação que propomos entre as grafias da *Notícia* e a fonologia do Português Antigo damos uma transcrição fonética larga (usando os símbolos e as convenções do *International Phonetic Association*) de cada item lexical. As transcrições fonéticas são deliberadamente arcaizantes, dado que é possível que o sub-sistema de consoantes sibilantes tivesse já nesta época sofrido alterações em relação ao do proto-galego-português, e reflectem necessariamente o estado actual dos conhecimentos. Também é possível que o fechamento de vogais cromáticas átonas estivesse já em curso. As transcrições fonéticas reflectem, assim, um estado fonológico possível e plausível para o Português Antigo no início do século XIII e no Norte de Portugal, num registo pausado e formal de pronúncia. Damos mais do que uma forma fonética para um item quando há incerteza quanto à oralização desse item, ou quando é plausível uma situação de variação sincrónica na época. Os pronomes proclíticos grafados no manuscrito sem separação da forma verbal precedente são indicados abaixo separadamente e vão precedidos de «+». Não se incluem nesta listagem as formas anuladas pelo escriba.

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
a	[a]	(20)	01, 04, 07, 08, 10, 12, 14, 17, 19, 29, 29, 34, 39, 40, 43, 52, 53, 54, 35
abaðe	[a.'ba.de]	(1)	09
abað	[a.'ba.ð]	(1)	20
abate	[a.'ba.de]	(3)	
acanoce<+>=fe	[a.ka.no.'tse.ʃe]	(1)	08
agař	[a.'tʃa.rõ]	(1)	49
agou	[a.'tʃou]	(1)	29
aguða	[a.'dʒu.da]	(1)	28
aguðař	[a.'dʒu.daʃ]	(1)	27
aıuð	[a.'dʒu.da]	(2)	31, 36
aıuða	[a.'dʒu.da]	(8)	07, 29, 30, 32, 32, 34, 34, 41
aıuðã	[a.'dʒu.daʃ]	(1)	40
a	[a]	(1)	36
a ıa	['a.ʎa / 'aı.a / 'ou.tra]	(4)	44, 46, 47, 52
[↑a ıa]	['a.ʎa / 'aı.a / 'ou.tra]	(1)	45
amařař	[a.ma.'tʃa.rõ]	(1)	35
anoř	['a.noʃ]	(1)	18
anřar	[ã.'ʃar]	(1)	45
ant_	[ã.t...]	(1)	26

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
ante	[ˈã.te]	(8)	42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 55
antre	[ã.tre]	(2)	02, 15
aqueſte	[a.ˈkeʃ.te]	(1)	27
aqui	[a.ˈki]	(1)	28
aqule	[a.ˈke.le]	(1)	06
ar	[ar / er]	(11)	07, 16, 17, 18, 29, 42, 43, 46, 47, 52, 53
arrã	[ˈa.raʃ]	(1)	12
aſ	[aʃ]	(1)	42
+aſ	[aʃ]	(1)	43
aſi	[a.ˈʃi]	(1)	09
atre	[ˈã.tre]	(1)	20
auóó	[a.ˈβo.o]	(1)	12
aur	[a.ˈβer]	(6)	02, 03, 03, 24, 31, 33
baſtuſio	[baʃ.ˈtu.tʃo]	(1)	15
becio	[ˈbẽ.tʃõ]	(1)	41
beifo	[beĩ.ˈʒoũ]	(1)	21
bona	[ˈbõ.a]	(1)	03
c (preposição)	[kõ]	(1)	21
c (numeral)	[ˈtʃẽ]	(1)	30
c̄	[kõ]	(9)	13, 19, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 38
cae	[ˈka.e]	(1)	41
caruaſio	[kar.ˈβa.ʎo]	(1)	21
caſa	[ˈka.za]	(3)	23, 29, 37
[↑caſa]	[ˈka.za]	(1)	39
caſaef	[ka.ˈza.eʃ]	(3)	12, 15, 35
caſaſ	[ka.ˈza]	(2)	18, 50
caſaleſ	[ka.ˈza.eʃ]	(3)	13, 14, 25
cebolano	[tʃe.bo.ˈlã.o]	(1)	28
cecar	[tʃe.ˈgar]	(1)	51
coibra	[ko.ˈĩ.bra]	(1)	34
coina	[ko.ˈĩ.a]	(3)	15, 18, 18
cōlaſo	[kõ.ˈla.tʃo]	(1)	50
come	[ˈko.me]	(1)	06
comeŕ	[ko.ˈme.rõ]	(1)	46
com-erū	[ko.ˈme.rõ]	(1)	43
come[ŕ→]ŕ	[ko.ˈme.rõ]	(1)	45
como	[ˈko.mo]	(2)	09, 13
cōnoceŕ	[ko.no.ˈtʃe.rõ]	(1)	07
cō=ue	[kõ.ˈβẽ]	(1)	04

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
cū	[kō]	(4)	37, 37, 38, 38
cuftado	[kuʃ.'ta.do]	(1)	40
cuftou	[kuʃ.'tou]	(2)	30, 31
cuftov	[kuʃ.'tou]	(1)	33
Daur	[da.'βer]	(1)	11
Deu	['deu]	(1)	11
Dū	[dō]	(1)	14
da	[da]	(1)	31
daque ^u la	[da.'ke.la]	(1)	10
daqto	[da.'kã.to]	(1)	03
delef	['de.leʃ]	(2)	24, 53
delle	['del]	(1)	51
der	['de.r(ō)]	(2)	15, 16
derdað	[der.'da.de]	(1)	41
deř	['de.rō]	(5)	11, 16, 17, 17, 18
deř	['de.rō]	(1)	21
defe	['de.ʃe]	(1)	09
defōrã ^s	[de.'zō.raʃ]	(1)	42
deue	['de.βē]	(1)	20
dias	['di.aʃ]	(1)	23
die	['di.a]	(1)	39
dixe	['di.ʃe]	(1)	34
duo	[dū.o / dū.u]	(1)	18
dū	[dō]	(1)	11
derdað	[der.'da.de]	(1)	02
deu	['deu]	(1)	29
ð	[de]	(2)	01, 14
đ	[de]	(1)	12
ð	[de]	(18)	01, 03, 03, 03, 06, 08, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 18, 21, 23, 26, 39
/ð/fructař	[de.fruj.'ta.rō]	(1)	14
ð=poif	[de.'pois]	(1)	26
ð=p/oif/	[de.'pois]	(1)	26
ðpois	[de.'pois]	(1)	04
ð=pois	[de.'pois]	(2)	20, 24
ð=poif	[de.'pois]	(1)	22
ð=fūrar	[de.zō.'rar]	(1)	37
ðfūro	[de.zō.'rou]	(1)	24
E	[e]	(9)	04, 16, 21, 24, 26, 27, 31, 40, 41
€	[e]	(5)	27, 29, 32, 34, 50

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorre.	linha do ms.
e	[e]	(22)	09, 11, 13, 13, 15, 16, 17, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 25, 29, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40
e	[e]	(35)	02, 02, 03, 03, 04, 04, 05, 07, 12, 14, 15, 15, 20, 20, 23, 23, 29, 29, 32, 37, 38, 38, 41, 43, 43, 50, 51, 51, 51, 52, 52, 52, 54, 54, 35
e uira	[el.'βi.ra]	(1)	06
er	[ar / er]	(5)	44, 45, 45, 46, 47
erdað[a→]e	[er.'da.de]	(1)	38
erma	[er.'ma(rō)]	(1)	35
exi t f	[ei.'ʃiʃ.tes]	(1)	39
&	[e]	(1)	22
feč	['fets]	(1)	01
feceř	[fe.'dʒe.rō]	(4)	01, 04, 19, 23
feř	[fe.'dʒe.rō]	(1)	07
feraci	[βe.ra.'dʒi]	(1)	52
fernādiz	[fer.'nã.dets]	(1)	01
fernādiz	[fer.'nã.dets]	(4)	12, 33, 54, 55
ferrnādiz	[fer.'nã.dets]	(1)	02
ferrnādiz	[fer.'nã.dets]	(1)	08
feş	['fets]	(2)	28, 40
feş	['fets]	(1)	27
feşe	['fets]	(1)	27
feşel	['βe.dzeş]	(1)	34
fiaðozel	[fi.a.'do.res]	(1)	06
fıč	['βets]	(1)	49
fıce	['βets]	(1)	53
fıgecrecdo	[fi.gei.'re.do]	(1)	16
fııđo	[fi.'i.doş]	(1)	26
fıı̄mto	[fi.i.'mẽ.to]	(1)	42
fıla	['fi.ʎa]	(1)	43
fılar	[fi.'ʎar]	(1)	49
fılař	[fi.'ʎa.rō]	(1)	13
fılař	[fi.'ʎa.rō]	(2)	22, 47
fılı	['fi.ʎ(a)]	(1)	25
fılıa	['fi.ʎa]	(1)	46
fılıař	[fi.'ʎa.rō]	(2)	45, 46
fılıo	['fi.ʎoş]	(5)	02, 03, 43, 47, 49
fılo	['fi.ʎo]	(1)	29
fıluř	[fi.'ʎa.rō]	(1)	44

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
fio	[fi.'ou]	(1)	03
firma ^{nto}	[fir.ma.'mẽ.toʃ]	(1)	05
fozū	['fo.rõ]	(1)	06
fructu	['frui.to]	(1)	19
fructu	['frui.to]	(1)	25
fui	['foi]	(3)	26, 29, 34
fu ^z	['fo.rõ]	(6)	26, 26, 42, 50, 52, 35
gaca ^z	[tʃa.'ga.rõ]	(1)	51
gacar ^u	[tʃa.'ga.rõ]	(1)	52
geta ^z	[dʒei.'ta.rõ]	(1)	51
gōca	[gõ.tsa(l.βo)]	(1)	05
gōca u ₁ ξ	[gõ.'tsal.βets]	(2)	05, 06
gocaluo	[gõ.'tsal.βo]	(1)	32
gōca uo	[gõ.'tsal.βo]	(2)	05, 11
gōcau ₁ ξ	[gõ.'tsal.βets]	(1)	24
gōcauo	[gõ.'tsal.βo]	(4)	01, 14, 24, 28
gōc u ₁ ξ	[gõ.'tsal.βets]	(1)	12
gomez	['go.mets]	(2)	30, 31
go[m→]ncaluo	[gõ.'tsal.βo]	(1)	31
hic	['i / 'ik / 'i.ke]	(2)	07, 47
ī	[ē]	(5)	16, 16, 17, 45, 49
īaga ^z	[tʃa.'ga.rõ]	(1)	54
īde	['ē.de]	(1)	47
īð	['ē.de]	(4)	11, 15, 18, 50
īfiad ^o	[ē.fi.'a.doʃ]	(1)	26
īhc	['i / 'ik / 'i.ke]	(1)	42
<īhnf>	[e.'a.nes]	(1)	37
īīī	['tres]	(1)	18
īīī	['dous]	(2)	16, 53
īīī	['du.as]	(1)	34
īīī	['dous]	(2)	17, 52
ī e	['el]	(4)	04, 27, 38, 39
ī e	[ʌe / le]	(1)	10
ī / /e	['el]	(1)	37
ī eī	['e.les]	(4)	20, 21, 29, 44
ī o	['e.les]	(5)	06, 07, 09, 13, 48
ī o (rec)	[el. (rei)]	(1)	26
īn	[ē]	(9)	04, 32, 32, 34, 34, 39, 49, 51, 35
īnð	['ē.de]	(2)	13, 41
īno	[ē.no]	(1)	21
īrdað	[er.'da.de]	(1)	08

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
ırdāð	[er.'da.de]	(1)	10
ırmāna	[ir.'mã.a]	(2)	06, 37
ırmāno	[ir.'mã.o]	(1)	53
ırmār	[er.'mar]	(1)	25
ı [f→]pfo	['e.ʃo]	(1)	39
ıfta	['eʃ.ta]	(2)	09, 35
ıfte	['eʃ.te]	(1)	22
ıftef	['eʃ.teʃ]	(1)	19
ıfto	['eʃ.to / 'iʃ.to]	(2)	07, 25
ıtregarē	[ẽ.tre.'ga.rẽ]	(1)	10
ıııʒo	[dʒu.'i.dzo]	(1)	26
ı	[ẽ]	(5)	46, 47, 52, 53, 54
ka	[ka]	(1)	30
laurecdo	[lou̯.'re.do]	(1)	21
laurēci ⁹	[lou̯.'rẽ.tso]	(1)	01
laurēco	[lou̯.'rẽ.tso]	(1)	12
laurēzo	[lou̯.'rẽ.tso]	(1)	08
lecxaſē	[lei̯.'fa.ʃẽ]	(1)	09
leř	[le.'βa.rõ]	(1)	51
leſ	[λeʃ / leʃ]	(2)	07, 09
+leſ	[... λeʃ / leʃ]	(2)	23, 27
[le?] -te	['lei̯.te]	(1)	50
leuař	[le.'βa.rõ]	(1)	24
leuař	[le.'βa.rõ]	(2)	18, 54
le/ua/r	[le.'βa.r(õ)]	(1)	52
lexarē	[lei̯.'fa.rẽ]	(1)	10
lı	[λe / le]	(19)	11, 13, 14, 15, 16, 17, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 29, 30, 31, 33, 40, 41, 49
+lı	[... λe / le]	(11)	03, 21, 25, 29, 29, 43, 46, 49, 50, 35, 35
+lıð	[... λoʃ]	(1)	03
+ [↑lı]	[... λe / le]	(1)	22
[↑lı]	[λe / le]	(1)	10
lıdar	[li.'dar]	(1)	36
lourēzo	[lou̯.'rẽ.tso]	(1)	02
máá	['ma.a]	(1)	23
mādato	[mã.'da.to]	(1)	10
mādoc	[mã.'dou̯]	(1)	36
maeſ	['ma.eʃ]	(1)	30
maıoz	['mai̯.'or]	(1)	07
mal	['mal]	(5)	20, 27, 31, 32, 33

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
mamou	[ma.'mou̩]	(1)	50
mando	[mã.'dou̩]	(1)	13
mar- <Ϸ>tin	[mar.'t̃i]	(1)	36
martī	[mar.'t̃i]	(1)	12
martī [m→]no	[mar.'t̃io]	(1)	08
mater	['ma.dre]	(1)	04
med̃io	['meĩ.o]	(1)	15
meteu	[me.'teu̩]	(1)	20
mozte	['mɔr.te]	(1)	14
mōtef	['mō.teʃ]	(1)	23
muīta	['muĩ.ta]	(2)	32, 33
muīto	['muĩ.to]	(1)	33
mul	['muĩ(taʃ)]	(1)	34
mul̃tã	['muĩ.taʃ]	(1)	40
mul̃to	['muĩ.to]	(1)	31
Ϸ	[mo.ra.βe.'d̃i.oʃ]	(1)	30
mozabit̃nõ	[mo.ra.βe.d̃i.oʃ]	(1)	22
ñ	['nō]	(2)	17, 18
nada	['na.da]	(1)	16
neu<Ϸ>	[nē.'ũ.o / nē.'ũ.u]	(1)	27
+no	[no]	(2)	23, 51
nō	[noʃ]	(1)	52
+nō	[noʃ]	(1)	54
not̃icia	[no.'di.t̃si.a]	(1)	01
nouo	['no.βo]	(1)	04
nū ^u =q	['nũ.ka]	(1)	17
nunq ^u	['nũ.ka]	(2)	09, 15
nunq ^u	['nũ.ka]	(1)	16
nuq ^u	['nũ.ka]	(1)	16
nūq ^u	['nũ.ka]	(1)	27
nuq ^u	['nũ.ka]	(1)	11
o	[o]	(13)	08, 09, 19, 20, 20, 21, 22, 26, 43, 46, 47, 50, 50
+o	[o]	(1)	21
oct ^u	['ou̩.t̃ra]	(1)	10
<oct ^u >	['ou̩.t̃ra]	(1)	09
om̃	['ɔ.mē]	(1)	23
omẽxĩo	[o.me.'d̃zi.o]	(1)	30
om̃f	['ɔ.mēʃ]	(2)	36, 35
om̃f	['ɔ.mēʃ]	(1)	52
oza	['ɔ.ra]	(1)	35
ozgafe	[ou̩.t̃or.'ga.ʃe]	(1)	06

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
of	[oʃ]	(1)	35
ot ^u	['ou.tra]	(2)	53, 54
ot ^o	['ou.tro]	(1)	44
otro	['ou.tro]	(2)	22, 49
ot ^u f	['ou.tras]	(2)	40, 53
oue	['ou.βe]	(6)	02, 30, 31, 32, 33, 51
oue ^z	[ou.βe.rõ]	(3)	11, 20, 53
ouide	[ou.βi.de]	(1)	43
ouir	[ou.βir]	(1)	42
ouirecdef	[ou.βi.'re.des]	(1)	28
pam	['pã]	(1)	38
pane	['pã]	(1)	46
parte	['par.te]	(1)	11
pater	['pa.dre]	(2)	03, 04
pa ^z tr	['pa.dre]	(1)	11
paξ	['pats]	(1)	20
pechena	[pe.'ke.na]	(1)	25
per ^{da}	['per.da]	(2)	32, 33
per ^{deu}	[per.'deu]	(1)	25
pige/c/<ge>rõ	[pi.'dʒei.ros]	(1)	54
p ^l agio	[pa.'ai.o]	(2)	53, 55
p ^l aça	['pra.dza]	(1)	10
p ^l aço	['pra.dzo]	(5)	01, 04, 06, 07, 19
p ^l ecto	['prei.to]	(1)	07
p ^l uf	['tʃus]	(1)	40
pode ^z	[po.'de.rõ]	(1)	24
pode [f→] def	[po.'de.des]	(1)	13
podedef	[po.'de.des]	(2)	02, 05
podef ^e	[po.'de.ʃe]	(1)	03
polo	[po.lo]	(1)	51
poz	[por]	(6)	01, 12, 19, 20, 26, 27
pozco	['por.ko]	(1)	43
pre ^z	[prẽ.'dẽ.rõ] e	(1)	22
priso	[pri.'zõ]	(1)	23
p ^z to	['prei.to]	(2)	08, 22
p ^z tro	['pe.dro]	(1)	30
p	[per / par]	(3)	08, 23, 24
p ^z der ^z	[prẽ.'dẽ.rõ]	(2)	50, 53
p ^z der ^z	[prẽ.'dẽ.rõ]	(1)	52
q	[ka]	(3)	19, 20, 41
q	[ki]	(1)	22
q ^u e	['kal]	(2)	02, 04

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
q̄ e f	['ka.eʃ]	(2)	05, 28
qme	['ko.me]	(1)	03
q̄n̄iō	[ki.'n̄õ]	(1)	16
q̄nn̄o	[ki.'n̄õ]	(1)	15
q̄n̄o	[ki.'n̄õ]	(3)	17, 17, 18
q̄ra	[ke.'ri.a / ki.'ri.a]	(1)	37
q̄ferdes	[ki.'z̄er.deʃ]	(1)	42
q̄taʒ	[ki.'ta.rõ]	(1)	39
que	[ke]	(25)	01, 06, 07, 07, 08, 09, 09, 09, 10, 11, 14, 14, 18, 19, 21, 24, 26, 26, 29, 31, 33, 37, 39, 40, 53
quebr̄atado	[ke.br̄ã.'ta.do]	(1)	19
que e	[... ke.le]	(1)	49
q/v/e	[ke]	(4)	01, 30, 42, 49
q̄to	[ka.to]	(5)	24, 29, 49, 51, 53
ram̄ir̄iʒ	[ra.'mi.rets̄]	(1)	02
ram̄iro	[ra.'mi.ro]	(2)	05, 33
rec	['reɨ]	(2)	27, 36
reʒ̄o	[re.'dz̄õ]	(1)	40
rogou	[ro.'gou]	(1)	21
Se	[ʃe]	(1)	10
Sup	['ʃo.bre]	(2)	07, 28
ʃ	[ʃ ...]	(1)	36
+ʃa	[... ʃa]	(1)	46
+ʃo	[... ʃo]	(1)	45
ʃa	[ʃa]	(13)	08, 23, 25, 29, 29, 31, 32, 32, 34, 34, 37, 37, 46
ʃaber	[ʃa.'ber]	(4)	02, 04, 05, 13
ʃanaʒ	[ʃã.'ar]	(1)	20
<ʃ̄co>	['ʃã]	(1)	08
ʃe (pron. poss.)	[ʃe]	(1)	53
ʃe (conj.)	[ʃe]	(1)	42
ʃ̄e	[ʃē]	(1)	10
ʃe/e/m	['ʃe.ẽ]	(1)	04
ʃena-ra	[ʃē.'a.ra]	(1)	17
ʃeruiçal	[ʃer.βi.'tsal]	(1)	22
ʃeu	['ʃeu]	(8)	03, 10, 11, 19, 20, 36, 38, 38
ʃeuo	['ʃeu]	(1)	03
ʃeuf	['ʃeʊʃ]	(3)	36, 43, 49
+ʃi o	[... ʃo]	(1)	43

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
ɣua	['ʃu.a]	(6)	04, 06, 12, 14, 28, 39
ɣubre	['ʃo.bre]	(1)	41
ɣuo	['ʃeu]	(1)	07
[ɣuo?]	['ʃeu]	(1)	54
ɣuō	['ʃeʊs]	(3)	02, 03, 47
ɣup	['ʃo.bre]	(5)	29, 29, 31, 36, 41
suarix	[ʃo.'a.rets]	(1)	32
tā	['tā]	(1)	23
taef	['ta.es]	(1)	05
tamal	['ta.mal]	(1)	17
tāto	['tā.to]	(2)	03, 21
tefuofa	[te.'βo.ʒa]	(1)	16
tem	['tē]	(1)	19
tefti=figo	[teʃ.'ti.βi.go]	(1)	30
tefti [f→]uigo	[teʃ.'ti.βi.go]	(1)	28
teue	['te.βe]	(1)	39
teuefe	[te.'βe.ʃe]	(1)	08
todo	['to.do]	(1)	27
tozto	['tor.to]	(4)	01, 13, 19, 36
toztō	['tɔr.tos]	(1)	19
<trā>	['tɛ.ra]	(1)	51
tregu=a	['treu.ga]	(1)	35
tref	['tres]	(1)	16
trofer	[trou.'ʃe.rō]	(1)	23
Vener	[βɛ.'β.rō]	(3)	43, 44, 45
[u→]ð	[d ...]	(1)	18
ūð	['ō.de]	(2)	17, 18
uēcefē	[βɛ.'tse.ʃɛ]	(1)	09
uēceftel	[βɛ.'tseʃ.teʃ]	(1)	38
uener	[βɛ.'ɛ.rō]	(1)	49
ueŕ	[βɛ.'ɛ.rō]	(2)	47, 54
ueraci	[βe.ra.'dʒi]	(1)	35
ueraciH	[βe.ra.'dʒi]	(1)	14
uice	['βets]	(5)	44, 45, 46, 47, 52
uicef	['βe.dzeʃ]	(1)	34
uila	['βi.la]	(1)	43
uino	['βi.o]	(2)	38, 47
una	['ū.a]	(1)	45
unð	['ō.de]	(4)	15, 16, 25, 50
unnð	['ō.de]	(1)	17
uno	[ū.o / ū.u]	(1)	03
uola	[βo.la]	(1)	39

ε/

forma gráfica	transcrição fonética	nº de ocorr.	linha do ms.
uȯ	[βȯʃ]	(1)	04
uofa	['βo.ʃa]	(3)	38, 39, 41
uueriar	[βe.'re.ar]	(1)	50
vī	['ʃeis]	(1)	13
vīī	['ʃe.te]	(1)	15
x	['dets̃]	(1)	35
xīī	['do.dze]	(1)	12
xīīī	['tre.dze]	(1)	25
xvī	[de.dza.'ʃeis]	(1)	14
xvīīīī	[de.dza.'no.βe]	(2)	22, 23

Total de formas listadas: 385

Total de ocorrências: 793

Referências

- Azevedo, Pedro de, *Nova leitura da Notícia de torto (texto do séc. XIII)*, Revista Lusitana 17 (1914), 204–206.
- Bischoff, Bernhard, *Paléographie de l'antiquité romaine et du moyen âge occidental*, Paris, Picard, 1985.
- Boussard, Jacques, *Influences insulaires dans la formation de l'écriture gothique*, Scriptorium 5 (1951), 238–264.
- Boüard, Alain de, *Manuel de Diplomatie Française et Pontificale*, vol. 1: *Diplomatique Générale*, Paris, Picard, 1929.
- Cárcel Ortí, María Milagros (ed.), *Vocabulaire International de la Diplomatie*, València, Universidad de València, 1997.
- Cardoso, Maria Adriana, *A Língua Notarial Latino-Portuguesa de Notários do Século XI. Análise de aspectos grafémico e morfo-sintáticos de documentos do Mosteiro de Pendorada (1059–1100)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, dissertação de Mestrado em Linguística, 2002.
- Castro, Ivo de, *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991.
- Castro, Ivo de, *A paisagem como palimpsesto, no território da Notícia de Torto*, in: Godinho, Hélder (ed.), *Actas do Colóquio Internacional «A Imagem do Mundo na Idade Média»*, Lisboa, ICALP, 1992, 63–71.
- Castro, Ivo de/Ramos, Maria Ana, *Estratégia e tática da transcrição*, in: *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*, Paris, Centre Culturel Portugais/Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, 99–122.
- Cencetti, Giorgio, *Lineamenti di storia della scrittura latina*, Bologna, Pàtron, 2^a 1997 (1954).
- Cintra, Luís Filipe Lindley, *Observations sur le plus ancien texte non littéraire: la Notícia de Torto (lecture critique, date et lieu de rédaction)*, in: *Actele celui de-al XII-lea Congres International de lingvistica si filologie romanica*, București, Editura Academiei, vol. 2, 1971, 161–174.
- Cintra, Luís Filipe Lindley, *Sobre o mais antigo texto não-literário português: a «Notícia de Torto» (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)*, Boletim de Filologia 31 (1990), 21–77.

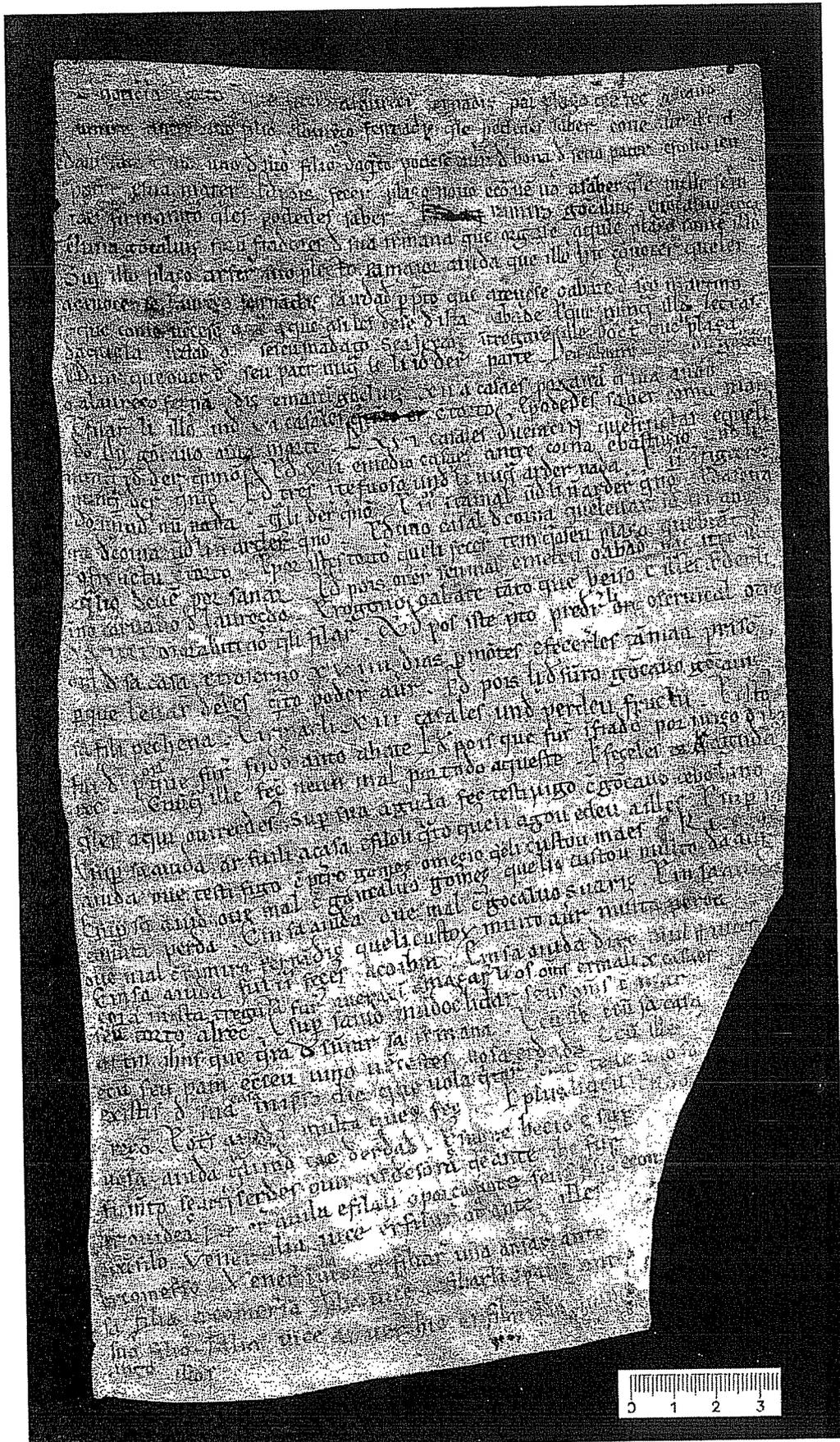


Fig. 1: Notícia de Torto (1211-1216) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Salvador de Vairão, maço 2, n.º 40 (casa-forte) – recto

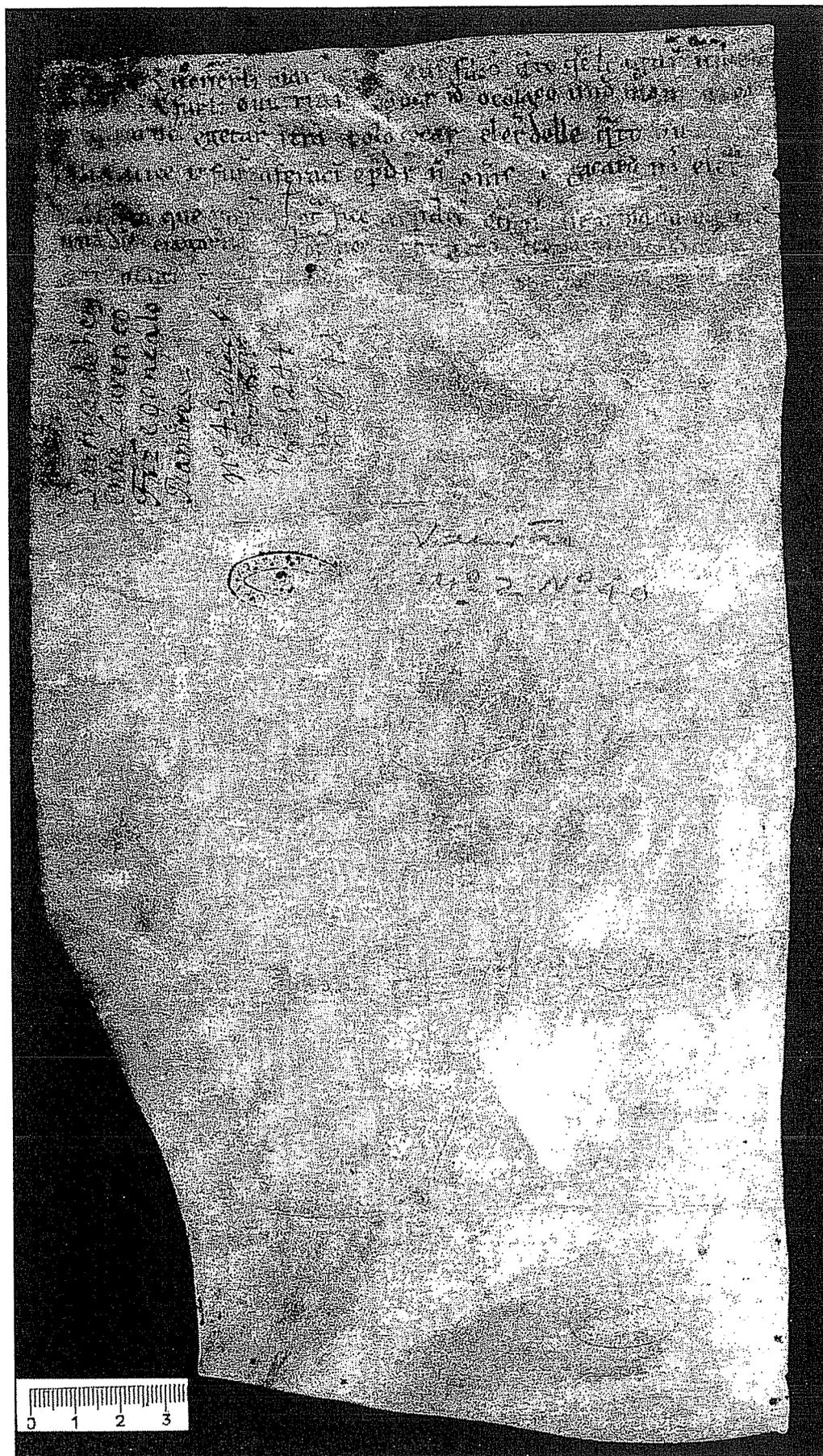


Fig. 2: Notícia de Torto (1211–1216) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Salvador de Vairão, maço 2, n.º 40 (casa-forte) – verso

- Costa, Avelino de Jesus da, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, Revista Portuguesa de História 17 (1979), 263–340.
- Costa, Avelino de Jesus da, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, in: Costa, Avelino de Jesus da, *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1993, 169–255.
- Duarte, Luiz Fagundes, *Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado em Linguística Portuguesa Histórica, 1986.
- Emiliano, António, *O mais antigo documento latino-português (882 a. D.). Edição e estudo grafémico*, Verba. Anuario Galego de Filoloxía 26 (2000), 7–42.
- Emiliano, António, *Problemas de transliteração na edição de textos medievais*, Revista Galega de Filoloxía 3 (2002), 29–64.
- Emiliano, António, *Latim e Romance em Documentação Notarial da Segunda Metade do Século XI* (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas) Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003 (= 2003a).
- Emiliano, António, *O estudos dos documentos notariais latino-portugueses e a História da Língua Portuguesa*, Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita 11 (2003), 75–122 (= 2003b).
- Gilissen, Léon, *L'expertise des écritures médiévales. Recherches d'une méthode avec application à un manuscrit du XI^e siècle: le Lectionnaire de Lobbes – Codex Bruxellensis 18018*, Gand, Éditions Scientifiques E. Story-Scientia, 1973.
- Guerra, António Ribeiro, *O escriba «frater Gunsaluus et uisensis dictus Episcopus» – Alcobaça, ano de 1176*, in: *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, Orense, vol. 1, 1992, 477–485.
- Guerra, António Ribeiro, *Os escribas dos documentos particulares do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1155–1200. Exercícios de análise de grafias*, Lisboa, Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, 1988.
- Guyotjeannin, Olivier/Picke, Jacques/Tock, Benoît-Michel, *Diplomatique Médiévale*, Turnhout, Brepols, 1993.
- Maia, Clarinda de Azevedo, *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ²1997 (1986, Coimbra, INIC).
- Marín Martínez, Tomás, *Paleografía y Diplomática*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, vol. 2, 1991.
- Marquilhas, Rita, *Traços distintivos, góticos e electrónicos*, in: *Homenaxe a Fernando Tato Plaza*, Vigo, Editorial Galaxia, no prelo.
- Martins, Ana Maria, *Ainda «os mais antigos textos escritos em português»*, in: Faria, Isabel Hub (ed.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, 491–534.
- Martins, Ana Maria, *Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis*, in: *Biblioteca Nacional. Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas. Catálogo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001, 23–61.
- Martins, Ana Maria/Albino, Cristina, *Sobre a primitiva produção documental portuguesa em português. Notícia de uma notícia de auer*, in: Kremer, Dieter (ed.), *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, Vigo, Editorial Galaxia, vol. 1, 1998, 105–121.
- Menéndez Pidal, Ramón, *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, Madrid, Espasa-Calpe, ⁹1980 (¹1926, ³1950), novena edición (según la tercera, muy corregida y adicionada).

- Nunes, Eduardo Borges, *Álbum de paleografia portuguesa medieval – Introdução*, Lisboa, ²1984 (1969).
- Paoli, Cesare, *Diplomatica*, Firenze, Sansoni, 1942 (n. edizione aggiornata da G. C. Bascapè).
- Pedro, Susana, *De noticia de torto*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, 1994.
- Ribeiro, João Pedro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e a Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, vol. 1, ²1860 (1810).
- Riesco Terrero, Ángel (ed.), *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*, Madrid, Editorial Síntesis, 2000.
- Sá-Nogueira, Bernardo de, *Tabelionado e instrumento público em Portugal. Génese e implantação (1212–1279)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, dissertação de Doutoramento em Paleografia e Diplomática, 1996.
- Santos, Maria José de Azevedo, *Da Visigótica à Carolína. A escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1994.
- Williams, Edwin, *Do Latim ao Português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, ³1975 (1938).
- Wright, Roger, *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*, Liverpool, Francis Cairns, 1982.

Lisboa

ANTÓNIO EMILIANO/SUSANA PEDRO